



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



REGINA ALICE RODRIGUES ARAUJO COSTA

**NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: os discursos do movimento Escola Sem Partido**

**JOÃO PESSOA
2023**

REGINA ALICE RODRIGUES ARAUJO COSTA

**NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: os discursos do movimento Escola Sem Partido**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
para defesa de doutorado.
Linha de pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Gonçalves
Vieira Guerra

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838n Costa, Regina Alice Rodrigues Araujo.

Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas
educacionais brasileiras : os discursos do movimento
Escola Sem Partido / Regina Alice Rodrigues Araujo
Costa. - João Pessoa, 2023.
182 f. : il.

Orientação: Maria das Graças Gonçalves Vieira
Guerra.

Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Políticas educacionais - Brasil. 2. Escola Sem
Partido. 3. Neoliberalismo. 4. Neoconservadorismo. 5.
Democracia. 6. Teoria do discurso. I. Guerra, Maria das
Graças Gonçalves Vieira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.014.5(81)(043)

A BANCA EXAMINADORA, TENDO EM VISTA A EXPOSIÇÃO ORAL APRESENTADA PELA DOUTORANDA REGINA ALICE RODRIGUES ARAUJO COSTA E PROCEDIDA A ARGUIÇÃO PERTINENTE AO TRABALHO FINAL, CONSIDEROU A TESE:

(X) APROVADA

() INDETERMINADA

() REPROVADA

MEMBROS – BANCA EXAMINADORA	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Maria das Graças G. Vieira Guerra (Orientadora)	PPGE/CE/UFPB	 Documento assinado digitalmente MARIA DAS GRACAS GONCALVES VIEIRA G Data: 21/08/2023 11:29:44-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Aída Maria Monteiro Silva	PPGDH/UFPE	 Documento assinado digitalmente AIDA MARIA MONTEIRO SILVA Data: 21/08/2023 16:45:52-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Cesar Riboli	PPGEDU/URI	 Documento assinado digitalmente CESAR RIBOLI Data: 18/08/2023 17:53:41-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Eduardo Jorge Lopes da Silva	PPGE/CE/UFPB	 Documento assinado digitalmente EDUARDO JORGE LOPES DA SILVA Data: 18/08/2023 17:21:13-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Marlecio Maknamara da Silva Cunha	PPGE/CE/UFPB	 Documento assinado digitalmente MARLECIO MAKNAMARA DA SILVA CUNHA Data: 18/08/2023 19:23:36-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

João Pessoa, 18 de agosto de 2023

*A um horizonte de sociedade
efetivamente justa, inclusiva e igualitária*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser meu sustento, meu amparo e minha força maior.

À minha mãe, por toda força, orgulho e admiração e também ao meu pai. Tudo que sou hoje é reflexo do amor, respeito, carinho e das oportunidades que vocês me proporcionaram.

Aos meus demais familiares, Cassandra, João Victor, Vovó Socorro e todos aqueles que torceram e estimaram o êxito desse processo.

À Adriège, a luz que esse doutorado trouxe para o meu caminho. Sou muito grata por dividir a vida com você. Obrigada por toda paciência, carinho, acolhimento, auxílios, cuidados, apoio. Nutrir juntas essa paixão pela academia me inspira ainda mais, todo meu orgulho e admiração por você.

À Stefany, amigo de todas as horas, presente desde os percalços da graduação.

Aos demais amigos, Tatiana Lima, Tatiana Luna, Sérgio Pessoa, Manuel Camelo e Keycie.

À Prof^a Graça Guerra, minha orientadora, por toda disponibilidade, alto astral, garra, exemplo, solicitude, confiança e parceria na condução dessa jornada.

Aos colegas de pesquisa, Alex Soares, Reginaldo, Mádson, Eliane, Liliane, pelos momentos de diversão nas aulas remotas e nas partilhas dos encontros presenciais.

Aos meus colegas de trabalho, Douglas, Joálison e Lucas, pela compreensão nesse processo.

Ao Programa de Incentivo à Qualificação do servidor do IFPB (PIQIFPB).

“Sonho e escrevo em letras grandes de novo
Pelos muros do país”
(Belchior - Comentário a Respeito de John)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as influências da sociedade neoliberal e neoconservadora nas políticas educacionais brasileiras e os discursos do Escola Sem Partido (ESP), no contexto após o golpe de 2016 até o ano de 2022. A tese apresentada é que o ESP é efeito de disputas e articulações de discursos neoliberais e neoconservadores, que têm por base a despolitização, autoritarismo, produtivismo, lógica mercantil, competitividade, tendo como efeitos políticas para marginalização de grupos socialmente vulnerabilizados e desestabilização do sistema democrático. Para tanto, nas construções epistemológicas, nos valem da perspectiva teórica pós-estruturalista, onde mobilizamos a teoria do discurso como aporte teórico e ferramenta de análise de discurso. A metodologia da pesquisa é desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica, documental, e, subsidiariamente, recorremos a análise de redes sociais virtuais, para investigar o registro das dinâmicas sociais virtuais, através da ferramenta *SocialBlade*. Nosso corpus de análise é composto por: Principais projetos de lei apresentado à nível nacional que guardam correlação com o ESP; Páginas em redes sociais e sites do movimento e do programa ESP; Discursos proferidos em entrevistas divulgadas dos coordenadores e apoiadores do ESP nas plataformas virtuais; Pronunciamento dos órgãos administrativos sobre o ESP (Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal, Ministério da Educação); Documento de notificação da Organização das Nações Unidas sobre o avanço de projetos de lei que tratam do ESP; Discursos direcionados para a educação no Plano de Governo dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018; Pronunciamento oficial de Miguel Nagib de desligamento do Escola Sem Partido proferido em 2020. Como achados, temos que o ESP, que inicialmente sustentava um discurso pautado no significativo vazio de ser contrário à doutrinação na educação brasileira, de 2016 a 2022 se articulou a outras demandas, pautadas nos valores tradicionais e neoconservadores; educação; políticas educacionais e política. Como considerações, refletimos que os desdobramentos neoliberais e neoconservadores têm sido gestados há tempos no seio social brasileiro, num processo de disputas hegemônicas e de diferentes mobilizações discursivas e articulatórias. Esses processos de disputas e influência são contingentes, precário e marcado por jogos políticos de articulação que produzem deslizamentos, em virtude dos contextos históricos, políticos e sociais. O campo semântico antipetista, conservador moral e neoliberal produziu uma ordem hegemônica na qual o neoconservadorismo, o neoliberalismo e o Movimento ESP encontraram o cenário frutífero para capilarização de seus discursos e ideais. Entretanto, há possibilidades de fissuras aos modelos hegemônicos, de maneira que outras forças políticas também se apresentam em disputa por projetos educacionais democráticos. O estudo contribuiu para uma nova perspectiva nas análises e nas compreensões das relações discursivas, antagônicas e emergentes do neoliberalismo, do neoconservadorismo e do ESP.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Democracia. Teoria do Discurso.

ABSTRACT

This research aims to investigate the influences of neoliberal and neoconservative society on Brazilian educational policies and the discourses of the School Without a Party (Escola Sem Partido - ESP), in the context after the 2016 coup until the year 2022. The thesis presented is that the ESP is the effect of disputes and articulations of neoliberal and neoconservative discourses, which are based on depoliticization, authoritarianism, productivism, mercantile logic, competitiveness, with the effects of policies to marginalize socially vulnerable groups and destabilize the democratic system. To this end, in the epistemological constructions, we use the post-structuralist theoretical perspective, where we mobilize discourse theory as a theoretical contribution and discourse analysis tool. The research methodology is based on bibliographical and documentary research and, secondarily, we used virtual social network analysis to investigate the recording of virtual social dynamics using the SocialBlade tool. Our corpus of analysis is made up of: The main bills presented at national level that have a correlation with the ESP; Social network pages and websites of the ESP movement and program; Speeches made in interviews with ESP coordinators and supporters on virtual platforms; Statements made by administrative bodies on the ESP (Federal Public Prosecutor's Office, Federal Supreme Court, Ministry of Education); Notification document from the United Nations on the progress of bills that deal with the ESP; Speeches directed at education in the Government Plan of the candidates for the Presidency of the Republic in the 2018 elections; Miguel Nagib's official statement of withdrawal from Escola Sem Partido in 2020. As findings, we have that the ESP, which initially supported a discourse based on the empty signifier of being opposed to indoctrination in Brazilian education, from 2016 to 2022 was articulated to other demands, based on traditional and neoconservative values; education; educational policies and politics. As considerations, we reflect that the neoliberal and neoconservative developments have been gestating for some time within Brazilian society, in a process of hegemonic disputes and different discursive and articulatory mobilizations. These processes of disputes and influence are contingent, precarious and marked by political games of articulation that produce slippages due to historical, political and social contexts. The antipetista, moral conservative and neoliberal semantic field has produced a hegemonic order in which neoconservatism, neoliberalism and the ESP Movement have found a fruitful scenario for the capillarization of their discourses and ideals. However, there are possibilities for cracks in the hegemonic models, so that other political forces are also competing for democratic educational projects. The study has contributed to a new perspective in the analysis and understanding of the discursive, antagonistic and emerging relationships between neoliberalism, neoconservatism and the ESP.

Keywords: School without a party. Neoliberalism. Neoconservatism. Democracy. Discourse theory.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo investigar las influencias de la sociedad neoliberal y neoconservadora en las políticas educativas brasileñas y los discursos de la Escuela Sin Partido (ESP), en el contexto posterior al golpe de 2016 hasta el año 2022. La tesis presentada es que la ESP es el efecto de las disputas y articulaciones de los discursos neoliberales y neoconservadores, que se basan en la despolitización, el autoritarismo, el productivismo, la lógica mercantil y la competitividad, con los efectos de las políticas para marginar a los grupos socialmente vulnerables y desestabilizar el sistema democrático. Para ello, en las construcciones epistemológicas, utilizamos la perspectiva teórica post-estructuralista, donde movilizamos la teoría del discurso como aporte teórico y herramienta de análisis del discurso. La metodología de la investigación se basa en la investigación bibliográfica y documental y, secundariamente, utilizamos el análisis de redes sociales virtuales para investigar el registro de las dinámicas sociales virtuales utilizando la herramienta SocialBlade. Nuestro corpus de análisis está compuesto por: Los principales proyectos de ley presentados a nivel nacional que tienen correlación con el PES; las páginas de redes sociales y sitios web del movimiento y del programa PES; discursos pronunciados en entrevistas publicitadas con coordinadores y simpatizantes del PES en plataformas virtuales; declaraciones de órganos administrativos sobre el PES (Ministerio Público Federal, Supremo Tribunal, Ministerio de Educación); Documento de notificación de las Naciones Unidas sobre el avance de los proyectos de ley que tratan de la ESP; Discursos dirigidos a la educación en el Plan de Gobierno de los candidatos a la Presidencia de la República en las elecciones de 2018; Declaración oficial de Miguel Nagib de retirada de la Escola Sem Partido en 2020. Como hallazgos, tenemos que la ESP, que inicialmente apoyó un discurso basado en el significativo vacío de oponerse al adoctrinamiento en la educación brasileña, de 2016 a 2022 se articuló a otras demandas, basadas en valores tradicionales y neoconservadores; la educación; las políticas educativas y la política. Como consideraciones, reflexionamos que los desarrollos neoliberales y neoconservadores se vienen gestando desde hace tiempo en la esfera social brasileña, en un proceso de disputas hegemónicas y diferentes movilizaciones discursivas y articulatorias. Estos procesos de disputa e influencia son contingentes, precarios y marcados por juegos políticos de articulación que producen deslizamientos debido a contextos históricos, políticos y sociales. El campo semántico antipetista, conservador moral y neoliberal ha producido un orden hegemónico en el que el neoconservadurismo, el neoliberalismo y el Movimiento ESP han encontrado un escenario fructífero para la capilarización de sus discursos e ideales. Sin embargo, existen posibilidades de fisuras en los modelos hegemónicos, de modo que otras fuerzas políticas también compiten por proyectos educativos democráticos. El estudio ha contribuido a una nueva perspectiva en el análisis y comprensión de las relaciones discursivas, antagónicas y emergentes entre el neoliberalismo, el neoconservadurismo y la ESP.

Palabras clave: Escuela sin partido. Neoliberalismo. Neoconservadurismo. Democracia. Teoría del discurso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: QR Code com acesso a tabela de levantamento de pesquisas sobre o ESP	24
Figura 2: Nuvem de Palavras – Artigos sobre o ESP no SciELO/ - jun/2023	26
Figura 3: Análise de similitude – Artigos sobre o ESP no SciELO/ - jul/2023	28
Figura 4: Formação do discurso	39
Figura 5: Os sentidos do discurso	40
Figura 6: Articulação do discurso	41
Figura 7: Linha do tempo do neoliberalismo	58
Figura 8: Contrastes entre planejamento educacional e gestão por incentivos	65
Figura 9: Registro da atuação de Miguel Nagib no site do IMIL	75
Figura 10: Startups na área de educação parte 1	77
Figura 11: Startups na área de educação parte 2	78
Figura 12: sequência de <i>tweet's</i> do ESP sobre suas articulações com Olavo de Carvalho	85
Figura 13: Principais argumentos apresentados pelo ESP	88
Figura 14: Conjunto de teses do STF à luz das ADPF's contra o ESP	90
Figura 15: Página inicial do site Escola Sem Partido	92
Figura 16: sequência de <i>tweet's</i> do ESP sobre os objetivos do movimento	93
Figura 17: <i>tweet</i> do ESP atacando o PT	95
Figura 18: Alexandre Frota, Mendonça Filho e Marcello Reis	99
Figura 19: Transmissão no YouTube de Adolfo Sachsida em defesa de pautas do ESP	99
Figura 20: Foto de Adolfo Sachsida exibindo o livro 'Professor não é educador'	100
Figura 21: Propostas do candidato Jair Bolsonaro em 2018 para a educação.	103
Figura 22: <i>tweet</i> de Jair Bolsonaro incitando criação de PL contra a 'ideologia de gênero' (sic)	104
Figura 23: o inimigo professor	117
Figura 24: o inimigo instituição pública	117
Figura 25: o inimigo grêmio estudantil	118
Figura 26: o inimigo ENEM	118
Figura 27: divulgação de modelo de notificação extrajudicial	123
Figura 28: comprovante de administração da conta no <i>twitter</i>	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A destituição de Dilma Rousseff como golpe de Estado	20
Quadro 2: Principais projetos de lei correlacionados ao ESP.....	47
Quadro 3: Questionamentos discursivos norteadores da pesquisa.....	51
Quadro 4: Rede de apoio do ESP.....	96
Quadro 5: Principais proposições favoráveis e complementares ao PL 867/2015 versus proposições antagônicas.....	109
Quadro 6: Discursos e efeitos de sentido do ESP	111
Quadro 7: Comentários realizados no vídeo de desligamento de Miguel Nagib.....	132
Quadro 8: Campos semânticos da nova direita.....	133
Quadro 9: Disputas incorporadas pelo movimento Escola Sem Partido (2016- 2022).....	148

LISTA DE ORGANOGRAMAS E TABELA

Organograma 1– Áreas de concentração das pesquisas sobre o Escola Sem Partido (out/2019).....	24
Organograma 2– Áreas de concentração das pesquisas sobre o Escola Sem Partido (até dez/2022).....	25
Tabela 1 – Principais grupos neoliberais e neoconservadores no Congresso Nacional na legislatura 2023-2027.....	138

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do discurso
ADPF's	Arguições de Descumprimento de Preceitos Fundamentais
APLB	Associação dos Professores Licenciados do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DNEDH	Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECIM	Escola Cívico-militar
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IL	
ILB	Instituto Liberal de Brasília
IMIL	Instituto Millenium
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
LGBT's	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais
MBL	Movimento Brasil Livre
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MP	Medida Provisória

MPF	Ministério Público Federal
MRP	Mediterranean Regional Project
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PESP	Programa Escola sem Partido
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PL's	Projetos de Lei
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
TD	Teoria do Discurso
TIC	Tecnologias de Informação e de Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Análises e considerações preliminares	22
1.3 Problemática e objetivos	30
1.4 Apresentação das seções	31
2 PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÕES EPISTEMETODOLÓGICAS	34
2.1 A Escola de Essex de teoria do discurso como ferramenta de análise de discurso	38
2.2 Teoria do discurso e o Escola Sem Partido	42
2.3 Reflexões prévias de análise.....	50
3 O PROCESSO DE ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO, NUANCES DO NEOCONSERVADORISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	53
3.1 (Neo)liberalismo(s): apontamentos históricos	57
3.2 As reconfigurações neoliberais e as ofensivas no campo das políticas educacionais.....	61
3.3 Neoconservadorismo e racionalidade neoliberal: as novas facetas de desmonte democrático	67
3.4 Neoliberalismo, neoconservadorismo e suas influências no cenário nacional.....	71
4 EDUCAÇÃO SOB VIGILÂNCIA E O PROJETO DE PODER SOB A ÓTICA DO ESCOLA SEM PARTIDO.....	82
4.1 Entre histórias e históricos: o surgimento do ESP	83
4.2 Bandeiras, configurações e reconfigurações do Escola Sem Partido	87
4.3 Frentes de atuação do Escola Sem Partido e suas redes de apoio.....	95
4.4 Projeto educacional versus projeto societário (discursivo): como se desvela o Escola Sem Partido de 2016 a 2022 na sociedade brasileira?	106
5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS, RUPTURAS DEMOCRÁTICAS, PROJETOS NEOLIBERAIS E NEOCONSERVADORES: ANÁLISES A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO	115
5.1 Doutrinação: um significante vazio	115
5.2 Conservadorismo, neoliberalismo e o ESP: reflexos nas políticas educacionais.....	120
5.3 Democracia em disputa, antagonismos e outros projetos de educação ...	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
Conclusão	153

Referências 155

Apêndice 170

1 INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa desta tese nasce da vivência da pesquisadora enquanto profissional da educação básica, técnica e tecnológica, que no exercício de suas funções acumulou o cargo de coordenação geral de um sindicato dos Trabalhadores da Educação Profissional Tecnológica entre 2015 a 2016. Nesse período de intensa articulação das pautas grevistas, e a partir do acompanhamento de relatos de diversos companheiros profissionais da educação, que no âmbito de seus respectivos exercícios profissionais ou de suas atividades de militância, foram perseguidos, e censurados por defensores do movimento Escola Sem Partido (ESP). Nesse sentido, despertamos a curiosidade epistemológica para escolher esse movimento e sua atuação como temática de estudo. Diante dessa inquietação, desenvolvemos um estudo no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, em sede de pesquisa de mestrado, intitulado 'Da emergência de um movimento à configuração de um programa: o Escola Sem Partido na atual sociedade brasileira' (COSTA, 2020), que teve por objetivo examinar a emergência do movimento/programa 'Escola Sem Partido', os fundamentos, tensões e contradições na sociedade brasileira de 2004 a 2019, com foco no campo normativo e educacional.

A pesquisa realizada, por uma perspectiva interdisciplinar, forneceu sustentáculo para o embasamento teórico da tese, de que o Escola Sem Partido representa um projeto tático que reúne discursos de caráter neoliberal, neoconservador e autoritário, e no contexto pós-golpe de 2016, encontra um cenário frutífero para promoção de seus discursos, articulação de seus projetos, pois o trabalho desenvolvido na dissertação deu conta de caracterizar o contexto político-social em que surge o ESP, seus principais fundamentos e objetivos na atualidade, suas tensões e contradições, dentre outras informações de relevância.

Situamos do prelúdio que nossa pesquisa é despida de quaisquer engessamentos protocolares do saber moderno ligados à neutralidade, distanciamento do objeto, meras constatações ou ainda construções sem posicionamentos, pois a ação nunca se constitui num vazio relacional: há sempre posições previamente constituídas, com as quais se conta, pelas quais se luta ou contra as quais se confronta (BURITY, 2010).

Nos alinhamos a Burity (2010), quando este afirma que a posição assumida

encontra e propõe na abordagem discursiva uma forma de nomear e narrar o real em nosso tempo que simultaneamente se assume descrevendo-o e intervindo sobre ele, reconfigurando-o ou buscando fazê-lo, frente a outras formas de representar o real. Burity (2010) também demarca que uma disputa pelo que há, pelo que está acontecendo, pelo para-onde-vão as coisas, e que, mais do que uma guerra de interpretações, há uma disputa hegemônica pelo mundo em que vivemos. Por isso, no decorrer da tese, apresentaremos um processo de disputa pela educação que queremos, de disputa ante os retrocessos vivenciados e pelas propostas obscurantistas, conservadoras e reacionárias que têm surgido no âmbito da sociedade brasileira, a partir do golpe de 2016 até 2022.

E é nesse contexto de disputas, que o ESP surge em 2004, com a proposta de reagir ao suposto fenômeno da instrumentalização do ensino para fins político- ideológicos. Nesse período, identificou-se como uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária (NAGIB, 2021). O ESP ganha projeção como um programa a partir do ano de 2014, ao assumir uma posição contrária as pautas historicamente defendidas por movimentos sociais de trabalhadores da educação, a exemplo da educação plural e democrática, a liberdade de ensinar, o pluralismo de ideias, o direito à participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, dentre outros (COLOMBO, 2018), além de vincular-se direta e publicamente a diversos grupos neoliberais e personalidades políticas, a exemplo da família Bolsonaro, Movimento Brasil Livre, Instituto Millenium e outros *think tanks*.

A articulação do ESP se capilariza na sociedade brasileira com maior intensidade a partir do ano de 2014, momento em que sua atuação atinge a esfera legislativa, através da disseminação de Projetos de Lei (PL's) que têm por escopo alterar diversos dispositivos que tratam da educação, a exemplo da Constituição Federal de 1988 (CRFB, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB, 1996), ou ainda contrariar disposições de outros documentos/textos normativos, como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2003, 2006), Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (DNEDH, 2012), dentre outros.

A partir dessa (re)definição no ano de 2014, o Escola Sem Partido passa a

se basear em três pilares centrais: libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo (MIGUEL, 2018). Já Penna (2017) observa que o ESP age a partir de quatro elementos: uma concepção de escolarização; desqualificação do professor; estratégias discursivas fascistas; defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos. O desdobramento prático desses pilares e elementos é capilarizado, sobretudo, a partir do processo de ruptura democrática vivenciado no golpe de 2016, que instaura as estratégias do passado da classe dominante brasileira para interromper as conquistas, ainda que parciais, advindas da Constituição de 1988 e das políticas governamentais do governo Lula (FRIGOTTO, 2017).

Martuscelli (2020), ao analisar o processo de destituição de Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República, pontua que muitas são as polêmicas envolvendo esse acontecimento político, especialmente as ligadas à sua caracterização como sendo ou não um golpe de Estado. Nesta tese, suplantamos a abordagem institucionalista e, ao considerar os aspectos políticos e conjunturais que envolvem tal fato, assumimos a posição de que esse processo de destituição se caracteriza como um golpe. Todavia, não se trata de um golpe civil-militar, assim como vivenciado em 1964. Santos (2017, p. 12) observa que:

[...] assalto ao poder comporta surpresa e traição. Pode ocorrer em qualquer regime – monárquico, oligárquico, submetido a ditaduras civis ou militares –, mas golpes parlamentares só ocorrem em sistemas de democracia representativa. Nestes, a ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teleológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões subversivas. Distinguem-se dos protocolados golpes militares por não amputarem as prerrogativas funcionais das instituições. Dispensando o aparato militar, não se identificam, contudo, com as habituais soluções civis para crises de grande envergadura, estas bem catalogadas pelas análises acadêmicas – por exemplo, a substituição do regime presidencialista pelo parlamentarista ou vice-versa.

Monteiro (2018), afirma que a ruptura da ordem institucional e a interrupção do mandato presidencial de Dilma não foi feita aos moldes dos golpes de Estado clássicos,

Mas por meio de um neogolpe, uma forma de destituição complexa, relativamente nova na literatura política, que tem como principal característica a ausência do uso da força e a aparente manutenção da ordem institucional, por meio de um estrito, porém deturpado, respeito ao rito constitucional; mas que se apresenta, contudo, como uma das maiores ameaças contemporâneas ao cumprimento de mandatos presidenciais democraticamente eleitos (MONTEIRO, 2018, p. 61).

Uma série de elementos envolvem tal processo, de maneira que corroboramos com o compêndio apresentado por Martuscelli (2020), que sintetiza as teses apresentadas por Boito Jr (2018); Souza (2016), Santos (2017):

Quadro 1: A destituição de Dilma Rousseff como golpe de Estado

Golpe de Estado	Destituição de Dilma Rousseff
Objetivo central	Reforço da hegemonia política do capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada por meio da reivindicação e implementação de uma versão extremada da política neoliberal
Força política dirigente	Capital financeiro internacional e burguesia a ele associada
Base social ou força motriz	Alta classe média
Forças institucionais perpetradoras	Congresso Nacional e Aparato judicial composto por STF, Judiciário, MP, Lava Jato
Meios empregados	Uso casuístico da lei do impeachment e conluio entre aparato judicial e mídia corporativa para legitimar a lisura técnica do golpe.

Fonte: Martuscelli (2020, p. 99)

Feito tais esclarecimentos em relação ao uso do termo, consideramos que a partir do golpe de 2016, os ideais do ESP passam a ser refletidos em diversas questões educacionais que se desenrolaram a partir desse contexto político-social, onde destacamos: reforma do ensino médio, emenda constitucional do teto dos gastos, ofensiva obscurantista contra a educação pública (sucateamento das instituições de ensino, cortes orçamentários), pânico moral e questões de gênero e sexualidade (discussões da Base Nacional Curricular Comum e dos Planos de Educação e a supressão dos termos ‘gênero’ e ‘orientação sexual’), perseguição ao Paulo Freire¹, educação militarizada, *homeschooling*, dentre outras.

É importante mencionar que neste período, o cenário educacional foi marcado por intensas mobilizações em virtude dos ataques neoliberais, com duras investidas em desfavor dos direitos sociais e de medidas relacionadas à reforma empresarial da educação. Concordamos com Ximenes (2016), ao observar que o ESP, além de representar um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais brasileiras, tem suas pautas articuladas às outras agendas de reformas educacionais de caráter gerencial, como a privatização e o corte de recursos públicos para a educação pública, o que coloca em ameaça o próprio direito à educação.

Por esse motivo, nossa análise será recortada para as novas articulações

¹ A exemplo da sugestão legislativa nº 47/2017 que tinha por objetivo revogar a Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira.

do ESP que se desenrolam a partir da consolidação do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016, nos valendo dos aspectos conservadores, autoritários e neoliberais que permeiam a sociedade brasileira nesse dado contexto de instabilidade democrática. Esse processo de radicalização neoliberal é geralmente associado ao esvaziamento da democracia, além da utilização de estratégias autoritárias. Não por acaso, diversos candidatos aos cargos municipais das eleições de 2016, prevaleceram-se de discursos que encampavam bandeiras como: defesa da família, contra a ‘ideologia de gênero’ (sic), vouchers escolares, contra a ‘doutrinação ideológica’ (sic), a favor do Escola Sem Partido, etc. Esse cenário também se repete nas eleições de 2018, destacamos, inclusive, que na proposta de plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a candidatura presidencial em 2018, Jair Bolsonaro defendeu diversas propostas do ESP ao tratar da educação: “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE [...] Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (TSE, 2018, grifo do autor).

Entendemos que a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e seu forte apoio aos ideais do ESP, representam um marco importante de análise para as atuais mutações que o movimento vem apresentando, incluindo as rearticulações da caçada antigênero (JUNQUEIRA, 2018), que se deu após a apreciação das Arguições de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF's) 526, 467, 460, 461, 465 e 600, que ocorreu no ano de 2020, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu, dentre outros aspectos, que proibir a discussão, ou ainda a divulgação de material sobre gênero e sexualidade nas escolas, não cumpre com o dever estatal de promover políticas de inclusão e de igualdade, contribuindo para a manutenção da discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero (STF, 2020).

A despeito de tais decisões, demarcamos a posição de que os ideais que permeiam as bandeiras do Escola Sem Partido e dos grupos conservadores e fundamentalistas que o circundam não se materializam tão somente em projetos de lei, eles se capilarizam de forma discursiva no seio social, pautados em pânicos morais (MISKOLCI, 2007; COSTA, 2019), de modo que esse discurso de caráter ultraconservador representa uma narrativa dotada de vida própria, disponível para qualquer pessoa e/ou grupo político que queira utilizá-lo de acordo com seus

próprios interesses.

Por isso, enfatizamos que, com a emergência do governo Bolsonaro (2018-2022), ocorre o desmantelamento das políticas sociais continua avançado, tanto a partir de uma racionalidade neoliberal, como de uma racionalidade neoconservadora (BROWN, 2019). Ou seja, uma mescla de neoconservadorismo com neoliberalismo que propõe o enxugamento do Estado no combate às desigualdades e uma ampliação do Estado nos controles dos que se opõem a esse projeto (APPLE, 1993).

Nesse contexto, nossa tese é de que o Escola Sem Partido é efeito de disputas e articulações de discursos neoliberais e neoconservadores, e no contexto pós-golpe de 2016, encontra um cenário frutífero para promoção de seus discursos, articulação de seus projetos no plano legislativo e capilarização de seus ideais no seio social.

Partimos também da compreensão de que o ESP se apropria de uma concepção discursiva educacional de caráter antidemocrático, intolerante, apassivada, meritocrática, contrária aos princípios constitucionais e republicanos, fundada nos valores neoliberais, autoritários e neoconservadores, em que a educação é pautada enquanto um serviço, um produto a ser consumido, e não um direito fundamental social voltado para a formação cidadã, além de defender o poder total dos pais/mães/responsáveis sobre seus/suas filhos. De modo que reduz o processo de ensino-aprendizagem à mera transmissão de conhecimento, apropria-se de modo equivocado e descontextualizado de princípios de direitos humanos e procura difundir a falsa neutralidade da educação e do conhecimento.

Nesse sentido, nos próximos tópicos apresentaremos maiores detalhamentos de caráter introdutório sobre a pesquisa.

1.1 Análises e considerações preliminares

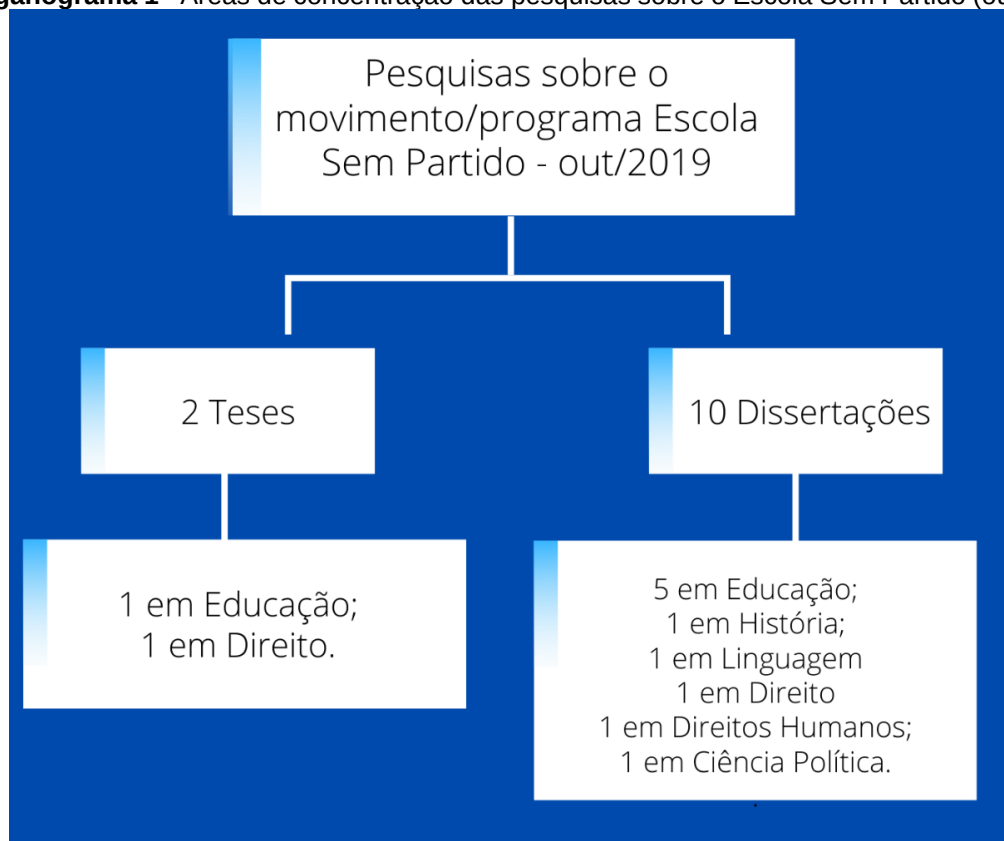
Enfatizamos que os delineamentos da pesquisa se ancoram em mapeamentos e discussões já desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, em sede de pesquisa de mestrado, que teve por objetivo examinar a emergência do movimento/programa “Escola Sem Partido”, os fundamentos, tensões e contradições na sociedade brasileira de 2004 a 2019, com foco no campo

normativo e educacional, mas não se limita a ela.

A pesquisa já realizada em nível de mestrado, por uma perspectiva interdisciplinar, fornece sustentáculo para o embasamento teórico do presente projeto, pois deu conta de caracterizar o contexto político-social em que surge o ESP, seus principais fundamentos e objetivos, suas tensões e contradições, dentre outras informações de relevância. Nesta tese, analisamos as disputas e articulações discursivas em torno do ESP e seus efeitos em políticas educacionais (2016 a 2022), com foco no discurso.

Inicialmente, foi feito um levantamento até 2019 na Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por Costa (2020), que constatou a escassa produção sobre a temática do Escola Sem Partido, apenas 12 produções, apenas 12 produções, sendo 10 em nível de mestrado e 2 em nível de doutorado. Essa pesquisa, realizada para construção da dissertação, possibilitou identificar as diferentes perspectivas investigadas, os estudos recorrentes, as lacunas e o campo de produção de tais estudos, o que nos forneceu algumas definições para continuidade da pesquisa à nível de doutorado.

Organograma 1– Áreas de concentração das pesquisas sobre o Escola Sem Partido (out/2019)



Fonte: COSTA (2020).

Atualizando a pesquisa de Costa (2020), nas análises realizadas em junho de 2023, considerando as pesquisas publicadas até 2022 na plataforma Sucupira, foram localizados 148 trabalhos, entre teses e dissertações, incluindo produções de programas profissionais, que tratam do Escola Sem Partido como objeto de pesquisa, organizados da seguinte maneira: 22 produções de Doutorado, 28 produções de Mestrados Profissionais e 98 produções de Mestrados Acadêmicos. Dessas, uma foi fruto da dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), intitulada “A percepção de docentes da rede municipal de João Pessoa sobre o Movimento Escola Sem Partido” de Soares (2019), que teve por objetivo compreender a percepção dos e das docentes de uma rede municipal de ensino acerca do Movimento Escola Sem Partido MESP.

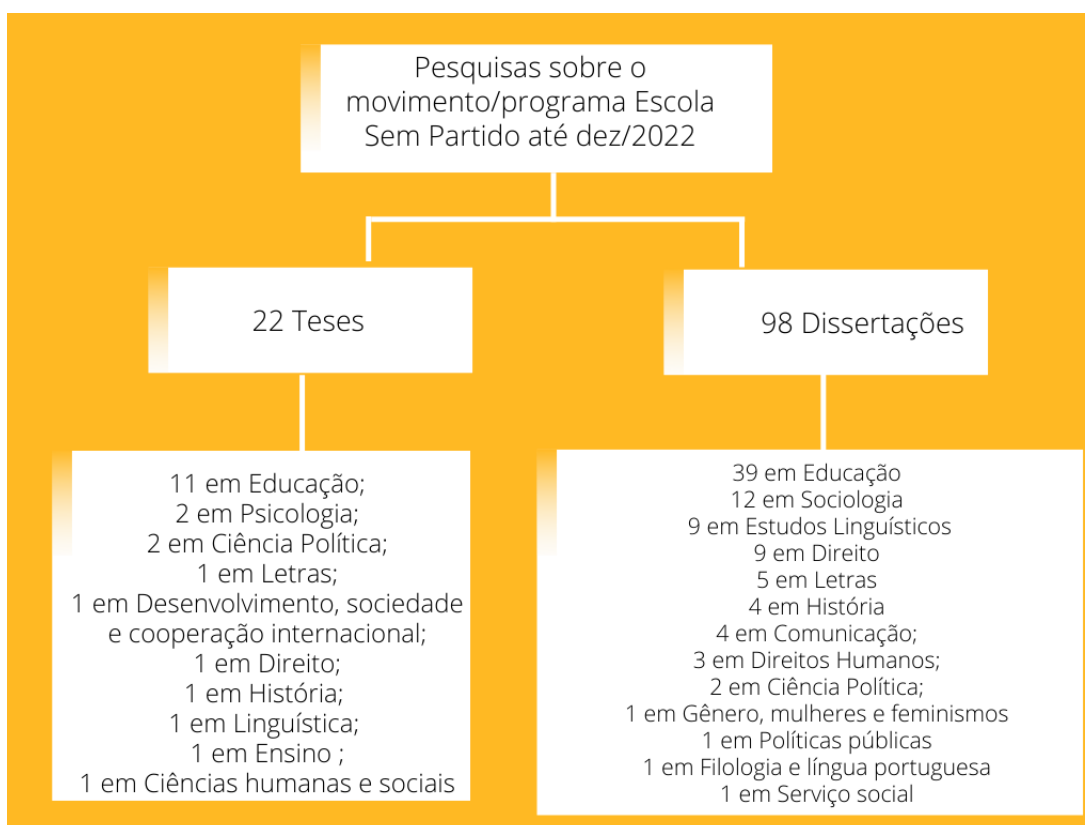
A tabela completa com o levantamento contendo os seguintes dados: nível (mestrado, mestrado profissional e doutorado); ano; programa/instituição; autor(a); e título, pode ser acessada através do QR Code da figura 01 ou no apêndice desta pesquisa:

Figura 1: QR Code com acesso a tabela de levantamento de pesquisas sobre o ESP



Fonte: elaboração da autora.

Na verificação desse material, optamos por considerar apenas as pesquisas de programas acadêmicos, de maneira que identificamos as seguintes áreas de concentração:

Organograma 2– Áreas de concentração das pesquisas sobre o Escola Sem Partido (até dez/2022)

Fonte: elaboração própria. Dados obtidos na Plataforma Sucupira (CAPES) em junho de 2023.

A partir da análise prévia qualitativa, merece destaque o período de produção dessas pesquisas, que vai de 2016 a 2021, com grande concentração entre os anos de 2018, 2019 e 2020. Além disso, também é oportuno compararmos que há um aumento considerável da quantidade de trabalhos que tratam da temática do Escola Sem Partido, em relação ao levantamento realizado em 2019. Outro ponto de relevância diz respeito a multiplicidade de áreas de conhecimento onde tais investigações foram realizadas, no primeiro levantamento, foram localizadas apenas produções na área de educação, ciência política, linguagem, história, direito e direitos humanos; já no levantamento atual, foram identificadas novas áreas das ciências humanas, tais como antropologia, jornalismo, comunicação, serviço social, dentre outras.

Frisamos que ambos os levantamentos foram realizados a partir da combinação de descritores (“Escola Sem Partido”), e refinamentos metodológicos a partir da leitura do título, resumo (quando disponível) e das palavras-chave. Quando houve a necessidade de maior aprofundamento para se destacarem os objetos, tomou-se o texto na sua íntegra para a leitura.

Ao considerar a figura 02, corroboramos com a análise de Soares (2018b), ao demonstrar que a nuvem de palavras é um recurso muito útil para visualizar os termos mais frequentes e, portanto, as temáticas mais relevantes apresentadas no corpus analisado. Os termos que aparecem em maior destaque na nuvem de palavras são: Escola_Sem_Partido, educação, movimento, movimento_escola_sem_partido escola, ESP, educacional, conservador, discurso, ensino, professor, ideologia, ideologia_de_gênero, social, política. Ao compatibilizar tais termos com o corpus, consideramos que não se tratam de meras palavras para subsidiar a construção dos objetivos/objetos/processos de pesquisa, mas sim de termos de relevância que dialogam com as principais questões que são tensionadas pelo ESP, quais sejam: um movimento que promove uma disputa ideológica sobre a educação e os projetos e políticas educacionais; que ataca a liberdade de ensinar e a liberdade de expressão dos professores; a promoção de discursos conservadores; o ataque à abordagem das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar; dentre outros aspectos.

Além disso, ao consideramos a ampla gama de palavras que aparecem com menor destaque, também em comparação com o *corpus* de análise, é possível verificar que há uma multiplicidade de objetos que se desdobram na construção dos trabalhos analisados, como: direitos_humanos; liberdade; *homeschooling*; doutrinação_ideológica; neutralidade; neoliberalismo; religioso; educação_básica; mídias_sociais; lei; direito; identidade; base_nacional_comum_curricular, dentre outros. Ao longo da presente tese, tais objetos serão oportunamente discutidos.

palavras próximas e distantes umas das outras, ao formar uma árvore de palavras com suas ramificações a partir das relações guardadas entre si nos textos.

Dessa maneira, ao observarmos a figura 03, é possível identificar, conforme a árvore de concorrência, que entre os pares de associação as relações são mais fortes entre as palavras: Escola_Sem_Partido – educação – movimento – brasileiro – discurso – ensino - ESP.

No desenrolar deste trabalho, dialogaremos com as discussões já abordadas nessas produções mapeadas, com o intuito não só de evidenciar o estado de conhecimento do assunto, como também de estabelecer as diferenciações entre tais pesquisas e os caminhos adotados na nossa análise. Além disso, destacamos que das produções analisadas, apenas 3 trabalham com teoria do discurso, sendo: 1 artigo (MACEDO, 2018) e 2 dissertações (SALLES, 2019) e (LINDENMEYER, 2021). Destes, chamamos atenção para as construções de Salles (2019), que teve por objetivo destrinchar como o ESP, desde sua criação em 2004 até o ano de 2014, consolidou uma concepção conservadora de educação em torno do discurso de combate ao que seus fundadores e adeptos denominam como “doutrinação ideológica” em salas de aula. Nas suas considerações, Salles (2019, p. 116) pontua que:

O Escola Sem Partido é uma iniciativa político-ideológica de aparelhamento do sistema de ensino brasileiro para garantir que essa hegemonia conservadora, que vem assumindo novas formas desde o desmanche do último grande projeto autoritário, possa se restabelecer.

Destacamos que para além da existência de poucos trabalhos que discutam o ESP a partir da teórica do discurso, nossas tessituras teóricas se desdobram por outros ângulos de análise, bem como outros cortes temporais, mais especificamente, nossas investigações centram-se nas influências da sociedade neoliberal e neoconservadora nas políticas educacionais brasileiras e os discursos do Escola Sem Partido, no contexto após o golpe de 2016 até o ano de 2022.

Nesta tese, estabelecemos as construções teóricas a partir da noção de educação e políticas educacionais, reformas econômicas da educação, as definições do espaço público e privado e seus desdobramentos nas questões educacionais, racionalidade neoliberal e racionalidade conservadora, hegemonia, pânico moral e as abordagens de gênero e sexualidade nas escolas, caçada

antigênero, teoria do discurso, dentre outros assuntos que guardam correlação com o ideário do Escola Sem Partido.

Para sustentar nossa investigação, dedicamos uma etapa para o processo de estado do conhecimento (ROMANOWSKI; ENS, 2006; FERNANDES; D'ÁVILA, 2016), mais especificamente para uma atualização no levantamento e estudo de publicações e periódicos da área, bem como de teses e dissertações sobre a temática do Escola Sem Partido.

Considerando os procedimentos apontados por Romanowski e Ens (2006) como necessários para realização de pesquisa do tipo estado da arte ou ainda estado de conhecimento, destacamos que nos valem das seguintes etapas: definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, bibliotecas eletrônicas que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos (a exemplo do portal capes de periódicos e da plataforma SciELO); e levantamento de teses e dissertações catalogadas (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

1.2 Problemática e objetivos

Diante das definições e levantamentos realizados até o momento, bem como de alguns recortes e posições já apresentadas, concordamos com a afirmação de Deslandes (2004, p. 38) que “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores”. Diante disso, esta pesquisa norteia-se a partir do seguinte problema: Quais disputas e articulações discursivas se desdobraram em torno do ESP e como se deram seus efeitos em políticas educacionais de 2016 a 2022?

Por considerarmos que o movimento Escola Sem Partido representa um discurso educacional de caráter neoliberal, autoritário e neoconservador, pois alinha interesses do mercado financeiro globalizado a uma retórica moralista e fundamentalista religiosa, **defendemos a tese que:**

ESP é efeito de disputas e articulações de discursos neoliberais e neoconservadores, que têm por base a despolitização, autoritarismo, produtivismo, lógica mercantil, competitividade, tendo como efeitos políticas para

marginalização de grupos socialmente vulnerabilizados e desestabilização do sistema democrático.

Tendo em vista a pergunta-problema, o **objetivo geral** dessa pesquisa, estabelece os propósitos, a intenção e a ideia principal, que é: investigar as disputas e articulações discursivas em torno do ESP e seus efeitos em políticas educacionais de 2016 a 2022.

Gil (2002) observa que enquanto o objetivo geral se refere a conceitos mais ou menos abstratos, os objetivos específicos tentam descrever, em termos mais claros, o que será obtido num levantamento, ou seja, referem-se a características que podem ser observadas e mensuradas. A fim de subsidiar o objetivo geral, esta pesquisa tem os seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar as disputas ideológicas que foram incorporadas pelo movimento Escola Sem Partido a partir do processo de ruptura democrática pós-golpe de 2016;
- Identificar as confluências entre as proposições de reformas econômicas da educação e as pautas do Escola Sem Partido;
- Examinar como as pautas neoliberais do Escola Sem Partido se articulam com as demandas autoritárias desse movimento;
- Investigar o projeto de sociedade que a agenda governamental (2016-2022) promove e as suas confluências com os ideais do Escola Sem Partido.

Em virtude das escolhas epistemológicas, partilhamos do entendimento de Oliveira (2018), de que as pesquisas referenciadas na Teoria do Discurso (TD) não se propõem a confirmação ou refutação de hipóteses teóricas. Por isso, na próxima seção, apresentaremos maiores delineamentos dos esforços ontológicos, metodológicos e epistemológicos com os quais pretendemos trabalhar no decorrer desta pesquisa.

1.3 Apresentação das seções

No que concerne à estrutura, para além da introdução, nossa tese será dividida em:

- **Capítulo 2** – Serão abordadas as construções epistemológicas, de modo a evidenciar as perspectivas de delineamentos pós-estruturais, pós-fundacionais, pós-marxistas e da Escola de Essex de teoria do discurso.

Elucidamos a compreensão de alguns conceitos, tais como: discurso, neoliberalismo, autoritarismo, além de situar a relevância dos delineamentos epistemológicos elencados com o nosso objeto de estudo. Apresentamos como manejaremos nossa análise a partir da teoria do discurso e quais os principais conceitos que dão subsidio a nossa tese; também demonstramos nosso corpus de pesquisa, as técnicas de análise subsidiárias e as questões éticas que nos norteiam.

- **Capítulo 3** – Traçaremos uma breve análise histórica, de modo a estabelecer comparativos nacionais e internacionais para tratar da construção dos projetos societários brasileiros, sobretudo no campo das políticas educacionais. Para isso, partiremos dos estudos do reacionarismo internacional e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Ao considerar o corte temporal aqui estabelecido, ou seja, o contexto de ruptura democrática pós-golpe de 2016, dialogaremos com as novas facetas neoliberais e suas formas de articulação no campo das políticas educacionais. Também investigaremos a ascensão do neoconservadorismo e do autoritarismo, aqui entendidos como novas facetas de um projeto de desmonte democrático.
- **Capítulo 4** – Após termos situado o contexto histórico, político e social do Brasil que propicia (re)configurações e guinadas para um neoliberalismo autoritário e de vinculações neoconservadoras, nesse capítulo apresentaremos o projeto político enunciado pelo Escola Sem Partido. Para isso, discorreremos sobre seus fundamentos, configurações e reconfigurações ao longo dos anos, suas principais frentes de atuação e a rede de apoio ao movimento. Cabe situar que consideraremos o ESP tanto como um movimento, mas também como um discurso sobre educação. Como destaque, debateremos as principais articulações discursivas do ESP, para então apresentarmos os projetos educacionais e societários que o movimento assume na atual configuração da sociedade brasileira.
- **Capítulo 5** – Diante do percurso teórico dos caps. 1, 2 e 3, no capítulo 4 concentraremos a análise das questões centrais da tese a partir da teoria do discurso. Esboçaremos nossas construções discursivas a partir do diálogo do campo das políticas educacionais, os processos de rupturas democráticas, os projetos neoliberais e neoconservadores e a vinculação

do ESP com tais questões. Para isso, nos valeremos da combinação do nosso *corpus* com alguns operadores da teoria do discurso consideradas centrais para nossa pesquisa, tais como: o político e a política; antagonismo e agonismo; hegemonia; pontos nodais e exterior constitutivo; instância de legitimação do discurso; significante vazio e significante flutuante; cadeia de equivalência.

- **Considerações** - Reuniremos as principais construções levantadas na pesquisa, no intuito de demarcar alguns posicionamentos mais específicos e abordar algumas reflexões. Além disso, faremos uma retomada da discussão, levando em consideração todo o contexto já apresentado, com a intenção de apresentar os objetivos alcançados, as respostas encontradas com relação ao problema e as questões de pesquisa.

2 CONSTRUÇÕES EPISTEMETODOLÓGICAS

Fávero e Tonieto (2016) refletem que somos convidados, diante da ação de pesquisar, a explicitar os pressupostos que sustentam aquilo que propomos e o qualifica como produção do conhecimento, ou seja, os pressupostos teóricos-metodológicos das nossas pesquisas.

Neste capítulo, optamos por reunir as construções teórico-discursivas e metodológicas enquanto construções epistemetodológicas. Para Tello e Mainardes (2015), o enfoque epistemetodológico é o modo em que se constrói metodologicamente a pesquisa a partir de uma determinada perspectiva epistemológica e de um posicionamento epistemológico. A partir dessa construção, rejeitamos a ideia de neutralidade da produção de conhecimentos e demarcamos que as construções aqui estabelecidas são fruto das diversas reflexões subjetivas realizadas enquanto pesquisadora sobre o objeto de estudo. Concordamos com Tello e Mainardes (2015) de que nenhuma metodologia é neutra, e, justamente por isso, um importante trabalho de pesquisa é a preocupação com a vigilância epistemológica da metodologia da pesquisa, cuja construção deve partir da posição e perspectiva epistemológica desenvolvendo construções metodológicas consistentes.

Feito tal esclarecimento, especificamos que as construções epistemetodológicas aqui apresentadas se articulam dentro do campo das políticas educacionais a partir da perspectiva teórica pós-estruturalista e de um posicionamento teórico pós-fundacionalista, de maneira a contemplar os desdobramentos que os objetivos (geral e específicos) requerem. Tello (2012, p. 283) afirma que “o estudo do enfoque epistemológico das políticas educacionais se centra na meta-análise do processo de investigação do campo, ou seja, o modo como se planeja, desenha e se desenvolvem as investigações em política educativa por parte do sujeito que investiga”, de modo que se faz necessária a explicitação do lugar onde posiciona o investigador e a perspectiva de onde realiza sua análise, por esse motivo, demarcaremos inicialmente algumas teorizações que subsidiarão a nossa construção.

Compreendemos o pós-estruturalismo a partir das reflexões de Mendonça (2014), de que não se trata de uma forma de pensar ‘além’ ou ‘após’ a estrutura, mas sim de pôr em xeque a forma essencialista como a mesma tinha sido

até então tratada, ou seja, o foco está na crítica ao fundamento ou essência identificada e reivindicada pelo estruturalismo.

Também concordamos com Mainardes, Ferreira e Tello (2011), a partir da consideração de que no pós-estruturalismo, a ação dos sujeitos representa um aspecto crucial para a compreensão das políticas e enfatiza a fluidez do poder e sua posse pelos diferentes agentes. Além disso, corroboramos com a afirmação dos autores de que a perspectiva pós-estruturalista aponta a importância de analisar o discurso das políticas, e é o que desenvolveremos na análise do objeto aqui em estudo.

De acordo com Glynos e Howarth (2007), os proponentes do pós-estruturalismo fizeram avanços importantes no desenvolvimento de um ponto de vista ontológico alternativo para explicar criticamente uma série de fenômenos. Mais especificamente, no campo da análise social e política, eles começaram a fornecer os meios teóricos para conceituar o caráter e a transformação das estruturas sociais e esclarecer a relação entre estruturas sociais, agência política e poder.

No âmbito da educação, as correntes teóricas que conhecemos sob os rótulos de pós-estruturalismo e de pós-modernismo, de acordo com Paraíso (2004), a partir da combinação dos seus efeitos, sintetizam-se na chamada 'virada linguística' e expressam-se naquilo que se convencionou chamar de 'teorias pós-críticas em educação'. Lopes (2013), pontua que os termos pós-estrutural, pós-colonial, pós-moderno, pós-fundacional e pós-marxista, ainda que conectados, se referem a estudos distintos, com questões e problemáticas próprias para as ciências humanas e sociais, dentre elas a educação, mas que tais estudos tendem a ser incluídos no mesmo 'rótulo' pós-crítico, em virtude de o prefixo 'pós', que é frequentemente associado à ideia de etapa posterior, ter seu sentido ampliado para a ideia de reconfiguração.

É importante demarcar de início que o pós-estruturalismo não se configura como um movimento único ou um conjunto de doutrinas comuns. Entretanto, podemos, a partir de Lopes (2013) demarcar algumas características afins, tais como: a crítica ao cientificismo das ciências humanas com base na linguística; questionamento tanto da estrutura quanto do sujeito; a busca por demarcar a pluralidade dos jogos de linguagem que tornam provisório o processo de significação, sem fechamento final, sendo então um terreno de diferenças sempre passíveis de produzirem novos sentidos; a substituição da ideia de estrutura pela de

discurso; o destaque à contingência; e o questionamento de noções como a transcendência e a universalidade.

A partir das multifaces do pensamento pós-estruturalista, nos guiamos pela teoria do discurso, com ênfase na Escola de Essex, que concentra sua atenção na reprodução e transformação de ordens e práticas hegemônicas. Glynos e Howarth (2007) observam que os teóricos do discurso que se assentam nas construções pós-estruturalistas desenvolveram e continuam a desenvolver e refinar as gramáticas conceituais com as quais explicam o modo como certos projetos políticos ou práticas sociais permanecem ou se tornam hegemônicos.

Lopes (2013, p. 17) destaca que

Na teoria do discurso, os pressupostos pós-estruturais são utilizados para reconfigurar o marxismo, questionando a submissão da política à economia, a fixação da classe operária como a identidade do sujeito que confere direção à mudança social, a utopia de uma sociedade sem poder e reconciliada consigo mesma, todo e qualquer determinismo sobre o social.

Burity (2010) demonstra que a teoria do discurso veio a ser assim chamada a partir do trabalho seminal de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *Hegemonia e estratégia socialista: por uma democracia radical e plural*, em 1985, momento em que a centralidade da categoria discurso ainda não nomeava um campo novo, mas ensaiava passos nessa direção.

Marchart (2014), ressalta que do trabalho de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), constituiu-se toda uma rede de pesquisadores e teóricos hoje em dia chamada de Escola de Essex de teoria do discurso. Burity (2010) destaca ainda que pós-marxismo, teoria da hegemonia, teoria do discurso são termos que referenciam as distintas dimensões dessa intervenção intelectual e política, que traz como problemática do discurso para as ciências sociais a preocupação com o discurso político, ou com a dimensão política das práticas discursivas.

É importante demarcar, conforme observado por Freitas (2018), que a contribuição da teoria marxista, mesmo sofrendo importantes críticas na análise de Laclau e Mouffe, ainda assim mantém sua importância na construção da teoria do discurso, de maneira que autores e autoras de matriz marxista também subsidiarão o diálogo aqui abordado. Pois, conforme observam Laclau e Mouffe (1985), o prefixo 'pós' diz respeito ao abandono dos axiomas essencialistas. De maneira que ser 'pós' alguma escola de pensamento, (como exemplo, estruturalismo, modernismo,

marxismo), implica na problematização desse mesmo movimento ou escola de pensamento, ou seja, o questionamento das suas bases, das suas condições de possibilidade e de impossibilidade. Não se trata, pois, de uma evolução ou uma superação de modo a implicar que os traços da escola de pensamento questionados são apagados, por tal motivo, as construções teóricas estruturalistas, modernistas e marxistas aparecerão no decorrer deste trabalho tanto para estabelecermos contrapontos, como também para subsidiar nossas construções discursivas.

Outro importante destaque diz respeito a que os esforços teóricos de Laclau e Mouffe estão filiados a uma matriz pós-fundacionalista, entendida, conforme Marchart (2009), como uma constante interrogação de figuras metafísicas de fundamento – como totalidade, universalidade, essência e fundamento. Dessa maneira, conforme observado por Mendonça (2014), há uma constante interrogação crítica em direção aos projetos teóricos que visam se estruturar a partir de um fundamento último, a exemplo do essencialismo econômico em última instância presente na tradição marxista (no sentido de que o determinismo econômico é entendido pela tradição marxista, em última instância, como uma verdade *a priori* e uma característica necessária a todo tipo de formação social).

Mendonça (2014) ainda relata que o intento intelectual de Laclau é demonstrar que qualquer fundamento político ou de teoria política será sempre provisório e dependente das condições efetivas de sua inscrição, de tal modo que a inspiração epistemológica o pós-estruturalismo laclauniano deve considerar a ocorrência de acontecimentos políticos efetivos, movimentos políticos reais.

A partir dos esclarecimentos epistemológicos prévios acima elucidados, nos posicionamos cientes das críticas quanto aos déficits metodológicos (GLYNOS; HOWARTH, 2007) sobre a abordagem teórica do discurso pós-estruturalista. Por essa razão, levamos em consideração os apontamentos de Torfing (2005) de que as pesquisas que utilizam da teoria do discurso devem refletir criticamente sobre as questões de método e estratégia de pesquisa (a capacidade de explicar e interpretar). Também nos atentamos as críticas quanto ao déficit normativo, que toca a questão da crítica (GLYNOS; HOWARTH, 2007), nesse sentido, Critchley (2004) questiona a capacidade da teoria do discurso pós-estruturalista de avaliar e transcender a ordem existente das coisas em nome de algo novo.

Por isso, nos norteamos pelas considerações estabelecidas por Glynos e Howarth (2007) na obra 'Lógicas de Explicação Crítica em Teoria Social e Política',

para desenvolver nesta tese uma abordagem ontológica e uma gramática de conceitos, que possibilite construir e fornecer respostas as questões empíricas aqui colocadas e que possam resistir a acusações de arbitrariedade metodológica, histórica particularismo e idealismo.

Nessa abordagem ontológica, consideramos que objetos e sujeitos são marcados por uma instabilidade, de maneira que nossas construções se centram a partir das noções de discurso, contingência, historicidade e precariedade. Na análise do nosso objeto, qual seja: a configuração dos discursos do Escola Sem Partido a partir do golpe de 2016 até 2022, diante dos retrocessos vivenciados e das propostas obscurantistas, conservadoras e reacionárias que têm surgido no âmbito da sociedade brasileira, e na construção das políticas educacionais; dialogamos, a partir da teoria do discurso, com as seguintes construções teóricas: político e a política; antagonismo e agonismo; hegemonia; discurso, significante vazio, elementos, diferenças articuladas, cadeia articulatória, dentre outras.

2.1 A Escola de Essex de teoria do discurso como ferramenta de análise de discurso

Conforme já exposto no tópico anterior, o surgimento da Escola de Essex de teoria do discurso tem como ponto de partida as construções de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe a partir da obra 'Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical' (LACLAU; MOUFFE, 2015 [1985]). Os dois teóricos possuem inspiração da teoria marxista, mas passam a identificar que esse projeto teórico se mostra incapaz de dar conta da compreensão das relações sociais contemporânea, pois vislumbram que marxismo ficou restrito a uma concepção essencialista de sociedade, em uma lógica reducionista das relações sociais vinculadas ao antagonismo capital *versus* trabalho (MENDONÇA, 2010). Assim, baseados na superação determinista, a teoria do discurso apresenta uma corrente teórica pós-marxista.

Também é oportuno salientar que Laclau e Mouffe desenvolvem a sua teoria com base em conceitos da análise do discurso (AD), de tradição francesa. Andrade (2013) pontua que para a AD, o discurso pode ser objeto de lutas pelo poder, que são parte integrante das formações discursivas como lugares de hegemonia, e, enquanto construto analítico, um discurso pode ser sempre articulado a outros discursos e, de modo que não seria possível demarcar rigorosamente os seus

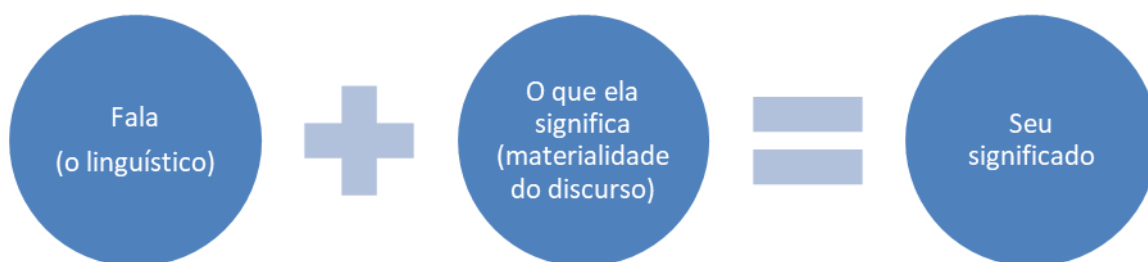
limites, porque eles não se mantêm em relação de mera contiguidade uns aos outros. Na teoria do discurso, temos a radicalização da dimensão política do discurso, tendo por ponto de partida (des)essencializar determinados conceitos hegemônicos da modernidade e da tradição sociológica, tais como classe, hegemonia e a própria noção de política, e, a partir daí, promover uma releitura desses conceitos a partir de uma ótica descentrada.

Mendonça (2010) também observa que inicialmente, a teoria do discurso tem o potencial de ser uma ferramenta de compreensão do social, a partir da construção de ordens discursivas, em articulação com noções e conceitos oriundos de várias áreas do conhecimento, como o marxismo, a filosofia desconstrutivista de Derrida, a psicanálise lacaniana, a linguística, o estruturalismo e o pós-estruturalismo.

Tendo como ponto de partida a crítica ao marxismo, Laclau e Mouffe apresentam o argumento de que o complexo social é formado por uma infinidade de identidades, constituídas a partir de relações discursivas antagônicas distintas do mero antagonismo de classe que, segundo a teoria do discurso, tem *locus* particular e não um *a priori* universal nesse intrincado jogo. Essa complexidade do social não é percebida e/ou alcançada pelo marxismo, o que exclui dessa corrente teórica a capacidade de análise mais refinada e pertinente dos múltiplos antagonismos sociais possíveis (LACLAU; MOUFFE, 1985; 2015),

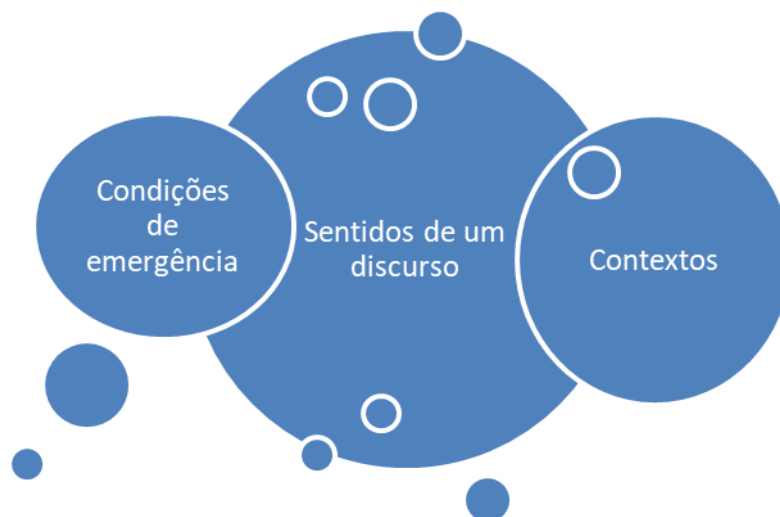
Assim, temos que para a teoria do discurso, o social deve ser percebido a partir da lógica do discurso. Desse modo, para Laclau e Mouffe (1985; 2015), o discurso é uma prática significativa que constitui e organiza relações sociais. Toda produção de sentidos depende de uma estrutura discursiva. Portanto, discurso é a ligação entre palavras e ações que formam totalidades significativas, conforme podemos compreender no esquema:

Figura 4: Formação do discurso



Freitas (2019, p. 479-480) ressalta que os sentidos de um discurso devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência, e, por isso, sempre será precário, contingente e limitado ao seu corte antagônico.

Figura 5: Os sentidos do discurso

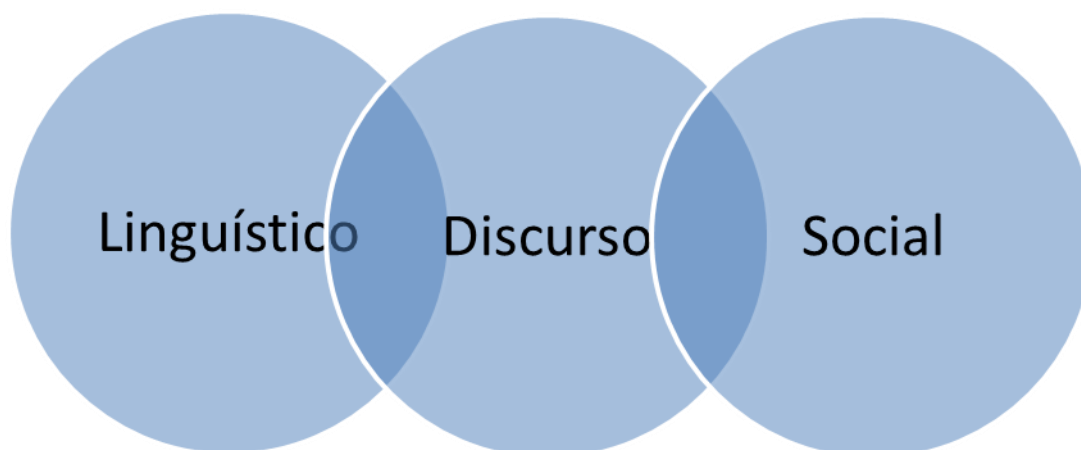


Fonte: elaboração da autora, 2023.

Freitas (2019, p. 480) também observa a partir de Laclau e Mouffe (1985) que um discurso se forma sempre na tentativa de dominar o campo da discursividade, buscando se constituir como um ponto nodal, ou seja, ponto hegemônico, de maneira que todo discurso busca se hegemonizar, uma identidade tenta impor sua particularidade sobre a outra, mesmo que seu sentido nunca seja plenamente constituído; por isso, temos a impossibilidade de totalização, a impossibilidade da formação de um discurso pleno.

Cabe ressaltar que no âmbito da análise do discurso, Foucault (1986) difere práticas discursivas de não discursivas. Para Laclau e Mouffe não há essa diferenciação. Tudo é discurso (não há separação entre o linguístico e o extralinguístico), de tal modo que o linguístico não pode ser visto separado do social, sendo assim, rejeita-se a separação entre práticas discursivas e práticas não discursivas, pois o discurso não possui um caráter meramente mental, mas sim material (LACLAU; MOUFFE, 1985; 2015).

Figura 6: Articulação do discurso



Fonte: elaboração da autora, 2023.

Em termos de desenvolvimento da teoria do discurso, Freitas (2018) e Mendonça (2010) observam que há uma espécie de separação nas propostas teóricas desenvolvidas por Laclau e Mouffe após a obra inaugural em 1985, com o intuito de promover a divulgação dos seus principais aspectos teóricos e epistemológicos. Para os referidos comentaristas, Laclau deu continuidade do projeto de elaboração de uma teoria de análise do social, tendo como aspecto principal a ampliação explicativa da categoria hegemonia, além de desenvolver aspectos teóricos da teoria do discurso. Já Mouffe, concentra-se nas categorias de antagonismo e de hegemonia e na proposição de uma teoria política normativa, onde critica teóricos do modelo deliberativo, mais especificamente Habermas e Rawls, e elabora a ideia de uma democracia agonista (MOUFFE, 2015). Afirmamos que o projeto de ambos os teóricos subsidiará os diálogos aqui estabelecidos.

Desse modo, a partir do que foi apresentado, a escolha da teoria do discurso como aparato teórico da presente tese fundamenta-se por ser esta uma teoria que possibilita a compreensão dos discursos produzidos pelo Escola Sem Partido desde a sua configuração como um movimento autointitulado independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020), perpassando pela sua (re)configuração enquanto um Programa, com disponibilização de projetos de lei federal, estadual e municipal, com o intuito de tornar estabelecer alterações na LDB (BRASIL, 1996), determinar deveres dos professores, dentre outros aspectos, além das suas atuais

configurações no âmbito da sociedade brasileira, sobretudo após o contexto social que se desenrola após o processo de ruptura democrática vivenciado no Brasil a partir de 2016, com forte capilarização dos ideais neoliberais, além da ascensão do autoritarismo.

Nosso intuito é identificar os elementos antagônicos produzidos pelo Escola Sem Partido em suas diferentes fases e, a partir disso, demonstrar as articulações discursivas e as identificações do bojo político por ele desenvolvido, considerando o contexto e as condições de emergência. Dessa maneira, a teoria do discurso assume uma posição de relevância para subsidiar nossas análises.

No próximo tópico, demonstraremos as vinculações entre os aportes da teoria do discurso e os aspectos metodológicos que serão utilizados para capturar a formação da realidade construída pelo Escola Sem Partido.

2.2 Teoria do discurso e o Escola Sem Partido

Pouca ou nenhuma atenção foi dada à relação discursiva/antagônica estabelecida pelo Escola Sem Partido em relação ao campo da educação no período de surgimento desse movimento. Penna (2016) analisa que quando o movimento foi criado, a ideia foi tida como absurda e levou os /as educadores/as a se chocarem com as ideias e, muitas vezes, a rir, de maneira que a ameaça apresentada por esse discurso não foi devidamente enfrentada. O autor pontua que isso se deve ao fato de justamente tal assunto parecer tão absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional.

No âmbito científico, demonstramos que apesar do surgimento do ESP ter acontecido em 2004, temos a inexistência de trabalhos sobre o assunto até o ano de 2016. Nesse sentido, muitas capilarizações discursivas e a produção de dissonâncias cognitivas por parte do ESP foram orquestradas, principalmente no âmbito das redes sociais (a partir do ano de 2022, com maior ênfase no *twitter*), através de uma linguagem próxima a do senso comum que recorre a dicotomias simplistas e de práticas articulatórias entre grupos fundamentalistas religiosos, neoliberais, conservadores, dentre outros.

No trabalho desenvolvido à nível de dissertação, relatamos em nossas considerações que o Escola Sem Partido não se trata mais de uma personificação restrita a uma organização ou PL's pulverizados por todo o Brasil (COSTA, 2020),

ele é, conforme Salles (2019), mais do que tudo, um discurso ultraconservador sobre educação que está disponível para qualquer pessoa ou grupo político que queira utilizá-lo de acordo com seus interesses.

Para dar continuidade à análise desse objeto, consideramos que a teoria do discurso pode fornecer os recursos conceituais e interpretativos importantes para a presente investigação, dada a complexidade social da temática e a posição que assumimos do Escola Sem Partido enquanto uma identidade que visa se constituir a partir de ordens discursivas que disputam sentidos no âmbito da educação e das políticas educacionais.

Nossa investigação assume uma maior relevância, sobretudo a partir das notícias e anúncios veiculados sobre o “fim do Escola Sem Partido”, que se deram por duas lógicas: 1) com o anúncio de Miguel Nagib de encerramento das atividades do movimento, no ano de 2019 (tal anúncio fora realizado em julho, mas meses depois, Nagib voltou atrás); em agosto de 2020, Nagib publicou um vídeo de despedida no site do ESP, intitulado ‘o adeus do fundador’², entretanto, o site continuou operando normalmente. Também realizou uma postagem de despedida no *twitter*, em 22 de agosto de 2020³. Porém, em maio de 2022, a página do ESP no *twitter*, que era alimentada por Nagib, voltou a realizar publicações e, até o mês de julho de 2022, tem realizado postagens diariamente; 2) A suposta extinção judicial do ESP⁴ - dentre os projetos de lei que tramitaram com a finalidade censurar o debate de gênero e sexualidade nos currículos escolares, alguns obtiveram aprovação em suas respectivas casas legislativas, principalmente no âmbito municipal. Na contraofensiva, foram ajuizadas no STF diversas ADPF’s, questionando tais dispositivos. Assim, além do que já elucidamos na p. 21, na apreciação das ADPF’s 526, 467, 460, 461, 465 e 600, que ocorreu no ano de 2020, o STF pontuou que ao aderir à imposição do silêncio, da censura e, de modo mais abrangente, do obscurantismo como estratégias discursivas dominantes, de modo a enfraquecer ainda mais a fronteira entre heteronormatividade e homofobia, a legislação impugnada contrariou dispositivos constitucionais, tais como a promoção do bem de todos e o princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (STF, 2020).

² <http://escolasempartido.org/>

³ <https://twitter.com/escolasempartido/status/1297221072262172672>

⁴ <https://diplomatique.org.br/a-extincao-judicial-do-escola-sem-partido/>

Entretanto, as decisões do STF não se revelaram suficientes para minimizar as investidas sobre as questões de gênero e sexualidade no âmbito educacional, uma vez que a ofensiva antigênero representa uma cadeia de equivalência que articula diferentes grupos e demandas, como será melhor demonstrado nos capítulos 4 e 5.

Desse modo, a teoria do discurso possibilita inúmeras perspectivas de debates e construções epistemológicas, principalmente no atual contexto de novas formas de (re)apresentação do ESP, além disso, nossa própria análise, enquanto pesquisadora, também se constitui em um processo discursivo. Diante dessa pluralidade de diferentes lógicas e conceitos, optamos por esboçar alguns delineamentos que consideramos de relevância para fins da construção da pesquisa.

Ante a variedade de eixos teórico-discursivos que pretendemos desdobrar na construção da tese, destacamos a importância de situarmos a compreensão de alguns desses conceitos, a exemplo do nosso entendimento do neoliberalismo enquanto um tema simultaneamente global e local, conforme pontuado por Andrade, Côrtes e Almeida (2021), de modo que, para além dos aportes bibliográficos internacionais, é preciso observarmos a forma social do neoliberalismo desenvolvido no Brasil e seus processos autoritários, híbridos e singulares.

A partir de Bruff (2014), analisaremos o autoritarismo não como meramente o exercício de força bruta coercitiva, mas, sobretudo na reconfiguração do Estado e do poder institucional na tentativa de isolar certas políticas e práticas institucionais da dissidência social e política. Bruff (2014) também considera que o neoliberalismo autoritário se sustenta na moralização da crise global conectada a processos legais, institucionais e políticos cada vez mais coercitivos.

A partir da compreensão de Bruff (2014), Andrade, Côrtes e Almeida (2021) trazem alguns exemplos de neoliberalismo autoritário, dos quais recortamos: as políticas sociais condicionadas de caráter disciplinador para o mercado (*workfare*); a doutrina do choque, que se vale da desorientação da população gerada por crises profundas e/ou por desastres naturais, de maneira a fazer passar medidas neoliberalizantes como respostas urgentes aos problemas enfrentados; a repressão a sindicatos e manifestações populares e a criminalização dos movimentos sociais; a construção de inimigos internos, materializados em certas minorias e em grupos oposicionistas, considerados “comunistas” ou “corruptos”; o

ataque à ideia de bem comum como totalitária, o esvaziamento da esfera pública e da noção de justiça social e a redução da cidadania à despolitizadora responsabilidade dos empreendedores de si mesmos.

Feitos tais esclarecimentos, é preciso considerarmos que, se de um lado a sociedade neoliberal transfere a responsabilidade pela crise das instituições financeiras para o indivíduo, a partir da noção de liberdade e responsabilidade individual do cidadão-consumidor, a mesma lógica se opera no âmbito da educação, que é tomada pelos discursos de qualidade, competitividade, eficácia, eficiência e desempenho, além de ser atrelada às necessidades do mercado, gerida por princípios administrativos e pela definição de sistemas de avaliação da produtividade escolar, ou seja, a escola é encarada como uma empresa em que se oferece a educação como mercadoria.

Sustentamos, conforme observado por Andrade (2019), que há um uso cada vez mais amplo e impreciso do conceito de neoliberalismo, por isso, desenvolveremos melhor essa análise a partir das teorizações de Anderson (1995), Brown (2015; 2019), Ravitch (2011), Venugopal (2015), Ball (2014), Dardot e Laval (2016), Andrade (2019), dentre outros.

A influência neoliberal, nos ideais do Escola Sem Partido almeja, por uma perspectiva gerencialista, a objetividade do trabalho pedagógico como fator de produção da mercadoria, onde, nessa lógica gerencial, a responsabilidade pelo sucesso x fracasso da qualidade da educação é transferida, essencialmente, para os professores que são incumbidos de deveres de condutas (os cartazes de deveres do professor, previsto nos projetos de lei do Escola Sem Partido como de afixação obrigatória, com as dimensões mínimas de 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura). Além disso, o discurso de qualidade da educação é projetado na figura docente, que deve cumprir o papel de ‘bom professor’, ‘bom transmissor de conteúdos’, conforme a lógica do ESP. Um exemplo das nuances desse discurso de bom professor é a pesquisa empírica desenvolvida por Ball, Maguire e Braun (2016), que desvelam as formações discursivas que se interligam entre ‘boa escola’, ‘bom aluno’ e ‘bom professor’, que se exemplifica em variados artefatos (cartazes, imagens, gráficos, manuais, diários), que demonstram a gestão e produção da instituição compatível com a boa escola/bom professor.

Pode-se dizer que há nas construções discursivas do ESP não só um esvaziamento do direito à educação, enquanto uma garantia fundamental, mas a

construção de um projeto educacional que reúne componentes de uma política voltada para uma concepção gerencial de ensino, assentada no neoliberalismo e no autoritarismo.

É importante destacar, mais uma vez, que no decorrer dos anos, as pautas, ideais e sentidos do ESP, apesar de manterem uma matriz comum, têm apresentado diversas (re)configurações, que vão desde a bandeira anticomunista e antiesquerdista, até a atual caçada antigênero, que, no contexto atual, é o que tem propiciado a capilarização discursiva do ESP na sociedade brasileira. Nessa esteira, Mendonça (2014) destaca que as possibilidades de significação são infinitas, sempre permeadas por relações que têm essencialmente características precárias e contingentes, por isso, também situamos os discursos do ESP como permeados pelas noções de contingência e precariedade. Andrade (2013, p. 76) destaca que “a perspectiva antiessencialista da Teoria do Discurso suscita uma reflexão sobre o político e sobre o caráter inerradicável do poder e do antagonismo”.

Mas, para compreendemos como se articula tais demandas do ESP que, originalmente seriam antagônicas entre si, nos valeremos dos conceitos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), Mouffe (2015), para entender as noções de antagonismo, agonismo, cadeia articulatória comum e a lógica discursiva do Escola Sem Partido. Nesse percurso, nossas próprias escolhas teóricas também são encaradas como discursos.

Por isso, nos apontamentos metodológicos, nos valeremos das construções da teoria do discurso a partir de Laclau (2005), Laclau e Mouffe (2015 [1985]), Mouffe (2005; 2013; 2015), bem como trabalhos de comentaristas da teoria, tais como Daniel Mendonça (2012; 2014), Mendonça e Rodrigues (2014), Felipe Corral Freitas (2021), Glynos e Howarth (2007), Burity (2010), Oliveira (2018), Marchart (2009; 2014), dentre outros. Para Taylor (1997), a teoria do discurso permite uma abordagem da complexidade da formulação de políticas, além da exploração do contexto histórico, o acompanhamento de como os problemas que geraram determinadas políticas foram construídos e como passaram a fazer parte da agenda política.

Nosso *corpus* de análise é composto por:

- Principais projetos de lei apresentado à nível nacional que guardam

correlação com o Escola Sem Partido, conforme elencados no quadro 2:

Quadro 2: Principais projetos de lei correlacionados ao ESP

PL 7180/2014	PL 867/2015	PL 1411/2015	PL 1859/2015	PL 246/2019	PL 5198/2020
Primeiro projeto de lei apresentado a nível federal sobre o Escola Sem Partido;	Primeiro projeto de lei que efetivamente sintetiza todos os ideais do Escola Sem Partido, utilizou a primeira minuta disponibilizada no site do PESP.	Projeto que visou modificar o Código Penal (Lei 8.069/90) para incluir o crime de assédio ideológico.	Texto que tem como propósito acrescentar um parágrafo ao art. 3º da (LDB/96) para proibir disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo 'gênero' ou 'orientação sexual'.	O projeto, assim como o PL 867/2015, também tem por escopo instituir o "Programa Escola Sem Partido". Trata-se de uma versão 2.0 do ESP, que inova em relação ao PL 867/2015 ao trazer a reformulação de pontos que foram contestados ou não ficaram bem explícitos no projeto apresentado em 2015.	O texto desse PL tem por intuito vedar expressamente instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos a utilização, em currículos escolares e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, tais como linguagem neutra, linguagem não-binária ou neolinguagem.

Fonte: elaboração da autora (2023).

- Pronunciamentos proferidos em entrevistas divulgadas dos coordenadores e apoiadores do Escola Sem Partido nas plataformas virtuais;
- Pronunciamento dos órgãos administrativos sobre o Escola Sem Partido (Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal, Ministério da Educação);
- Documento de notificação da Organização das Nações Unidas sobre o avanço de projetos de lei que tratam do Escola Sem Partido;
- Discursos direcionados para a educação no Plano de Governo dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018;
- Pronunciamento oficial de Miguel Nagib de desligamento do Escola Sem Partido proferido em 2020.

Em virtude da corpora que será trabalhada, subsidiariamente, recorreremos a

análise de redes sociais virtuais, para investigar o registro das dinâmicas sociais virtuais, com o mapeamento das interações e conversas, ou seja, enquanto instrumento usado para o mapeamento de mensagens no âmbito do ciberespaço, a exemplo dos comentários registrados nos vídeos que serão explorados, bem como das postagens realizadas no âmbito do *twitter*, que se apresenta como a rede atualmente mais utilizada pelo ESP, com maior exponência a partir de maio de 2022.

É oportuno ressaltar que compreendemos o ciberespaço, a partir de Monteiro (2007), como um espaço de significações, um meio de interação, comunicação e de vida em sociedade, que representa um universo que não é irreal ou imaginário, mas que existe de fato e o faz em um plano essencialmente diferente dos espaços conhecidos. Nesse ambiente virtual, são disponibilizados diversos meios e redes de comunicação e interação em sociedade.

Essa análise das redes sociais virtuais é amparada pela ferramenta SocialBlade⁵, um site gratuito que presta o serviço de rastreamento de estatísticas e análises de mídias sociais. Através dela, é possível identificar: data de criação do perfil do Escola Sem Partido no *twitter*; evolução e quantidade de seguidores; engajamento (potencial de interação das postagens, tais como: curtidas, respostas, retweet's); quantidade de publicações, dentre outras possibilidades. A utilização dessa ferramenta nos permite compreender a dinâmica de articulação do Escola Sem Partido nessa plataforma de rede social.

Além disso, conforme apontado por Oliveira (2018), a noção de discurso/discursividade vai além das enunciações através do código linguístico, mas ligam-se também às regras de associação e produção de sentido que estruturam toda forma de produção simbólica, a exemplo de sons, imagens, estrutura organizacional, práticas disciplinares, pedagógicas etc. Ou ainda, o discurso é estruturado a partir de “toda densidade material da multiplicidade de instituições, rituais e práticas” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p 183).

A coleta desses documentos e dados obedece aos requisitos éticos e legais, além de atender as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), de maneira que os eventuais tratamentos realizados para fins de análise e desdobramento da pesquisa, atendem a boa-fé e aos princípios da

⁵ Mais informações: <https://socialblade.com>

finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção e não discriminação.

Cornu (2005, p. 121-123) destaca que as tecnologias de informação e de comunicação (TIC) produziram uma rede extremamente complexa, a Word Wide Web (www), que, antes de tudo, é “[...] uma rede de documentos multimídia, e por consequência uma rede de informações”. Mas, corroboramos com Pinheiro (2017), que apesar da atualidade das redes sociais e a quantidade significativa de dados e informações que estas produzem, o que a sobrelevam ao *status* de objeto de interesse para a pesquisa acadêmica, a utilização ética das informações disponibilizadas nas redes sociais para a pesquisa acadêmica é relativamente nova. Por isso, nos atentamos aos termos de conteúdo e divulgação dos sites, quando houver. Outrossim, também asseveramos que a Lei 9.610/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispõe que:

Art. 46 Não constitui ofensa aos direitos autorais:
[...] III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra (BRASIL, 1998).

Quanto à eventual necessidade de submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, encontramos na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, a seguinte informação:

Art. 1º Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:
II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011; [...]
V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; [...] (CNS, 2016).

No art. 2º, VI, a mesma Resolução dispõe que são informações de acesso público:

[...] Dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição

ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados [...] (CNS, 2016).

Desse modo, ilustramos que nossos estudos não necessitaram de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa.

Feitos tais esclarecimentos éticos, retomamos as considerações feitas na introdução quanto a incompatibilidade de uma pesquisa orientada pela teoria discurso e o modelo hipotético-dedutivo, de maneira que nos valeremos da racionalidade retrodutiva, onde nessa perspectiva, a validação ou aceitação do conhecimento produzido, não depende da obtenção de provas ou de sua resistência ao falseamento, mas sim de fatores relacionados à sua capacidade de convencimento da comunidade científica e dos atores sociais e, principalmente de seu poder de articulação e/ou de contestação crítica em relação à problemática e aos fenômenos investigados (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013). Além disso, combinaremos a racionalidade retrodutiva com a proposta de Glynnos e Howarth (2007) sobre lógicas sociais, no intuito de tornar possível a investigação de quais as lógicas que constituem/contestam tais discursos em cada cenário e, assim, possibilitar a construção de explicações, embora contingentes, precárias e parciais, em relação aos processos que os envolvem.

2.3 Reflexões prévias de análise

Para dar conta de analisar as disputas ideológicas que foram incorporadas pelo movimento Escola Sem Partido a partir do processo de ruptura democrática pós-golpe de 2016 até 2022, tomaremos as considerações de Burity (2010) de que educação é um fractal da estrutura discursiva da realidade social, nesse sentido, problematizaremos a noção de ‘doutrinação’, ‘hegemonia’, ‘diferenças articuladas’ e as dinâmicas da agência neoliberal-global-tecnocrática.

Na TD, consideramos a ideia de hegemonia a partir da noção de que cada processo político é produto das articulações e das relações de poder, ou seja, há um processo no qual um conjunto de sentidos, identidades e valores particulares de um grupo são apresentados, disseminados como sendo universais, próprios de todos os grupos que conformam aquela coletividade, de tal modo que “a lógica da

hegemonia, como uma lógica de articulação e contingência, passou a determinar a própria identidade dos sujeitos hegemônicos” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p 154).

No campo da discursividade, temos o espaço onde estão estabelecidos os discursos, que são marcados pela não-fixação plena de sentidos, pois os discursos não podem se cristalizar na fixação de sentidos, uma vez que tal processo é sempre parcial e contingente, ou seja, aberto às mudanças dos contextos históricos ou das demandas e articulações políticas. Por tal motivo, a partir da tese aqui apresentada, nos valeremos das noções da teoria do discurso para entender os questionamentos:

Quadro 3: Questionamentos discursivos norteadores da pesquisa

Questão 1	<i>Quais demandas foram incorporadas pelo movimento Escola Sem Partido a partir do golpe de 2016?</i>
Questão 2	<i>Quais as articulações entre as proposituras de reformas econômicas da educação e as pautas do Escola Sem Partido?</i>
Questão 3	<i>Como as pautas neoliberais do Escola Sem Partido se articulam com os elementos autoritários desse movimento?</i>
Questão 4	<i>Como os discursos do Escola Sem Partido são influenciados pelo projeto de sociedade dos pós-golpe 2016 até 2022?</i>

Fonte: elaboração da autora (2023).

Para debater sobre tais questões, traçaremos uma análise sobre a construção dos pontos nodais e os centros hegemônicos sustentados pelo ESP que possibilitaram a unificação do espaço político e social, também buscamos compreender as cadeias de equivalência que impulsionaram a união de discursos de diferentes pautas em prol da (re)organização de uma nova cadeia de relações.

Além dos aportes da teoria do discurso, como chave de análise da nossa pesquisa, para dar conta de identificar as confluências entre as proposituras de reformas econômicas da educação e as pautas do Escola Sem Partido, estabeleceremos diálogo com Babb (2013) sobre o Consenso de Washington, os paradigmas políticos e as articulações dos *think tanks*; Anderson (1995) e Venugopal (2015), e os debates sobre construção do neoliberalismo como processo histórico e como conceito, os diversos neoliberalismos; Messenberg (2019) e os debates sobre a nova direita.

Para compreender como as pautas neoliberais do Escola Sem Partido se articulam com as demandas autoritárias desse movimento, nos debruçaremos sobre as conjecturas de Laclau e Mouffe (2015), Mouffe (2005; 2013; 2015) sobre teoria política normativa, democracia agonista, pontos nodais, prática articulatória

e outras centralidades que perpassam desde a filosofia desconstrutivista de Derrida, a psicanálise, sobretudo lacaniana, a linguística, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Além das ponderações de Burity (2018) sobre onda conservadora, enquanto um processo para além da singularidade brasileira e suas (in)definições e ausência de linearidade, e de reação conservadora que emerge num conjunto de contratendências a partir de 2013, desencadeando uma nova crise de hegemonia no Brasil.

Para demonstrar o projeto de sociedade que agenda governamental de 2016 a 2022 promove e as suas confluências com os ideais do Escola Sem Partido, estabeleceremos um diálogo a partir do mapeamento da emergência de conflitos que se desdobram na configuração social brasileira e suas correlações com o antagonismo e o agonístico. A partir daí, sustentaremos nossas considerações a partir da perspectiva do pluralismo agonístico (MOUFFE, 2015), no intuito de desvelar quais as condições discursivas que possibilitaram a emergência e permitem a sustentação do Escola Sem Partido e que projetos hegemônicos estão em disputa nesse cenário

Cabe ressaltar que tais demarcações epistemológicas aqui apresentadas também são encaradas como discursos e como produto de relações antagônicas (MENDONÇA, 2014), de modo que tal antagonismo representa a condição de possibilidade e impossibilidade desse discurso.

Fávero e Tonieto (2016) pontuam que “desenvolver pesquisas consistentes teoricamente e relevantes socialmente talvez seja um dos maiores desafios da produção do conhecimento no campo da política educacional”, a partir dessa consideração, almejamos que a articulação entre os aportes pós-estruturalistas e a análise a partir da teoria do discurso, venham a contribuir potencial e ineditamente com o campo das políticas educacionais. Oliveira (2018, p. 170) pontua que “a abordagem discursiva permite a observação das políticas oficiais e das práticas cotidianas que configuram a realidade da educação – de forma densamente imbricada – como construções sociais parciais, atravessadas por conflitos/contradições e intrinsecamente contingentes”.

Desse modo, a partir dos recursos elencados, iremos desenvolver os delineamentos apresentados, além de agregar outros debates que surgiram no decorrer do processo de levantamento teórico e exploração dos aportes documentais e bibliográficos.

3 O PROCESSO DE ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO, NUANCES DO NEOCONSERVADORISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Como resultado dessa crescente ambiguidade conceitual, o neoliberalismo é hoje amplamente reconhecido na literatura como um termo controverso, incoerente e em crise, mesmo por muitos de seus mais influentes defensores (Venugopal, 2015, p. 166)

Em uma exploração crítica do termo neoliberalismo, Venugopal (2015), em um passeio nas produções das ciências sociais, debate como o neoliberalismo se tornou um termo que se expandiu de forma múltipla e como se apresenta de maneira profundamente problemática e incoerente, em virtude dos seus significados múltiplos e contraditórios. Venugopal (2015) pontua que a inconsistência terminológica, as definições fracas e a deriva conceitual são endêmicas nas ciências sociais. Por exemplo, quase todos os conceitos importantes em sociologia política – democracia, poder, populismo, conflito, classe ou governança – ocupam um terreno fluido de significado, frequentemente carecem de definição adequada e são usados de forma inconsistente.

O autor pontua ainda que os cientistas sociais críticos, ao abordarem o neoliberalismo, o transformam num dispositivo retórico problemático que agrupa uma proliferação de conceitos ecléticos e contraditórios; um quadro de explorações críticas do mundo material por não-economistas, agrupados por um significativo compartilhado que os liga tematicamente a um conjunto mais amplo de referentes moralmente devolvidos sobre mercados, economia, subjetividades, autoridade estatal, globalização ou neocolonialismo.

Feitas tais ponderações, discordamos que as explorações críticas ou pós-críticas do neoliberalismo ao interligá-lo a outras questões do atual cenário social esvaziem seu sentido, ou o insira num terreno contraditório. Entendemos, inclusive, que a expansão acentuada das pesquisas sobre neoliberalismo a partir de 1980 com o objetivo de ampliar o mero significado ou descrição de um modelo político, e o intuito de demarcar um fenômeno político, ideológico, cultural e espacial mais amplo, é fruto das viradas teóricas que se apresentam no mesmo período, dentre as quais o próprio pós-estruturalismo e a teoria do discurso, que dão sustentáculo a nossa tese.

Dardot e Laval (2016), analisam que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar uma racionalidade que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. Os autores pontuam ainda que racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. A partir dessa perspectiva, sustentam que “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15).

Brown (2006) observa que a racionalidade política neoliberal é uma forma específica de razão política normativa que organiza a esfera política, as práticas de governança e a cidadania, consideração a qual nos filiamos.

Também merece destaque a refutação de Dardot e Laval (2016) quanto à unicidade capitalista sustentada por análises marxistas, quando analisam que a forma do capitalismo e os mecanismos da crise são efeito contingente de certas regras jurídicas, de tal maneira que, em vez de um modo econômico de produção cujo desenvolvimento é comandado por uma lógica que age à maneira de uma ‘lei natural’ implacável, o capitalismo é um “complexo econômico-jurídico” que admite uma multiplicidade de figuras singulares. Por tal razão, os autores afirmam que

[...] devemos falar de sociedade neoliberal, e não apenas de política neoliberal ou economia neoliberal – embora seja inegavelmente uma sociedade capitalista, essa sociedade diz respeito a uma figura singular do capitalismo que exige ser analisada como tal em sua irredutível especificidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 23).

Andrade (2019) também demonstra a polêmica sobre o conceito de neoliberalismo, ao apontar que desde a primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin⁶, seus próprios partidários estabeleceram muito mais um campo de debate do que uma espécie de consenso sobre o termo, uma vez que os diferentes grupos liberais apesar de compartilhar do ideal de livre mercado, além da oposição ao intervencionismo econômico estatal (seja através do modelo keynesiano, socialista ou desenvolvimentista), não havia uma opinião comum sobre o papel legítimo do

⁶ Um clube neoliberal com reuniões internacionais a cada dois anos. Maiores detalhes serão abordados no tópico 3.1.

Estado e as diretrizes de política econômica.

Andrade (2019) relata que a dimensão polêmica quanto ao termo neoliberalismo assume nova roupagem diante das reformas liberalizantes de Pinochet no Chile em 1978, momento em que o conceito passou a ser adotado majoritariamente por seus críticos para designar pejorativamente a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar que estava em implementação.

Em diálogo com Venugopal (2015), Andrade (2019) analisa que na década de 1990, o uso depreciativo do termo neoliberalismo deixa de se relacionar tão somente a um modelo de política econômica e passa a designar uma ampla série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e espaciais e a própria época, convertendo-se, assim, no termo pelo qual a sociedade contemporânea se apresenta a si mesma, de maneira que para ambos os autores o uso do termo por seus críticos, muitos deles não economistas nem acadêmicos, passa a ganhar um uso cada vez mais amplo e vago.

Entretanto, Andrade (2019) pontua que a partir dos anos 2000, há uma requalificação acadêmica do debate, com cientistas sociais de diferentes especialidades que apresentam definições mais precisas, tais como Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant, David Harvey e a publicação póstuma de Michel Foucault, o nascimento da biopolítica, em 2004.

Corroboramos com a análise de Andrade (2019) ao afirmar que o que para Venugopal é uma fragilidade do conceito de neoliberalismo, pode efetivamente constituir a sua potência, pois se o conceito por vezes designa alvos contraditórios e dá margem a acusações recíprocas entre teorias, este fato se deve à própria potência da expressão. Além disso, Andrade (2019) também observa que as ciências sociais abrigam sua própria perspectiva sobre o neoliberalismo, para além do interesse nos fenômenos especificamente econômicos.

Por isso, ante todas as demarcações de nossas construções epistemológicas aqui estabelecidas, corroboramos com a posição de Andrade (2019) ao analisar que o neoliberalismo não existe em estado puro, mas em configurações híbridas com outras formações sociais, sendo possível explorar fissuras e contradições nas constelações singulares, de modo a abrir espaço para novas formas de organização social e política.

Desse modo, as análises aqui estabelecidas sobre o neoliberalismo, sua

construção à nível global, seu desdobramento no cenário brasileiro, sobretudo nas políticas educacionais, apresentam um recorte permeado por essas fissuras e contradições, além do sentido contingente e precário, conforme nos guia a teoria do discurso.

Ainda diante das reflexões apresentadas, sistematizamos a partir de Peck e Tickell (2002), Andrade (2019) e Andrade, Côrtes e Almeida (2021) alguns pontos de partida para abordar a temática do neoliberalismo no campo das ciências sociais:

- *Definições claras*: em virtude da polissemia do termo e da ampla possibilidade de mobilização teórica, é preciso que haja uma construção discursiva embasada, que delimite os fenômenos que estão sendo debatidos, observando, quando for o caso, as variações históricas, geográficas, políticas, dentre outras;
- *Não generalização*: É preciso levar em consideração que para além da conjuntura global, os processos de neoliberalização se desenvolvem de diferentes formas ao considerarmos os contextos temporais, históricos, geográficos, políticos, econômicos e sociais;
- *Recusa ao imperialismo econômico e à exacerbação da linguagem econômica*: A análise das ciências sociais sobre o neoliberalismo se dá para além de uma ultraespecialização acadêmica e do interesse nos fenômenos especificamente econômicos, ela é mobilizada por diferentes perspectivas empíricas e teóricas, o que não necessariamente implica uma contradição conceitual, ou tampouco a ausência de conhecimento sobre economia. Mas, a imposição da prevalência de uma linguagem econômica para validar o debate representa a manutenção da posição dominante no campo dos saberes científicos que constitui o próprio fenômeno neoliberal;
- *Considerar o dinamismo*: nas análises desenvolvidas, deve-se observar que há uma diversidade dos processos de neoliberalização, que são influenciados a partir dos dinamismos locais;
- *Analisar os processos singulares de neoliberalização*: O neoliberalismo é um tema simultaneamente global e local, de maneira que a reforma neoliberal dos Estados não substitui necessariamente outras racionalidades políticas e projetos de regulação previamente existentes. A lógica neoliberal passa a compor e a reconfigurar constelações históricas específicas, definindo

processos singulares de neoliberalização. Além disso, a neoliberalização deve ser entendida como um processo, não como um estado final, que tende a provocar contratendências e existe em formas histórica e geograficamente contingentes.

Andrade, Côrtes e Almeida (2021) pontuam três escalas de correspondência do neoliberalismo, quais sejam:

1º) seja à nível global ou transnacional, **o neoliberalismo corresponde ao modo de governança que procura salvaguardar o capital** por meio da construção de mercados (financeiros e comerciais) da interferência política dos Estados nacionais, impedindo ou dificultando o atendimento de demandas democráticas por justiça social ou por igualdade redistributiva.

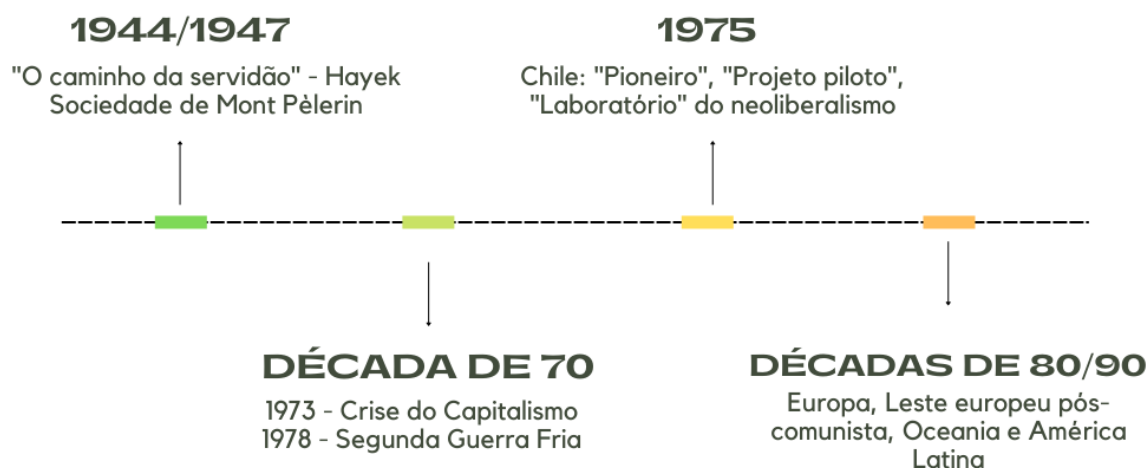
2º) Os Estados corroboram legal e institucionalmente o encapsulamento dos mercados no âmbito nacional, integrando-os à concorrência externa. Com isso, **o Estado ajuda a construir a concorrência à qual ele próprio se submete.**

3º) A vida cotidiana, de maneira que seja por meio da construção de mercados, seja por meio da introdução da lógica do mercado em instituições e esferas da vida fora dele, **o neoliberalismo se define como um modelo normativo de sociedade e de subjetividade.**

Dito isso, nos tópicos seguintes iremos aprofundar sobre os históricos dos neoliberalismos; as reconfigurações neoliberais e as ofensivas no campo das políticas educacionais; o neoconservadorismo e racionalidade neoliberal: as novas facetas de desmonte democrático; e, neoliberalismo, neoconservadorismo e suas influências no cenário nacional, com o intuito de compreender como essas demandas surgem e se articulam no seio social.

3.1 (Neo)liberalismo(s): apontamentos históricos

Demarcada nossa consideração em relação aos tensionamentos conceituais do termo neoliberalismo, é oportuno dialogar com as construções históricas dos neoliberalismos. Para isso, apresentamos na Figura 7 uma linha do tempo que vai desde as organizações da Sociedade Mont Pèlerin, até o processo de expansão do ideário neoliberal nas décadas 80 e 90.

Figura 7: Linha do tempo do neoliberalismo

Fonte: adaptado de Anderson (1995).

Brown (2019) observa que termo 'neoliberalismo' foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade Mont Pèlerin.

No texto *Balanço do neoliberalismo*, Anderson (1995) parte das origens do que se pode definir como neoliberalismo, onde atribui o seu nascimento logo após a II Guerra Mundial. Anderson (1995) analisa que o texto *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, de 1944 origina a reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Em seus delineamentos, Hayek se insurge contra as políticas keynesianas, bem como contra as dinâmicas do Estado de bem-estar social pós-guerra.

Já em 1947, Hayek convoca seletos participantes, com destaque para Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, dentre outros que compartilhavam da sua orientação ideológica para uma reunião na estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Anderson (1995) afirma que dessa reunião, fundou-se a Sociedade de Mont Pèlerin⁷, um clube neoliberal

⁷ Hartwell (1995) destaca que os principais objetivos da organização na sua criação eram: i) uma análise da crise vivida naquele momento, focalizando seus aspectos morais e econômicos; ii) uma redefinição das funções do Estado, pretendendo se diferenciar das concepções do liberalismo clássico e do totalitarismo; iii) reestabelecimento do papel da lei na preservação harmônica da liberdade individual, ou seja, garantir que a liberdade individual e a propriedade privada não se tornem exclusivistas, excluindo esses direitos de outros indivíduos; iv) estabelecer padrões mínimos (não invasivos) para o livre mercado; v) métodos para evitar uma abordagem histórica equivocada sobre o papel da liberdade na sociedade; vi) o estabelecimento de uma ordem internacional capaz de garantir a paz e a liberdade, bem como o equilíbrio das relações econômicas internacionais.

com reuniões internacionais a cada dois anos, que tinha por propósito combater o keynesianismo e o solidarismo e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. No mesmo prisma, Elias (2019) analisa que a Sociedade Mont Pèlerin é um *think tank* em defesa do livre mercado, reunindo os maiores expoentes da área e que definiu como seu objetivo central repensar o liberalismo clássico a partir da crise que culminou com o crash da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e o fim do padrão-ouro, no início da década de 1930.

Nesse contexto, Brown (2019) pontua que para Hayek o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização, de maneira que são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. A autora analisa que mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado, o neoliberalismo 'hayekiano' é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação.

Entretanto, na década em que os ideais de Hayek estavam sendo gestados, o cenário capitalista desenvolvia-se num estável cenário, que se valia dos remédios keynesianos para superar as crises econômicas (a exemplo da grande depressão em 1929), além das medidas do Estado-providência.

Assim, o ideário das políticas neoliberais foram pioneiramente impostas ao Chile por Augusto Pinochet, com a ajuda dos seus assessores, os 'Chicago Boys' no começo da década de 1970. Brown (2019) remonta que a experiência no Chile se pulverizou para outras partes do Sul global, sob a imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) com a retórica de 'ajuste estrutural', e, posteriormente, expandiu-se para o Hemisfério Norte.

Nos anos 1970, temos um período de crise no sistema capitalismo, marcado por uma longa e profunda recessão, em que se dava baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (crise de lucratividade e estagflação). É nesse momento que os programas neoliberais encontram um cenário propício para sua propagação. Anderson (1995) analisa que o discurso utilizado por Hayek e seus companheiros era de que a crise capitalista havia se dado em virtude do poder excessivo e nefasto dos sindicatos (do movimento operário), que com suas reivindicações sobre salários e o clamor para que o Estado investisse nos direitos sociais, corroía as bases de acumulação capitalista. É nesse contexto que,

segundo Brown (2019), foram implementados por Margaret Thatcher, no Reino Unido e Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, medidas de caráter neoliberal, com ênfase na desregulação do capital, no combate ao trabalho organizado e instituições sindicais, a forte bandeira de privatização de bens e serviços públicos, além da redução da tributação progressiva e no enxugamento do Estado de bem-estar social.

A partir dessas investidas iniciais da experiência europeia e estadunidense, ainda que com variações distintas de aplicação de medidas neoliberais, Brown (2019) demonstra que tais políticas se espalharam rapidamente por toda a Europa Ocidental (de diferentes modos, conforme melhor observado por Anderson (1995), ao considerar que no continente europeu, os governos de direita deste período praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas), além disso, o colapso do Bloco Soviético no final dos anos 1980 significou que boa parte da Europa Oriental realizou uma transição do comunismo de Estado para o capitalismo neoliberal em menos de meia década.

Numa análise mais sucinta, Ball (2014) em diálogo com Peck e Tickell (2002), identifica três fases inter-relacionadas do neoliberalismo: 1) proto neoliberalismo – o projeto intelectual elaborado por Hayek e demais teóricos econômicos (as articulações da Sociedade Mont Pèlerin); é considerado pelos autores como o ponto de partida para a construção discursiva da existência de uma crise política e econômica em torno do Estado-providência (Estado de bem estar keynesiano), e, conseqüentemente, uma alternativa para tal crise; 2) neoliberalismo roll-back – representa o ataque e a retórica de descrédito das instituições keynesiano-assistencialistas e sociais-coletivistas (a exemplo do que já fora apontado, quando demonstramos as afirmações feitas por Hayek de que a crise capitalista era culpa do movimento de trabalhadores, sindicatos, além das medidas em favor da ampliação dos direitos sociais); 3) neoliberalismo roll-out – representa a fase de construção e consolidação proposital das formas de estado neoliberalizadas, modos de governança e relações reguladoras, que tem por intuito consolidar o neoliberalismo por meio da introdução de novas instituições, políticas e governamentalidades.

Diante desse apanhado inicial, no próximo tópico deslocaremos nossas discussões para a fase do neoliberalismo pós-crise de 2008, onde analisaremos o processo de desdemocratização (BROWN, 2015), esvaziamento democrático e

autoritarismo.

3.2 As reconfigurações neoliberais e as ofensivas no campo das políticas educacionais

Há diferentes capítulos temporais da razão neoliberal, ainda que consideremos seu curto lapso temporal da sua gestação até hoje. Brown (2019) analisa que tais diferenças emergem por variáveis perspectivas, tais como: suas diversas escolas de origem: *Ordo versus* intelectuais da Escola de Chicago, Hayek versus Milton Friedman; ou aqueles que representam diferentes modulações políticas – Gary Becker ou Joseph Stiglitz, Nicolas Sarkozy ou Angela Merkel, George Bush ou Barak Obama. Existem diferenças entre o neoliberalismo dos anos 1970 e o presente, entre o neoliberalismo como uma experiência no e no Terceiro Mundo e como a nova sociedade empresarial de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, entre o socialismo de François Mitterand, dentre outros.

Nessa esteira, Peck e Tickell (2002) analisam que embora o neoliberalismo privilegie a lógica unitária do mercado enquanto defende curas supostamente universais e estratégias políticas de mão única, na realidade é muito mais variado do que tais autorrepresentações sugerem. No cenário atual, mais do que meramente uma mentalidade política desreguladora, o neoliberalismo está cada vez mais preocupado com a implantação de novas formas de caráter institucional. No coração neoliberal, isso está associado a uma coexistência marcante de gestão econômica tecnocrática e políticas sociais invasivas.

A exemplo disso, Peck e Tickell (2002) pontuam que de um lado, temos processos neoliberais de gestão econômica, enraizados na manipulação das taxas de juros, na manutenção do crescimento não inflacionário, e a extensão da “regra” do livre comércio no exterior e mercados de trabalho flexíveis em casa, que são cada vez mais tecnocráticos na forma e, portanto, superficialmente “despolitizados”, adquirindo o status privilegiado de uma orientação política tida como certa ou fundamental. Por outro, os autores demonstram que uma agenda profundamente intervencionista está surgindo em torno de questões “sociais” como crime, imigração, policiamento, reforma da previdência, ordem e vigilância urbana e regeneração da comunidade. Nessa seara intervencionista, novas tecnologias de governo estão sendo projetadas e implementadas, novos discursos de “reforma”

estão sendo construídos e estão em disputa, além de novas instituições, modos de entrega e novas subjetividades sociais estão sendo fomentadas.

Como representações desses discursos no âmbito educacional, Brown (2015) demonstra o declínio do apoio estatal à educação, o aumento da educação com fins lucrativos e on-line, a reforma das universidades por meio de “melhores práticas” corporativas e uma cultura empresarial crescente de “competências” no lugar de “certificados”. Brown (2015) também observa que a própria racionalidade neoliberal se alterou ao longo do tempo, principalmente na transição de uma economia produtiva para uma economia financeirizada, onde há o crescente domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo na dinâmica da economia e da vida cotidiana.

Mas as articulações e capilarizações do neoliberalismo no âmbito educacional também foram marcadas por tensionamentos, contradições e bruscas alterações. A partir de dois projetos educacionais, *Mediterranean Regional Project* e *Making Schools Work* que emergem em diferentes contextos de (re)configuração neoliberal, Elias (2019) apresenta as seguintes análises:

- a) O *Mediterranean Regional Project* foi um desdobramento político da Conferência de Washington e representa uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de produzir um conjunto de recomendações para os *policy-makers* (formuladores de políticas) na constituição de planejamentos educacionais. Nesse cenário, havia uma onda de interesse, por parte de economistas e *policy-makers*, no papel da educação no desenvolvimento econômico e social. As discussões realizadas no âmbito do *Mediterranean Regional Project* evidenciam o enquadramento welfarista dado à teoria do capital humano, onde se atestam as correlações positivas entre escolarização e renda e demonstra como a proposta de planejamento da mão de obra procurou inserir a educação como elemento que possibilitaria qualificar as relações entre trabalho e crescimento econômico. O *Mediterranean Regional Project* se dá no cenário da governamentalidade welfarista, onde a educação assumiria o duplo estatuto de direito social e motor do crescimento econômico, revelando o caráter integrador que assume o elo entre o social e o econômico. A aposta no investimento educacional era um dos pilares do *welfare-state*, viabilizando,

inclusive, as demandas por maior justiça social em torno da noção de igualdade de oportunidades (ELIAS, 2019).

b) Durante o fim da década de 1980 e o início da década de 1990, emergiu uma nova agenda de pesquisa na Economia da Educação, focada na avaliação econométrica das políticas implementadas. *Making Schools Work* contemplava racionalidades e modos de governo neoliberais. Merece destaque a endogeneização dos critérios de eficiência, que permitiu a inserção sistemática dos princípios econômicos na gestão dos sistemas de ensino, não mais às suas fronteiras com o mercado trabalho. Dentre esses princípios, ganhava centralidade a noção de responsabilização por performance individual, atribuindo prêmios (ou sanções) aos agentes educacionais conforme seus resultados produzidos. Estudos microeconômicos possibilitaram isolar os efeitos da escola e/ou do professor no desempenho dos alunos. Por meio das avaliações em largas escala, foi possível, então, inscrever novas tecnologias de gestão à distância dos sistemas de ensino, a partir de regimes de visibilidade individualizados, baseados na performance dos agentes educacionais (ELIAS, 2019).

Assim, a influência da economia neoliberal na educação apresenta diferentes discursos voltados para a articulação das políticas educacionais. As duas construções políticas acima são exemplos das principais guinadas ocorridas nesse processo de (re)configuração política, social e econômica. Ainda sob a influência do *welfare-state*, o *Mediterranean Regional Project* se caracteriza pelo planejamento econômico e o valor econômico da educação, que tem por finalidade ajustar os sistemas de ensino aos requisitos de crescimento econômico, de modo que a educação teria papel importante na formação de uma força de trabalho voltada para o processo de industrialização. Já o *Making Schools Work* se dá em um processo de ascensão neoliberal e se baseia nos princípios econômicos que deveriam nortear a política educacional, bem como explicita a agenda de implementação desses princípios. Destacam-se também a valorização dos critérios de eficiência, produtividade e excelência, na maioria das vezes guiados por padrões internacionais, além disso, tem sua importância atribuída à avaliação, sobretudo às avaliações externas, e o seu estabelecimento no campo da gestão educacional.

Desse modo, Elias (2019), reuniu as principais caracterizações desses dois contextos distintos do processo de formulação das políticas educacionais diante das re(configurações neoliberais):

Figura 8: Contrastes entre planejamento educacional e gestão por incentivos

Caracterização	Planejamento educacional	Gestão por incentivos
Estado	Coordenação estratégica entre planejamento educacional e econômico	Metas de desempenho, a partir de exames padronizados
Objetivo	Sincronia entre a oferta dos sistemas de ensino e a demanda do mercado de trabalho	Desenvolvimento das diferentes potências individuais
Eficiência	Externa – mercado de trabalho	Interna – Desempenho em exames padronizados
Usos da quantificação	Estatísticas macroeconômicas	Estatísticas microeconômicas; rankings; benchmarks
Qualidade da Educação	Taxa de alunos por professor Qualificação do professor Experiência do professor Salário do professor Gasto por aluno	Desempenho em exames padronizados
Regras de verificação da qualidade da educação	Esfera política “normativa”: a expertise da classe profissional enquanto conhecimento legítimo	Esfera econômica “objetiva”: o desempenho escolar configura o espaço de verificação; a relevância estatística enquanto critério de legitimidade;
Relação Estado/Mercado	Coordenação do processo de criação e expansão dos sistemas de ensino, a fim de suprir as necessidades ocupacionais do crescimento econômico. Mercado a serviço da integração.	Produção dos exames padronizados e supervisão das atividades escolares através de uma estrutura de incentivos. Mercado enquanto racionalidade a ser inscrita na política educacional, a partir da lógica da discriminação.

Fonte: Elias (2019).

É oportuno evidenciar que nos desdobramentos desses discursos neoliberais e suas articulações no que se refere as políticas educacionais, a categoria Estado assume uma centralidade, conforme observamos nas caracterizações estabelecidas por Elias (2019). Isso se dá em virtude da compreensão assumida por muitos teóricos de que a política educacional se refere às decisões que o Poder Público – Estado –, toma em relação à educação (SAVIANI, 2008). Entretanto, para os objetivos aqui propostos, não é o foco da nossa análise esse arranjo da estrutura estatal, mas sim as articulações políticas e as práticas hegemônicas, o que implica na observância das forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam.

Por isso, concordamos com Foucault (2008) de que não há aqui uma renúncia a uma teoria de Estado, o efeito dos mecanismos estatais faz parte das nossas análises, só não assume uma posição central e/ou universal. Não reduzimos nossas construções a essência do Estado em si mesma, por não considerarmos, assim como pontua Foucault (2008), que o Estado é uma fonte autônoma de poder, mas sim o efeito móvel de um regime de múltiplas governamentalidades, o recorte móvel de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, deslocam e subvertem.

Além disso, sob a influência da racionalidade neoliberal, temos que um dos paradoxos da transformação neoliberal do Estado é que ele é refeito no modelo da empresa, ao mesmo tempo compelido a servir e facilitar uma economia que não deveria tocar, muito menos desafiar (BROWN, 2019).

A partir dessa lente, tomamos as políticas educacionais brasileiras como um discurso contingente, que se articula com os discursos sociais e estabelece um processo discursivo marcado por relações agonísticas e de poder. Por isso, a noção, por si só, de descontinuidade das políticas educacionais sustentada por Saviani (2008), ou ainda das ponderações de Assunção e Carneiro (2013) quanto a ausência do Estado ou da redefinição de seu papel – que, no atual cenário, passa a ser predominantemente o de regulador, apesar de tangenciarem nosso debate teórico, não são suficientes em si mesmas. Ao considerarmos nossa problemática, que trata das influências da sociedade neoliberal e neoconservadora nas políticas educacionais brasileiras e os discursos do Escola Sem Partido, no contexto após o golpe de 2016 até o ano de 2022, nos é caro debater sobre o processo de disputas no campo educacional e os deslocamentos discursivos que emergem sob a

influência da racionalidade neoliberal.

Diante disso, três questões balizam nossas investigações: democracia, neoconservadorismo e racionalidade neoliberal, que serão abordadas no próximo tópico.

3.3 Neoconservadorismo e racionalidade neoliberal: as novas facetas de desmonte democrático

Roberto Moll, pesquisador do (neo)conservadorismo, que iniciou seus aprofundamentos da visão de mundo neoconservadora que estava transformando os Estados Unidos desde a década de 1980, pontua que é necessário desfazer a confusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo que são desenvolvidas em algumas pesquisas. Moll (2015) pontua que tal confusão surge, sobretudo, das semelhanças entre essas percepções de mundo sobre a economia capitalista. Assim, o autor delinea as trajetórias e pautas em comum do neoconservadorismo e do neoliberalismo, desenvolvidas na segunda metade do século XX no território estadunidense, como também apresenta as diferentes trajetórias dessas percepções.

Moll (2015) analisa que como resposta à crise vivenciada nos anos 1970, os liberais buscaram reavivar o liberalismo clássico com uma roupagem pragmática, que colocava o livre mercado como solução para os problemas econômicos. Para esses neoliberais, os excessivos gastos públicos, os altos impostos e a crescente regulação do governo sobre a atividade econômica geraram inflação, endividamento e prejuízos à produtividade.

Já os conservadores, nos anos 1950, tentaram resgatar os ideais do liberalismo clássico com uma nova roupagem. Moll (2015) enfatiza que nos anos 1960 e 1970, a desilusão com o liberalismo estadunidense e com o conservadorismo moderado somada à oposição ao comunismo promoveu uma nova geração de conservadores (alinhada ao campo moral e religioso), que mesclavam os ideais do liberalismo clássico com uma perspectiva moral da sociedade. Assim, para Moll (2015), os neoconservadores e o neoconservadorismo partiam do mesmo princípio dos neoliberais, acreditando que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento, prejuízos à produtividade e, mais do que isso, desestimulavam o trabalho e a

inovação, ou seja, afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Porém, o ponto central para esse grupo é que o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, dessa maneira, para a lógica neoconservadora, as políticas sociais liberais atribuíam ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelos familiares, pela Igreja e pela comunidade.

Numa análise um pouco distinta, Brown (2006) analisa que o neoconservadorismo nasceu em parte como uma resposta à erosão do significado e da moralidade do capitalismo, e que os neoconservadores fundadores, embora se opusessem ao comunismo como forma política e social, raramente eram ardentes defensores do livre mercado. Para endossar sua análise, Brown (2006) cita que em 1978, Irving Kristol, o neocon original e icônico, ficou famoso por dar "dois vivos" ao capitalismo pela liberdade e riqueza que ele acumula para a maioria das pessoas, negando a terceira alegria porque "as sociedades de consumo são vazias de significado moral se não francamente niilista".

De um lado, pautados num ideário econômico, os neoliberais clamavam pelo corte de gastos destinados às políticas públicas e programas sociais e defendiam a extinção das regulações econômicas, sobretudo aquelas que garantem direitos ao trabalhador, bem como a redução da taxaçoão sobre a especulaçoão financeira e a indústria. Por outro lado, Moll (2010) destaca que o projeto nacional neoconservador prometeu reduzir impostos; cortar os gastos federais, sobretudo nos programas sociais; resgatar o federalismo, repassando diversos programas sociais para as administraçoões estaduais e locais; e extinguir as regulaçoões federais, mas é sob a égide moral que os neoconservadores passam a articular discursos contrários aos programas sociais, políticas públicas inclusivas, medidas relacionadas aos grupos socialmente vulneráveis, dentre outras.

A despeito dessas nuances neoconservadoras, nossas análises se associam a Brown (2019), de modo a relacionar como a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI, de modo que as tessituras neoliberais possibilitam a mobilizaçoão do discurso de liberdade por parte da extrema direita para justificar suas exclusões e violaçoões, que não apenas expandem o poder do capital, mas articulam uma hegemonia branca, heteronormativa e cristã.

Para a teoria crítica, a exemplo das formulaçoões de Safiotti (2015 [2004]),

temos que o modo capitalista de produção se assenta num sistema patriarcal, marcado pela divisão sexual e racial do trabalho, trabalho doméstico, jornadas excessivas de trabalho, remunerações inferiores. Sob a lógica de mercado, temos uma tendência de acentuar ainda mais essas desigualdades já existentes de estratificação racial, sexual e econômica. Mas não são só essas questões que culminam nas articulações entre o projeto político-moral do neoliberalismo, o (neo)conservadorismo, a ascensão da extrema direita e o processo de desdemocratização.

Brown (2015) considera que o neoliberalismo está desfazendo silenciosamente elementos básicos da democracia, tais como: princípios de justiça, culturas políticas, hábitos de cidadania, práticas de governo e, acima de tudo, imaginários democráticos. O argumento defendido pela autora é de que a razão neoliberal, onipresente hoje na política e no local de trabalho, na jurisprudência, na educação, na cultura e em uma vasta gama de atividades cotidianas, está convertendo o caráter distintamente político, o significado e a operação dos elementos constitutivos da democracia em elementos econômicos.

A partir de Brown (2006; 2015), dos aportes da teoria do discurso e cientes da polissemia do termo, consideramos a democracia como uma significação aberta, flutuante. Também concordamos com Brown (2015) de que a democracia se opõe não apenas à tirania e à ditadura, ao fascismo ou ao totalitarismo, à aristocracia, à plutocracia ou à corporatocracia, mas também a um fenômeno contemporâneo em que a regra se transmuta em governança e gestão na ordem que a racionalidade neoliberal está provocando.

O que pretendemos demonstrar é como a racionalidade neoliberal promove o ataque à democracia (ainda que maior parte das experiências democráticas vivenciadas até o momento sejam marcadas pelo individualismo burguês, o que é chamado de democracia liberal), além de propiciar a ascensão de discursos neoconservadores e autoritário. Assim, Brown (2015) nos assinala que à medida que cada componente democrático é realocado para a economia, a partir dessa influência da racionalidade neoliberal, sua reformulação se dá em um idioma econômico, de modo que: a **inclusão** se inverte em competição, a **igualdade** em desigualdade, a **liberdade** em mercados desregulamentados e a **soberania popular** não é encontrada em lugar algum, uma vez que o Estado passa a governar para o mercado, o que significa que a soberania e a lei tornam-se

suportes para a competição, em vez de direitos.

No mesmo prisma, Brown (2006) destaca que a racionalidade conservadora desloca os princípios e pressupostos-chave há muito associados à democracia constitucional. A igualdade não é um valor encontrado em nenhum lugar do universo neoconservador ou neoliberal; ao contrário, o igualitarismo é entendido como um ‘apelo demagógico traiçoeiro’, ao qual ‘uma população proprietária e contribuinte de impostos se tornará, com o tempo, menos vulnerável’. A despeito das limitações e diferenças entre os projetos comuns do neoliberalismo e do neoconservadorismo, Brown (2006) sustenta que o neoconservadorismo costurado no solo preparado pelo neoliberalismo gera uma nova forma política, uma modalidade específica de governança e cidadania, cuja incompatibilidade mesmo com práticas e instituições democráticas formais não provoca uma crise de legitimação pela desvalorização neoliberal dessas práticas e instituições que o neoconservadorismo então consagra.

Assim, a autora apresenta uma nova fórmula política que se origina das alianças neoliberais e neoconservadoras, que seria a desdemocratização. Para Brown (2006) a desdemocratização reúne: (1) a desvalorização da autonomia política; (2) a transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções de mercado; (3) a produção do cidadão-consumidor como disponível a um alto grau de governança e autoridade e (4) a legitimação do estatismo.

Considerando que nossa análise se dá no campo do *político*, na dimensão ontológica (MOUFFE, 2005) encaramos a partir de Laclau e Mouffe (1985) que os projetos políticos são discursos constituídos de antagonismos entre os elementos num processo contínuo de articulação, deslocamento e nova articulação. Assim, o interior do discurso é marcado por um jogo de inclusão/exclusão de possibilidades, ante a lógica de identificação e da diferença, e, consequentemente, de uma constante disputa pela imposição de sentido.

No âmbito *stricto sensu*, a partir das pontuações feitas quanto as pautas neoconservadoras e neoliberais, consideramos a partir da teoria do discurso que as bandeiras individuais desses dois grupos distintos (neoliberais e neoconservadores) inicialmente representam elementos. Enquanto elementos, são diferenças articuladas. A partir de um discurso comum articulador dessas demandas (diante do nosso exemplo, temos a repulsa as interferências do governo na economia e nas pautas sociais), esses grupos passam a ser momentos de uma articulação

discursiva (antes da articulação, os elementos estão dispersos em relação um ao outro). Na articulação, uma prática é estabelecida entre esses elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida, assim, esses elementos contingencialmente tornam-se elementos-momentos em uma determinada prática articulatória (BURITY, 2014; LACLAU; MOUFFE, 1985).

Por isso, Burity (2014) afirma que esses elementos são diferenças articuladas, o que faz com que eles tenham, ao mesmo tempo, suas demandas particulares presentes, mas em relação à articulação que os envolve, estes anulam suas diferenças neste instante particular, por isso, é possível, inclusive, que demandas originalmente antagônicas entre si façam parte de uma cadeia articulatória comum, como acontece com os discursos do neoliberalismo e do neoconservadorismo.

Diante dessas apresentações teóricas preliminares, no próximo tópico buscamos compreender como tais correlações entre neoliberalismo e neoconservadorismo emergem no cenário brasileiro.

3.4 Neoliberalismo, neoconservadorismo e suas influências no cenário nacional

Conforme a linha do tempo já demonstrada no tópico anterior (3.1), o neoliberalismo, analisado numa perspectiva global, assumiu diferentes formas e facetas, diante do seu processo de (re)configuração, dos fluxos e influxos econômicos, políticos e históricos vivenciados do final do século XX até os dias atuais. Entretanto, ao mesmo tempo em que resgatamos esse balanço histórico, de modo a considerar esse panorama global, enfatizamos a importância de compreender o desdobramento do neoliberalismo, sua capilarização e suas articulações discursivas no cenário brasileiro e, posteriormente, no campo das políticas educacionais nacionais.

Ao considerarmos o processo de expansão neoliberal no mundo, Filgueiras (2006) analisa que o Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal, em virtude de duas questões específicas: a) a dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital (agrário, industrial, bancário, comercial); b) a intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980.

Entretanto, questões externas e internas vão propiciar a unificação dessas frações do capital diante do projeto neoliberal. Filgueiras (2006) pontua ainda que: o fracasso do plano cruzado e dos demais planos que surgem na segunda metade da década de 1980; o fortalecimento de um programa político neoliberal diante dos debates da Constituinte de 1988; a reação de unificação das frações do capital diante da construção do Partido dos Trabalhadores enquanto um partido político de massa; a eleição de Fernando Collor em 1989; a ascensão da programática neoliberal a partir do Consenso de Washington (1989), que aprova a recomendação de que o governo norte-americano estabeleça a adoção de políticas neoliberais (reforma fiscal para promover a competitividade empresarial, abertura comercial, política de privatizações e redução fiscal do Estado) como pré-condição à concessão de ajuda financeira externa.

Para além das políticas de governo que passam a ser adotadas sob a influência neoliberal, na década de 1980 passa a surgir no Brasil uma série de *think tanks*, que de acordo com Colombo (2018), são centros de pensamento que surgem nos anos 1950, nos Estados Unidos e reúnem especialistas (em sua maioria, ligados à direita) em determinadas áreas, elaborando projetos e ideias de políticas públicas, com o intuito de produzir, sistematizar e difundir teorias sobre estratégias de saída da crise do capital de acordo com os interesses do próprio capital.

No cenário brasileiro, como entidades precursoras, merecem destaque o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), sendo esse último o responsável por promover o Fórum da Liberdade, que inicia suas atividades no ano de 1988. Gross (2004, p. 144) analisa que esses institutos de cunho liberal se constituem como entidades civis, com o objetivo de promover a difusão de sua concepção de mundo, ou seja, construir a hegemonia burguesa através de uma concepção de mundo que transforme os preceitos do livre mercado em “pensamento único”. Friderichs (2020, p. 219) complementa que:

O IL atuou em duas frentes principais. A primeira foi a tradução, edição e publicação de livros, revistas e panfletos de literatura liberal e na produção de materiais didáticos que pudessem auxiliar a instrução ideológica de seus pares e dos meios formadores de opinião. Outra estratégia de circulação de suas ideias, se concentrou na organização de diferentes tipos de eventos, realizados em todo o país e direcionados a um público estratégico como políticos, jornalistas, empresários, militares, professores universitários, e intelectuais de modo geral [...] O IEE não tinha por objetivo produzir um material tão amplo e diversificado como o IL. Sua prioridade era o

treinamento e a formação intelectual de empresários, prioritariamente jovens de famílias tradicionais do Rio Grande do Sul.

Em 2002, cria-se a Fundação Lemann, e, em 2005, o Instituto Millenium (IMIL). A Fundação Lemann se apresenta como:

[...] Uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado. Atuamos em dois pilares estratégicos, Educação e Lideranças, duas frentes capazes de impulsionar nossa gente e gerar mudanças reais. Apostamos em dois momentos importantes da mesma trajetória: pessoas com formação educacional de qualidade que podem se tornar líderes preparados e engajados para contribuir com o desenvolvimento do país (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022).

Por sua vez, o IMIL se coloca como:

[...] uma associação civil sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária, reconhecido como uma entidade que defende interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que pautam o desenvolvimento do país. Com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, com liberdade individual, economia de mercado, democracia representativa e Estado de Direito. O IMIL propõe trazer a sociedade para o centro dos debates sobre políticas públicas, trazendo dados e estudos sérios, que tornam a discussão mais madura e qualificada, a fim de encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais do Brasil (INSTITUTO MILLENIUM, 2022).

Esses *think tanks*, ante seus mais variados projetos e programas político-econômicos, passam a articular uma série de discursos voltados para a educação e, conseqüentemente, para as políticas educacionais. Dentre as principais defesas e articulações, a partir da análise dos sites oficiais dessas instituições⁸, encontram-se: a proposição de um programa de vouchers para a educação básica no Brasil; cobrança escalonada de mensalidade nas universidades públicas, de acordo com o perfil de renda de cada aluno; a doutrinação nas escolas; a opressão estatal na educação; ataque ao legado de Paulo Freire; promover o resgate do respeito às tradições brasileiras, fundamentadas em valores judaico-cristãos; da autoridade do professor dentro da legalidade e na sua valorização, em todos os sentidos; da ordem e disciplina; da valorização dos símbolos nacionais; da defesa da alta cultura ocidental; a partir da disseminação na sociedade da crença no liberalismo econômico, na liberdade e na responsabilidade individual de cada um; no princípio

⁸<https://www.institutomillenium.org.br/>; <https://fundacaolemann.org.br/>; <https://www.institutoliberal.org.br/>.

da descentralização de poderes e decisões das políticas educacionais; filantropia colaborativa.

Esse rol exemplificativo de discursos aparece mobilizado em algumas proposições legislativas que foram apresentadas no Brasil nos últimos anos e que guardam correlação com o ESP, tais como: Projeto de Lei nº 7180/2014 - Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa; Projeto de Lei nº 867/2015 - Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"; Projeto de Lei nº 1.411/15- Tipifica o crime de assédio ideológico, entendido como toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente; Proposta de Emenda Constitucional nº 206/19 - determina que as universidades públicas deverão cobrar mensalidades dos alunos; Projeto de Lei nº 1930/19 - revoga a Lei nº 12.612/12, que declarou o educador pernambucano Paulo Freire patrono da educação brasileira; Projeto de Lei nº 844/22 - determina a distribuição pelo Poder Executivo de vales educacionais para que o estudante da educação básica possa frequentar a instituição de ensino particular mais próxima do seu domicílio quando não houver vaga disponível na rede pública; dentre outras iniciativas.

Ressaltamos que alguns desses textos não chegaram a ser aprovados, como é o caso do PL que tipifica a conduta de assédio ideológico, retirado em 2017, ou ainda o PL que trata revogação do patronato de Paulo Freire que está com tramitação parada na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Mas, a despeito de tais aprovações ou não, entendemos de extrema relevância o debate sobre as construções arguida nesses documentos.

Além disso, essas instituições mantinham estreitas relações com personalidades neoliberais e conservadoras com destaque na atuação empresarial, econômica e/ou educacional. É o caso analisado por Penna (2016), de que Miguel Nagib, fundador do ESP, foi articulista durante alguns anos do IMIL e escreveu alguns artigos para o *site* da instituição por um tempo. Dentre os escritos, Nagib publicou um texto com título "Por uma escola que promova os valores do Millenium". Apesar dos dados associados a Nagib terem sido apagados da plataforma do IMIL,

temos um registro em Aquino (2016), sistematizado na Figura 9:

0: Registro da atuação de Miguel Nagib no site do IMIL

The screenshot shows the website of Instituto Millenium. The header is orange with the logo and name. Below the header is a navigation bar with links: INSTITUCIONAL, ESPECIALISTAS, CONTEUDO, DIVULGAÇÃO, TV MILLENIUM, and PODCASTS. Below this is a section for 'MANTENEDORES' with tabs for 'PÁGINA DA CIDADANIA', 'MILLENIUM EXPLICA', 'SALA DE AULA', and 'NAS REDAÇÕES'. The main content area is titled 'Área de atuação: Educação' and features a profile of Miguel Nagib. To the right, there are sections for 'ENTREVISTA', 'BLOG', and 'PODCASTS'.

INSTITUTO Millenium

INSTITUCIONAL | ESPECIALISTAS | CONTEUDO | DIVULGAÇÃO | TV MILLENIUM | PODCASTS

MANTENEDORES

PÁGINA DA CIDADANIA | MILLENIUM EXPLICA | SALA DE AULA | NAS REDAÇÕES

Área de atuação: Educação

Direito dos pais ou do Estado?
31/01/2011

Outra ameaça à liberdade
3/04/2010

Por uma escola que promova os valores do Millenium
5/08/2009

Miguel Nagib
8/05/2009

Miguel Nagib
Miguel Nagib é procurador do estado de São Paulo e tem especial interesse pelo tema da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos. É criador do site "Escola Sem Partido", referência em discussão sobre a presença de ideologia no ensino, principalmente depois que chamou a atenção dos grandes veículos de imprensa com denúncias de doutrinação marxista em material didático de colégios particulares e sistemas de ensino.

ENTREVISTA

"A falta de planejamento é um problema cultural no Brasil"

BLOG

Deficit em transações correntes no Brasil soma US\$7,132 bi

Cinco estados concentraram 65,2% do PIB em 2011, mostra IBGE

Mundo árabe entrou na rebelião 3.0', diz diretor de ONG

Pessimismo sobre país é recorde com fantasma de rebaixamento

Congresso aprova redução da meta de superávit primário

PODCASTS

Orçamento impositivo pode se tornar camisa de força para União

Contabilidade criativa ou destrutiva?

Saiba como a internet transformou o comércio de flores

Patrícia Blanco faz uma análise sobre a publicidade infantil no Brasil

Projeto destaca papel do cidadão para

Fonte: Aquino (2016).

A aparente confusão entre os distintos discursos promovidos por esses *think tanks*, ora guinando para uma vertente neoliberal, ora para uma vertente conservadora, ou ainda autoritária, faz parte de um projeto maior de cadeia de articulação, que já foi brevemente perpassado no tópico anterior e será melhor abordado no capítulo 4.

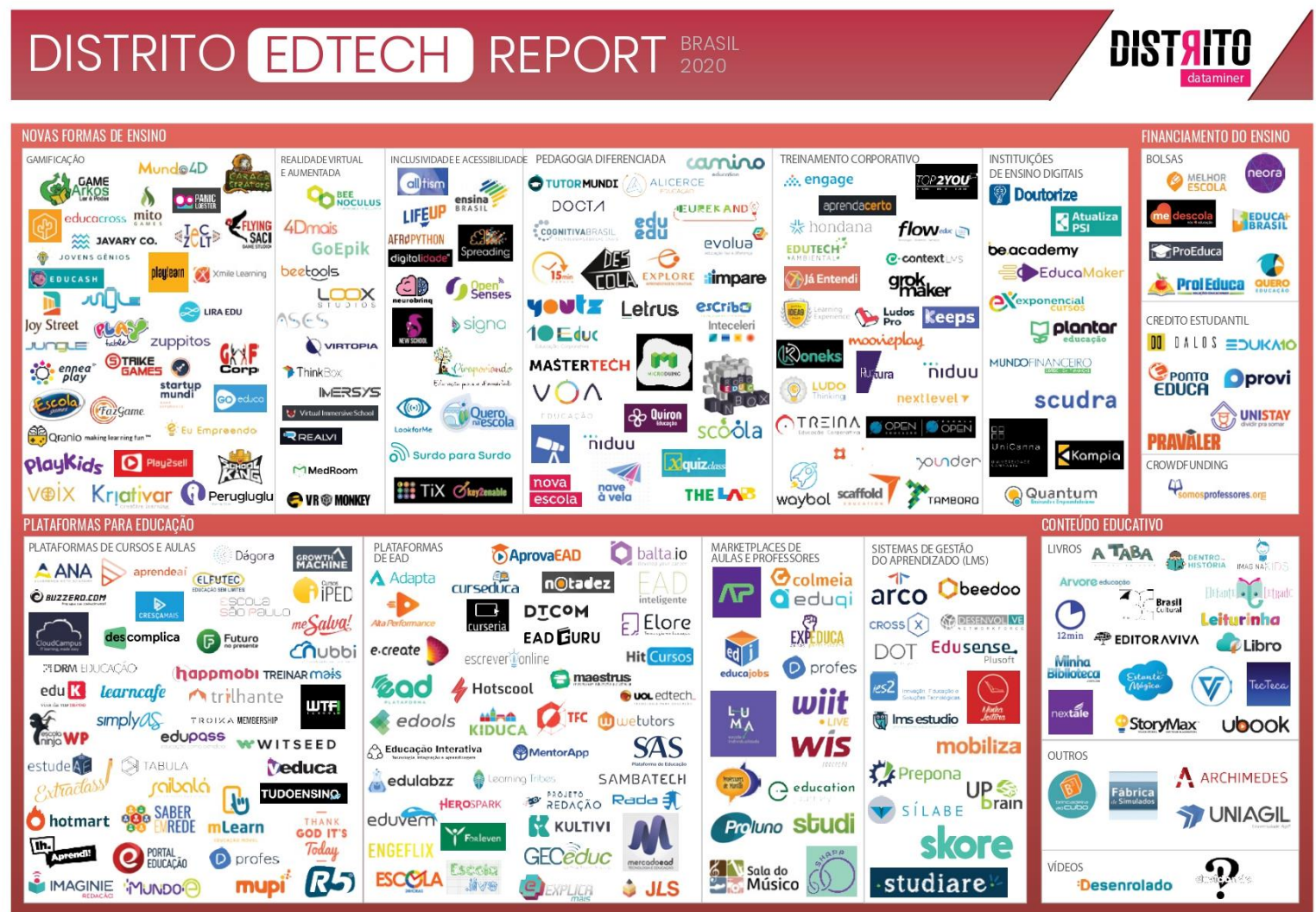
Para além desses *think tanks*, outras figuras desdobram-se no cenário brasileiro, como atores que influenciam seus discursos no cenário educacional: as startups educacionais (chamadas de *edtechs*). A Distrito, uma plataforma de mapeamento de startups, soluções e iniciativas inovadoras⁹, realizou no ano de 2020 um mapeamento das principais *startups edtechs*. Cabe ressaltar que no ano de 2020, estava sendo vivenciado em todo mundo a pandemia provocada pela covid-19, de maneira que o estudo apresenta tal consideração e justifica:

⁹ <https://distrito.me/sobre-o-distrito/>

No nosso entender, é justamente nos momentos e cenários mais graves que a inovação e a tecnologia se fazem mais urgentes, particularmente em setores estratégicos como a educação. O que vimos, apesar de todas as dificuldades, foram as startups colaborando para minimizar o estrago da pandemia e mesmo desenhando alternativas para um futuro melhor para a educação. Para isso, **é necessário que a sociedade conheça melhor as iniciativas empreendedoras no ramo da educação tecnológica, buscando entender o poder da inovação em alavancar e democratizar a educação - o motor do desenvolvimento econômico e social, mesmo nos cenários mais adversos.** Se, por um lado, foram muitos os obstáculos, por outro, observamos um cenário otimista para as edtechs. **Mais do que nunca há uma apreciação clara da importância desse ecossistema e se acelerou a tendência de buscar nesses atores os meios para lidar com as dificuldades estruturais na educação do país e para adequar os espaços, conteúdos e metodologias tradicionais de ensino às demandas da era da informação.** É com esse espírito que apresentamos o Distrito EdTech Report 2020. Esperamos que nas próximas páginas se possa acompanhar a evolução do ecossistema EdTech ao longo desse ano tão atípico, observando os principais investimentos no setor, as tendências internacionais, além da distribuição das 559 startups mapeadas por categoria, modelo de negócio, região de origem e estágio educacional atendido. Esperamos dessa forma colaborar com um ecossistema que entendemos essencial para o futuro de todos nós (DISTRITO, 2020, grifo nosso).

Dentre outros dados levantados, nos chamou a atenção as *startups* mapeadas de acordo com as seguintes categorias: conteúdo educativo; ferramentas para instituições; novas formas de ensino; ensinos específicos; financiamento do ensino; plataformas para educação; foco no estudante. A partir dessas categorias, temos as entidades abaixo, sistematizadas nas Figuras 10 e 11.

Figura 9: Startups na área de educação parte 1



Fonte: Distrito (2020, p. 18).

Figura 10: Startups na área de educação parte 2



Fonte: Distrito (2020, p. 19).

Ball (2014) observa que há um alcance global do *edu-business* (negócios em educação, que estão sujeitos aos mesmos processos de mercado e de negócios como outras empresas, se concentram em construir grandes conglomerados de educação e de informação, além de serem absorvidos por empresas de serviços profissionais e de gestão genéricos), esses grupos procuram nas políticas educacionais novas oportunidade de negócio.

Ao analisar algumas experiências dos EUA e do Reino Unido, Ball (2014) destaca que no *edu-business*, vemos o crescimento, por meio de aquisições e fusões, de marcas de educação global que comercializam serviços, padrão, produtos e soluções políticas em diversos contextos, além de exercerem influência financeira em relação à política educacional.

No caso brasileiro, a partir do relatório observado, temos a proeminência de instituições privadas voltadas para o cenário educacional, sobretudo a partir de discursos como apresentados no relatório de “soluções em geral”, “soluções tecnológicas”, “conhecimento especializado”, “curadoria”, “empreendedorismo”, “*soft skills*”, “inovação na forma de ensinar como possibilidade de melhorar os resultados ou o acesso à educação” (DISTRITO, 2020), se aproximam da lógica de governança teorizada por Brown (2015), que tem por finalidade apresentar soluções gerenciais orientadas por consenso para os problemas, quando na verdade, tem como seu oposto manobra partidária ou intermediação de políticas, pluralismo de grupos de interesse, conflito e luta de classes.

Assim, Brown (2015) complementa que as melhores práticas podem incitar ou instigar certas reformas legais que permitiriam um comportamento mais próximo entre a lei e os interesses comerciais, e também podem implicar ou gerar certas soluções legais e éticas, de modo que enquanto as melhores práticas geralmente operam como substitutos para a lei e a regulamentação, elas são a alternativa do neoliberalismo ao que é oficialmente proposto no âmbito público, e representa a prova de que podemos ser éticos e eficientes sem interferências externas. Por fim, Brown (2015) aponta que essas articulações de formas de governança podem também ser o cavalo de Tróia através do qual o direito e a ordem política que a asseguram podem ser transformados pela e para a razão neoliberal.

Da mesma maneira que esses agentes que têm se destacado no campo educacional para promover discursos neoliberais e formas de governança, também são capilarizadas ofensivas no que se refere as pautas neoconservadoras, é o caso

das várias publicações do Brasil Paralelo, uma entidade que se apresenta como “uma empresa de entretenimento e educação. Somos orientados pela busca da verdade histórica, ancorada na realidade dos fatos, e sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo” (BRASIL PARALELO, 2022). Dentre as postagens mapeadas, identificamos: ataque as pautas relacionadas à gênero; discursos contrários e deturpados sobre o movimento feminista, sustentando que a revolução sexual feminista promove a glamorização do uso de drogas, destrói casamentos, promove abortos, aumenta o índice de gravidez precoce e de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis; ataque à linguagem inclusiva de gênero; além de promoverem documentários que negam o Golpe Militar de 1964, dentre outras informações adulteradas.

Nessa direção, Balestro (2021, p. 108) aponta que:

O que Brasil Paralelo faz em seu revisionismo histórico é instrumentalizar um conhecimento “histórico” por uma prática social, por uma ideologia, por uma visão de mundo deformada da História como conhecimento verdadeiro e cientificamente elaborado. São profundamente antiéticos, alterando sem cessar o experienciado e o pesquisado pela comunidade científica dos historiadores e demais cientistas sociais, supostamente em defesa da “liberdade”, da “pátria” e dos “valores cristãos”, com uma visão ultraconservadora, nacionalista.

Além disso, o Brasil Paralelo investiu cerca de R\$ 410 mil em anúncios políticos no Google, sendo a empresa brasileira que mais gastou em impulsionamentos dessa natureza (G1, 2022). Apesar de sustentarem a narrativa de que suas produções são custeadas por doações de membros, além da monetização do canal no YouTube, Balestro (2021) identifica que esse grupo mantém relações e parcerias com o Instituto Von Mises Brasil, Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Millenium e, em particular, com o Fórum da Liberdade.

Do mesmo modo, temos a confluência da retórica conservadora no Movimento Brasil Livre (MBL), uma organização *lobbyista* de caráter neoliberal que defendeu fortemente os ideais do Escola Sem Partido, que articula projetos e discursos neoliberais e neoconservadores no cenário social e político.

Várias outras entidades, agentes, *think tanks* e startups têm encampado ideais e discursos tanto da racionalidade neoliberal como da racionalidade neoconservadora, de tal maneira que no contexto pós-golpe da Presidenta Dilma Rousseff, temos observado um avanço da extrema direita no Brasil, além de

discursos reacionários e neofascistas. Sustentamos a análise de que o Escola Sem Partido representa uma faceta de extrema relevância para projeção dessa extrema direita, sobretudo a partir da ascensão de Jair Bolsonaro no cenário nacional, sua eleição para presidência em 2018, seu mandato de 2019 a 2022 e as verberações de sua derrota na reeleição em 2022. Dessa maneira, no próximo capítulo debateremos sobre as principais disputas desenroladas pelo MESP, sua ascensão discursiva no contexto pós-golpe, seus reflexos e influências na ascensão da extrema direita, sob a égide do governo Bolsonaro.

4 EDUCAÇÃO SOB VIGILÂNCIA E O PROJETO DE PODER SOB A ÓTICA DO ESCOLA SEM PARTIDO

O ESP é de direita?

R: O ESP não defende e não promove nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita. Mas isso não impede que professores e estudantes de esquerda nos apliquem esse rótulo, com o objetivo de desqualificar o nosso trabalho. Fazem isso porque reconhecem que é a esquerda a única responsável pela instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos; e, como nos opomos a essa prática, somos vistos como adversários ideológicos. Ou seja: se combatemos uma prática da esquerda, temos de ser “de direita”. É assim que eles raciocinam. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2022).

‘Iniciativa conjunta de pais e estudantes’, ‘associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem vinculação política ou partidária’, ‘movimento desprovido da promoção de valores liberais, conservadores ou tradicionais’, ‘em busca da promoção da liberdade de pensamento’, ‘movimento de reação à doutrinação e a propaganda ideológica, política e partidária nas escolas e universidades e à usurpação pelas escolas e pelos professores do direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos’ (ESCOLA SEM PARTIDO, 2023), assim, o ESP se vale do discurso da livre iniciativa, discurso da proatividade e empreendedorismo, discurso da neutralidade humana, discurso da liberdade de pensamento, discurso da doutrinação educacional, discurso da luta contra a doutrinação, para reverberar seus ideais no âmbito da educação, das casas legislativas, na mídia, nas igrejas, nas redes sociais e em diversos outros ambientes.

Entretanto, para garantir a sobrevivência desse movimento e da potencialidade de seus discursos há mais de 18 anos, uma série de (re)configurações, alianças, articulações, investimentos e formas de propagação precisaram ser mobilizados. Também devemos considerar as nuances do contexto político, social e econômico brasileiro, que influencia na estrutura discursiva e nas dinâmicas de poder e, conseqüentemente, na construção da identidade do ESP.

Assim, no intuito de compreender os diferentes projetos de poder que foram mobilizados ao longo dos anos, com ênfase no contexto pós-golpe de 2016 até o final do mandato do presidente Jair Bolsonaro, em 2022, neste capítulo iremos nos

debruçar sobre diferentes aspectos e perspectivas do Escola Sem Partido.

4.1 Entre histórias e históricos: o surgimento do ESP

Penna e Salles (2017) observam que a identidade política e ideológica do MESP está profundamente relacionada com a narrativa que se consolidou a respeito de sua criação. Apesar da história amplamente apresentada por Nagib, que já pontuamos em Costa (2020), de que a criação do ESP é baseada em uma experiência pessoal, conforme entrevista concedida em 2014 ao diário de Mogi:

Um dia, em setembro de 2003, minha filha mais nova, então na 7ª série do ensino fundamental, chegou em casa e disse que o seu professor de história -- **que era de esquerda como a maioria dos professores de história e cujas práticas doutrinárias eu já conhecia porque ele havia dado aula para o meu filho mais velho** -- havia comparado "Che" Guevara -- um homem conhecido pela crueldade praticada em nome da sua utopia política -- a São Francisco de Assis. Quando eu escutei aquilo, pensei: agora chega. Resolvi escrever uma carta aberta a esse professor, imprimir umas 300 cópias, e fui ao estacionamento do colégio distribuir aos pais que chegavam para deixar seus filhos. O efeito dessa iniciativa foi o mais inesperado para mim. A direção da escola contestou. Os alunos se solidarizaram inteiramente com o professor. Recebi dezenas de mensagens de estudantes me xingando de todos os nomes possíveis. Aquilo me impressionou muito e eu acabei me interessando pelo tema da doutrinação política e ideológica nas escolas. Lendo e conversando com outras pessoas, percebi que o problema era muito maior e mais grave do que eu imaginava. Foi então que, inspirado em alguns sites americanos, resolvi criar o ESP (NAGIB, 2014, grifo nosso).

Penna e Salles (2017, p. 14) analisam que “essa narrativa serve uma função específica, transmitindo a mensagem de como o movimento quer ser visto e percebido dentro do espaço público”, uma vez que, a partir da suposta alegação de que um professor teria se aproveitado de sua posição de autoridade para praticar “doutrinação ideológica” em sua filha, Nagib reúne as principais pautas que serviriam de estrutura para o MESP, quais sejam: defesa da família e de um arcabouço de valores, com ênfase numa orientação patriarcal; imposição de uma separação entre assuntos que podem ser abordados na escola e assuntos que só devem ser tratados no espaço privado do lar; desconfiança de instituições e agentes educacionais – escolas e professores.

Mas a principal verificação realizada pelos autores que nos chama a atenção, é que Miguel Nagib e Bráulio Porto de Matos, à época coordenadores do ESP, figuravam como membros do Instituto Liberal de Brasília (ILB) pelo menos desde

2002. O ILB representa uma filial do IL, já mencionado no capítulo anterior, com a função de promover a difusão da pauta neoliberal, além da articulação política de intelectuais conservadores e neoliberais da região. Dos demais integrantes do ILB, destacam-se também Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho.

Penna e Salles (2017) relatam que Nelson Lehmann da Silva, membro ativo do ILB, já publicava textos sobre doutrinação ideológica nas escolas no site da organização antes mesmo do surgimento do ESP, como é o caso do texto intitulado “A doutrinação ideológica nas escolas”, de autoria de Lehmann, memorado pelo site do ESP em 2011¹⁰. Antes de apresentar o conteúdo do texto, o site traz a seguinte apresentação “o artigo abaixo foi escrito pelo saudoso Prof. Nelson Lehmann da Silva, pioneiro na luta contra a doutrinação ideológica nas escolas, grande incentivador do *EscolasemPartido.org*” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2011).

Lehmann e Olavo de Carvalho tornaram-se amigos em virtude das articulações políticas desenvolvidas pelo ILB. Ambos escreviam textos sobre educação e doutrinação e, mais tarde, cederam esses materiais, anteriormente existentes, para figurarem no site do ESP. Espinosa e Queiroz (2017), Penna e Salles (2017) e Colombo (2018) demonstram diversas ligações entre Nagib e Olavo de Carvalho, bem como deste último com Lehmann, e alegam que o discurso produzido por Olavo de Carvalho utiliza, antes mesmo da fundação do ESP, estratégias retóricas que serão mobilizadas, exploradas e expandidas pelo movimento.

Em 20 de novembro de 2022, o perfil Escola Sem Partido no *twitter*¹¹ resgata o próprio processo de vinculação de Olavo de Carvalho ao movimento. Tal postagem apresenta uma crítica aos posicionamentos que são apresentados por Olavo de Carvalho com o passar do tempo, conforme a sequência que demonstramos na figura 12.

¹⁰Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/a-doutrinação-ideológica-nas-escolas/>. Acesso: 23 de nov. 2022.

¹¹ Conforme informação disponível na descrição da página do *twitter* em 23/11/2022, o perfil, existente desde 2009, é atualmente administrado por Miguel Nagib (idealizador e fundador do ESP).

Figura 11: sequência de *tweet's* do ESP sobre suas articulações com Olavo de Carvalho





Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1594522380931543040>

Apesar do tensionamento que a postagem objetiva apresentar, a informação que por ora nos importa, é a escancarada assunção da colaboração de Olavo de Carvalho na construção da proposta do movimento. Ao considerarmos a principal narrativa sustentada pelo ESP, que até hoje estampa a página ‘Quem somos’ do site, temos que a iniciativa se apresenta como “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária” (NAGIB, s.d.).

É verdade que a vinculação do ESP com *think tanks*, grupos empresariais, personalidades políticas, candidatos e candidatas políticos à nível municipal, estadual e federal não é nenhuma novidade, isso já foi analisado em Moura (2016), Colombo (2018), Costa e Silva (2019), Costa (2020), dentre outros. Mas estamos ressaltando o próprio processo embrionário de formação da entidade, o que

demonstra que a principal narrativa de criação do ESP representa uma falácia, que tem por objetivo estampar uma defesa moral, de preocupação com a família, para esconder as influências de grupos e pessoas na mobilização de ideias conservadoras e neoliberais, além de projetos políticos que impulsionam o surgimento de tal movimento.

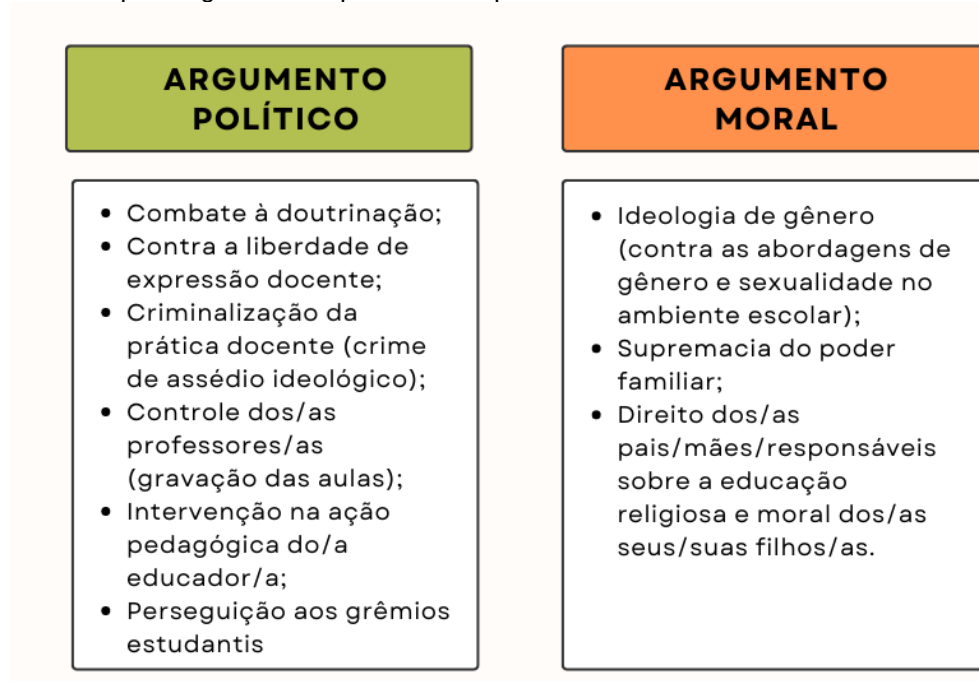
Assim, nos demais tópicos, nos debruçaremos sobre as principais configurações e reconfigurações desse movimento, de maneira a demonstrar as frentes de atuação da entidade, suas redes de apoio e as articulações discursivas que se dela desdobram. Por fim, apresentaremos o projeto educacional e o projeto societário que a entidade assume, sobretudo após o acirrado pleito eleitoral para a Presidência da República, vivenciado em 2022.

4.2 Bandeiras, configurações e reconfigurações do Escola Sem Partido

Nas análises já desenvolvidas à nível de dissertação¹², cuidou-se de debater acerca da emergência e configuração do Escola Sem Partido, de maneira que foi possível verificar suas duas formas de atuação: a primeira, surgida em 2004, é marcada pelo viés político, e se configura como a fase de constituição do ESP, que se denomina Movimento Escola Sem Partido (MESP) e atua na defesa de uma educação sem doutrinação. A segunda, surgida em 2014, é representada pelo Programa Escola sem Partido (PESP), um plano que transforma os ideais do Escola Sem Partido em projetos de lei (PL's), tem como mote aprovar legislações contra o abuso da liberdade de ensinar. Não obstante sua configuração inicial se pauta na defesa do combate à contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, posteriormente, para fundir-se a grupos em destaque no cenário nacional, passa a adotar pautas de cunho moral, tais como: contra a ideologia de gênero, em defesa do conservadorismo, dos valores da família e do poder familiar (COSTA, 2020).

Também foi possível sintetizar as principais bandeiras apresentadas pelo ESP, assim agrupadas:

¹² Disponível para livre acesso em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37639>

Figura 12: Principais argumentos apresentados pelo ESP

Fonte: elaboração própria, adaptado de Costa (2020).

Também nas ponderações que realizamos anteriormente, sustentávamos que o Escola Sem Partido não se tratava mais de uma personificação restrita a uma organização (seja o movimento ou o programa) ou aos PL's que se pulverizavam por todo o Brasil. Chamávamos a atenção para sua personificação em um discurso de cunho neoconservador sobre educação e sobre um projeto de sociedade, que estava ao dispor de qualquer pessoa ou grupo político que quisesse utilizá-lo de acordo com seus interesses (COSTA, 2020).

Qual o motivo de retomarmos nossas análises? Quais são as mudanças nas considerações feitas em 2020 e nossa atual discussão? Se há quem defenda que o Escola Sem Partido chegou ao seu fim, por que continuarmos tal debate? Qual a relevância?

Logo após a conclusão da nossa pesquisa de dissertação, desdobrou-se um cenário desfavorável para as articulações do movimento. O ano de 2020 representou uma considerável derrota para quem defende o Escola Sem Partido e também para os grupos fundamentalistas religiosos que promovem a caçada antigênero. Junqueira (2018) observa que a cruzada antigênero articula uma intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades,

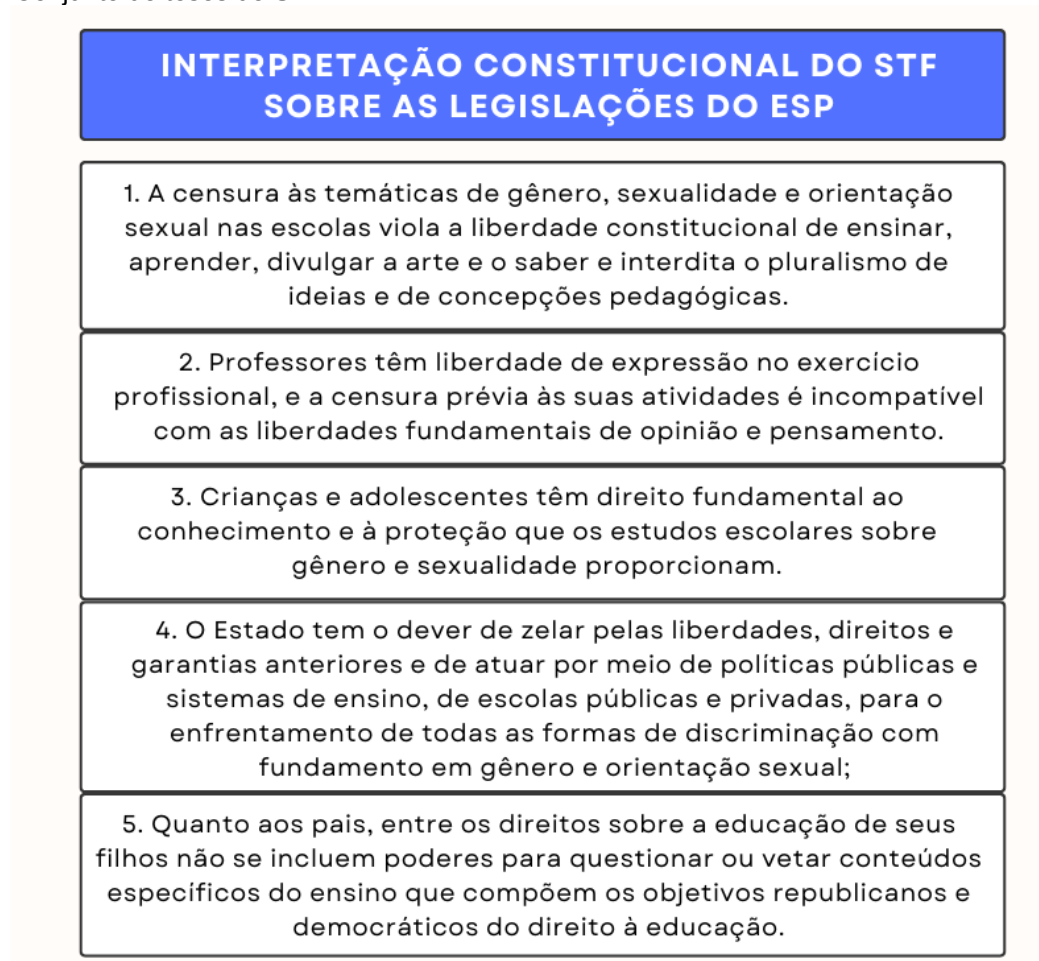
dentre outros.

Dentre uma das principais pautas relacionadas ao ESP, temos os projetos de lei que tramitaram com a finalidade censurar o debate de gênero e sexualidade nos currículos escolares. Alguns obtiveram aprovação em suas respectivas casas legislativas, principalmente no âmbito municipal. Conforme observado por Moura e Silva (2020) os projetos de lei com a finalidade de proibir as discussões de gênero e sexualidade nas escolas podem ser apresentados de três maneiras distintas: 1) a censura a gênero como categoria principal, ou seja, como ementa única da propositura; 2) como parte de um projeto de lei do Escola Sem Partido; 3) como parte de um projeto de lei 'tipo Escola Sem Partido' (as autoras distinguem os PL's Escola Sem Partido do Tipo Escola Sem Partido de maneira que estes últimos são os que seguem as ideias do movimento sem, no entanto, utilizar explicitamente o nome dele).

Extraí-se, a partir do levantamento de Moura e Silva (2020), que de 2014 a 2020, foram apresentados um total de 104 projetos de contrários as abordagens de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Entretanto, ao mesmo tempo em que tais proposições legais se capilarizavam, na contraofensiva, foram ajuizadas no STF diversas ADPFs, questionando tais dispositivos.

Na apreciação das ADPF's 526, 467, 460, 461, 465 e 600, o STF ressaltou que as normas impugnadas, ao proibirem qualquer referência à diversidade de gênero no material didático utilizado em escolas da rede pública de ensino, acabam cristalizando uma cosmovisão tradicional de gênero e sexualidade que ignoram o pluralismo da sociedade moderna (STF, 2020).

Ao considerarmos que a bandeira antigênero representa uma importante articulação do ESP, é válido pensarmos que tais decisões no âmbito da Suprema Corte representam um forte impacto para a atuação do movimento. Ximenes e Vick (2020), pesquisadores da temática, categorizaram as principais teses que se firmaram nas decisões do STF, conforme ilustrado na Figura 14.

Figura 13: Conjunto de teses do STF à luz das ADPF's contra o ESP

Fonte: elaboração da autora, adaptado de Ximenes e Vick (2020).

Além disso, em suas análises, Ximenes e Vick (2020) ressaltam que as decisões do STF nas ADPF's já elencadas, impõem efeitos que, na prática, inviabilizam a proliferação jurídica da censura nas escolas, de maneira que os autores afirmam que não cabe mais discutir penas judiciais ou administrativas aos educadores nos eventuais conflitos (denúncias, inquéritos administrativos) relacionados as questões de gênero e sexualidade, de modo que os debates sobre o assunto devem se limitar, ao ambiente político-pedagógico das escolas. Os autores sustentam também que as decisões marcam o fim de uma retórica de censura e que os educadores ficam fortalecidos sua defesa contra agressões injustas e infundadas.

Discordamos parcialmente dessa posição. Conforme já pontuado, não negamos o impacto das decisões do STF, tampouco o potencial de abalo que os pronunciamentos da Suprema Corte reverberaram no âmbito do movimento, mas elas não são suficientes para refrear a articulação desses discursos. O relatório intitulado 'Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação,

mobilização social' (2021) analisou que “as decisões do STF que deveriam funcionar como barreira de contenção aos movimentos antigênero, de fato, não os tem impedido de continuar apresentando e aprovando projetos de lei com esse mesmo conteúdo” (OFENSIVAS ANTIGÊNERO..., 2021, p. 33).

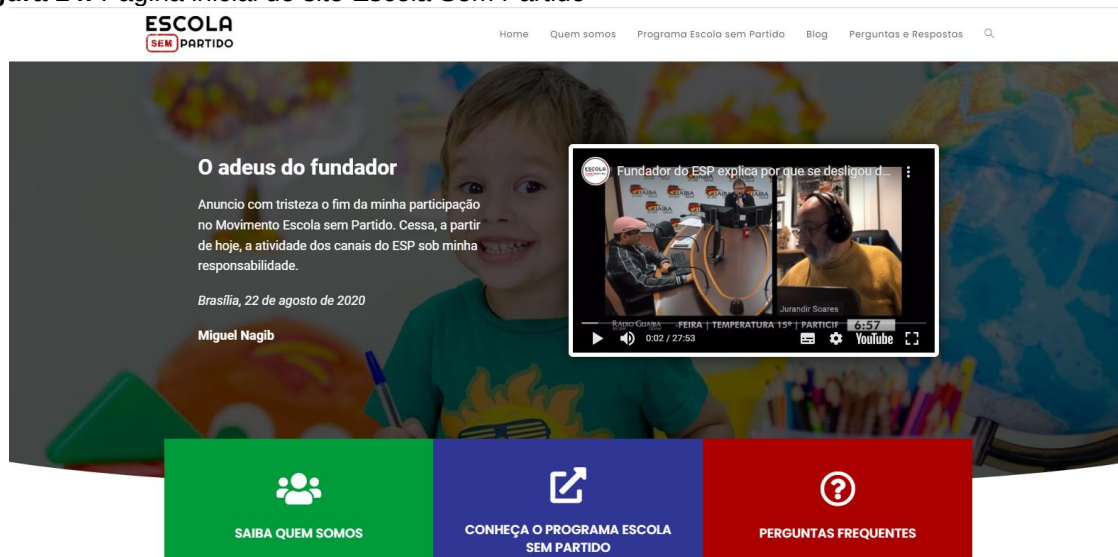
É interessante recordarmos que o ESP ganhou projeção a partir de suas articulações no seio social baseada em um pânico moral, ou seja, através de postagens alarmistas e persecutórias em seu próprio site, no Orkut (antiga rede social, existente na época do surgimento do movimento), no facebook e atualmente no twitter. O desdobramento em projetos de lei foi uma das formas de articulação do ESP, que inclusive, configurou-se através de site específico, intitulado 'programa Escola Sem Partido', que reunia os modelos de projetos de lei tanto à nível federal, como estadual e municipal, tal site não está mais disponível atualmente. Mas a atuação embrionária e principal do ESP, que se sustenta até hoje se dá através de uma dissonância cognitiva (FESTINGER, 2016), que se utiliza divulgação de fatos deturpados em redes sociais, em fóruns de discussão de pais/mães/responsáveis, incitação ao monitoramento, vigilância e denúncia de profissionais da educação, dentre outras medidas, que a associação ganha força.

Esse discurso persecutório, sobretudo na esfera educacional privada – encarada pelo próprio ESP como uma mera relação de prestação de serviço e não de ensino-aprendizagem, incita a constante vigilância e se desdobra em um acirramento desmedido, em que os professores têm receio em abordar determinados conteúdos, ainda que haja tais decisões judiciais. É o caso de uma professora da rede estadual da Bahia, denunciada em 2021 por uma aluna que disse que a docente ensinava 'conteúdo esquerdista' e com linguagens de 'doutrinação feminista', de acordo com a Associação dos Professores Licenciados do Brasil (APLB), os temas abordados pela docente seriam questões de gênero, racismo, assédio, machismo e diversidade. De acordo com a reportagem da MetroWorldNews (2021) sobre o caso, a professora ficou emocionalmente abalada após a denúncia e até mesmo chegou a ser hospitalizada.

Da mesma forma que Penna (2016) analisa que quando o movimento foi criado, a ideia foi tida como absurda e levou os educadores a se chocarem com as ideias e, muitas vezes, a rir, e por isso a ameaça apresentada pelos discursos do ESP não foi devidamente enfrentada, hoje nós temos um processo de minimização do potencial de desdobramento dos ideais do movimento, sustentado pela retórica

de que o movimento perdeu suas forças. Outro acontecimento que influenciou a falsa ideia de recuo, foi o anúncio oficial, realizado em agosto de 2020, de Miguel Nagib do fim da sua participação no movimento¹³. A narrativa também é estampada na página de abertura do movimento:

Figura 14: Página inicial do site Escola Sem Partido



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso: 23 de nov. 2022.

Em julho de 2019, Nagib também havia anunciado a suspensão das atividades do movimento, planejada para o começo de agosto do mesmo ano. Como justificativa, alegou a falta de apoio do então Presidente Jair Bolsonaro (OGLOBO, 2019a), que em 2018 tinha inserido em seu plano de governo registrado no TSE, o compromisso de combater a ideologia de gênero e implantar o Escola Sem Partido (TSE, 2018). Entretanto, após receber doação de um patrocinador não identificado, Nagib se pronunciou, dizendo que as atividades não chegaram a ser suspensas e que manteria o projeto (OGLOBO, 2019b). Prova disso é que em outubro de 2019 (alguns meses após o prazo previsto para o suposto encerramento), o site do ESP publicou a matéria intitulada “Quem disse que os alunos não têm direito de gravar as aulas?” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019).

Assim, desde o seu surgimento, o ESP apresenta diversas narrativas de cunho apelativo e alarmista para manter e/ou recuperar sua projeção no cenário educacional, sobretudo nos momentos em que o cenário, seja no plano político, social ou jurídico, não se apresenta de maneira favorável aos seus ideais. Por tal

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg&t=2s>

motivo, associar que a derrota enfrentada pelo ESP em sede de julgamento inconstitucional das legislações que sustentavam sua temática enterra a retórica do movimento, é recair no mesmo erro de não ter enfrentado suas propostas iniciais, pois essa é uma das distintas frentes articuladas pela entidade. É possível observar a menção a diferentes estratégias utilizadas pelo movimento na sequência de twitter's da página na figura 15:

Figura 15: sequência de twitter's do ESP sobre os objetivos do movimento



Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1592958464539897857>

Em primeiro, é importante resgatar que, apesar do site oficial do movimento estampar o vídeo de adeus do fundador, na página do *twitter*, como já destacamos, tem a informação de que tal perfil é atualmente administrado por Nagib. Em segundo, merece atenção a clara confissão de que a pulverização de projetos de lei contra a suposta doutrinação nas escolas representou a principal estratégia de disseminação do ESP, de maneira que, assim, o movimento ganha rapidamente o cenário nacional, projeta seus ideais publicamente, reforça seus princípios e bandeiras em jornais de grande circulação, tudo isso de forma orquestrada. Por

outro lado, o posicionamento das entidades educacionais, jurídicas e da própria comunidade científica, não conseguiu acompanhar o célere desdobramento de uma enxurrada de ações do ESP (projetos de lei apresentados à nível municipal, estadual e federal, com diferentes temáticas - contra a suposta doutrinação, contra à 'ideologia de gênero', tipificação do crime de assédio ideológico, modelo de denúncias e ações para professores supostamente doutrinadores, associação com entidades neoconservadoras e neoliberais.

Se após as decisões judiciais de 2020 temos que como medida legislativa os ideais do ESP encontram-se barrados pelo STF, no seio social, seus ideais se articularam discursivamente e transferiram a vigilância, perseguição e denunciismo para todos os seus adeptos e apoiadores. De tal modo, há uma (re)configuração do movimento, que mobiliza outras formas de atuação (vigilância docente, mobilização de denúncias e de perseguição aos profissionais da educação, incentivo à gravação de aulas). Tais mecanismos não são novos, essas táticas já foram utilizadas pelo ESP quando do seu surgimento e foi o que propiciou parcela considerável da ascensão do seu discurso entre pais, mães e responsáveis.

Entretanto, no atual cenário de fragmentação política que se dá após as eleições de 2022, marcado por pânico morais, ascensão do neoconservadorismo e de discursos neonazistas¹⁴, que se desdobraram desde ataques com pichações, como atentados a tiros em escolas, o acirramento dos ideais do ESP, sobretudo da cadeia articulatória entre as bandeiras do movimento e os elementos neoliberais e neoconservadores, assume uma perspectiva que enseja atenção e preocupação no âmbito do debate acadêmico e científico. No plano político, temos, conforme a análise de Macedo (2017, p. 509, grifo nosso) que o ESP “se trata de um movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a **oposição a partidos políticos de esquerda** e de origem popular”, de tal maneira que diante do resultado eleitoral de 2022, em que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva venceu a eleição presidencial, já é possível observar a retomada de discursos antagônicos (LACLAU, 2005) em relação ao Partido dos Trabalhadores:

¹⁴ A exemplo do caso Aracruz (1), ocorrido em novembro de 2022, bem como do caso Contagem (2), também em novembro de 2022. (1) <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/11/ataque-em-aracruz-atirador-planejava-invadir-escolas-desde-2020.ghtml> (2) https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/11/29/interna_gerais,1427088/escola-de-contagem-e-invadida-e-pichada-com-frases-e-simbolos-neonazistas.shtml

Figura 16: tweet do ESP atacando o PT



Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1590510566246076416/photo/1>

A intensificação da polarização 'nós/eles', mobiliza o antagonismo, entendido por Mouffe (2015) como negatividade sempre presente que impede o fechamento/completude dos sentidos, funcionando como limite externo, de modo que a relação 'nós/eles' tem os dois lados como inimigos que não possuem um ponto em comum. Entretanto, a retórica mobilizada pelo ESP não se dá tão somente em busca da cadeia de demandas e dos seus significantes, mas sim, assume uma posição adversarial que impede a transformação agonista, entendida por Mouffe (2015) como sendo a relação 'nós/eles' em que as partes conflitantes reconhecem a legitimidade de seus oponentes, eles são adversários e não inimigos. Ou seja, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político). Para melhor compreender tais questões, nos próximos tópicos nos debruçaremos sobre tais articulações discursivas, de modo a considerar o atual cenário político e social em que estamos envolvidos.

4.3 Frentes de atuação do Escola Sem Partido e suas redes de apoio

Conforme elucidado no começo do presente capítulo, o ESP se utilizou de narrativas específicas para mobilizar o ideário social, além disso, se lançou como

uma suposta associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. Entretanto, desde o seu processo embrionário até os dias atuais, a entidade contou com diversas articulações e o apoio que vai desde *thinktanks*, personalidades ligadas à extrema direita brasileira, grupos neoliberais e neoconservadores, organizações lobistas, até setores religiosos. Além da aliança com candidatos políticos que se comprometem a apresentar o projeto de lei sobre o assunto e/ou apoiar com seu voto.

Para compreender as frentes de atuação do ESP e as correlações entre suas bandeiras e o cenário neoliberal e neoconservador brasileiro, consideramos oportuno evidenciar quem são e como se constroem as redes de apoio do movimento. Entretanto, nos surpreendemos com a mudança dos sites de algumas dessas principais instituições. Anteriormente, o site da Atlas Network, assim como o do Instituto Liberal e o Instituto Millenium, apresentava uma seção onde mostravam as entidades parceiras, porém, tais informações encontram-se atualmente omitidas.

Com base em levantamentos de Moura (2016), Espinosa e Queiroz (2017) e Colombo (2018), bem como através da análise documental dos projetos de lei, notícias e divulgações em redes sociais, realizamos o mapeamento e a atualização dos principais integrantes da rede de apoio do ESP, apresentados no quadro 4.

Quadro 4: Rede de apoio do ESP

Personalidades públicas e/ou de influência	Parlamentares e/ou candidatos políticos	Grupos neoliberais e/ou neoconservadores	Organizações lobistas
Olavo de Carvalho , falecido em 2022. No cenário pós-golpe, projetou-se como intelectual com expressiva influência sobre políticos e movimentos de extrema-direita. Intitulava-se como um autodeclarado filósofo que abandonou a faculdade por não ter nada a aprender. Nos anos iniciais, foi um grande articulista dos ideais do ESP.	Izalci Lucas Ferreira , autor do Projeto de Lei nº 867/2015 que inclui o Escola Sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional. Ex-Deputado Federal por três mandatos, atualmente é Senador desde 2019, pelo Distrito Federal. Além disso, também é empresário da área de educação)	Instituto Millenium (IMIL) , Miguel Nagib foi colaborador da instituição e publicou diversos textos sobre educação no site do IMIL. Nagib também colaborou financeiramente para a instituição, conforme levantamento de Aquino (2016).	Revoltados Online , coordenado por Beatriz Kicis Torrents de Sordi (Bia Kicis), que fundou o movimento ‘Mães pelo Escola Sem Partido’. O movimento deixou de existir entre 2017/2018. Atualmente, Bia Kicis é Deputada Federal e apresentou o PL nº 246/2019, conhecido como ESP 2.0.
Orley José da Silva , evangelista assembleiano de Goiânia, que milita	Ana Caroline Campagnolo , professora de história, ficou	Instituto Liberal , manteve relações com o ESP através da atuação de	Movimento Brasil Livre , surgido em 2014 e com forte influência na política,

no evangelismo universitário há 17 anos, administrador do blog “De olho no livro didático”	conhecida por ser defensora do ESP e ministrar aulas vestida com a camisa de Jair Bolsonaro em 2017, período de pré-campanha eleitoral. Após a polêmica, tornou-se Deputada Estadual de Santa Catarina. Também é autora de livros contrários ao feminismo).	Rodrigo Constantino, dentre outras personalidades.	diante da sua ascensão nas redes sociais a instituição defendeu e impulsionou diversos ideais e projetos do ESP.
Miguel Francisco Urbano Nagib , advogado, procurador aposentado do estado de São Paulo, fundador do ESP, apesar de ter anunciado o afastamento das atividades do site do movimento em agosto de 2020, no ano de 2022 retomou a administração da página da entidade no <i>twitter</i> .	Magno Malta , Senador e ex-deputado, também é pastor evangélico da Igreja do Evangelho Quadrangular e autor do PL nº 193/2016, que inclui o Escola Sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional).	Instituto Liberal de Brasília (ILB) , foi palco de encontro de articulação das principais personalidades ligadas ao ESP. Contou com integrantes como: Olavo de Carvalho, Nagib, Bráulio Porto, Nelson Lehmann da Silva.	Foro de Brasília , se intitula como uma organização apartidária; é um <i>Think Tank</i> por excelência, que objetiva a produção e difusão de conhecimento para a América Latina. Conta com diversos integrantes de influência que são defensores do ESP, tais como: Adolfo Sachsida, Bia Kicis, dentre outros.
Bráulio Porto de Matos , Professor de Sociologia do Departamento de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e supostamente é o vice-presidente do Escola sem Partido	Marco Feliciano , Deputado Federal, pastor da Catedral do Avivamento, igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus).	Atlas Network metathinktank transnacional, atua como fomentador financeiro e intelectual de thinktanks nacionais, foi responsável pela formação de diversos integrantes do MBL, além de possuir como associados 13 organizações brasileiras, dentre elas o IL.	Bancada Evangélica , diversos parlamentares que compõem essa bancada foram autores de projetos relacionados ao ESP, tais como: Izalci, Erivelton Santana, Marco Feliciano, Magno Malta.

Fonte: elaboração da autora (2023).

Espinosa e Queiroz (2017) apontam que a reiterada ‘coincidência’ na participação de algumas personalidades listadas acima entidades neoliberais, neoconservadores e/ou lobistas, pode-se interpretar como uma forte evidência de se valer da existência de uma estrutura útil para atingir uma das finalidades do movimento, que é inserir a pauta do Escola Sem Partido na agenda pública.

No que se refere as frentes de atuação, ao recortarmos para o lapso temporal aqui em análise, nos valemos do parecer jurídico, assinado por Miguel Nagib, enquanto advogado, no ano de 2018, afirmando a constitucionalidade do ESP. Nesse documento, que tem por finalidade contribuir para a rápida tramitação e aprovação dos projetos de lei vinculadas ao ESP, Nagib pontua as supostas práticas as quais o movimento se opõe, quais sejam: 1) a doutrinação e a propaganda ideológica, política e partidária nas escolas e universidades; 2) a usurpação – pelas escolas e pelos professores – do direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos. Além disso, ele destaca que desde a sua criação, o movimento vem arquivando materiais sobre tais práticas e que hoje o ESP possui um significativo acervo de documentos (pesquisas, artigos, reportagens, depoimentos, gravações em áudio e vídeo, cópias de livros didáticos, eventos “acadêmicos”, etc.) (NAGIB, 2018).

Algebaile (2017) destaca que o site do ESP representa o principal suporte para sua difusão, uma vez que ele funciona como um meio de veiculação sistemática de ideias, de instrumentalização de denúncias e de disseminação de práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização, que seriam identificáveis em aulas, livros didáticos, além de outros materiais. Considerando que atualmente a página do *facebook* foi extinta e que o ESP tem se valido do *twitter*, ponderamos que essa última rede social assume considerável relevância para propagar os mecanismos de vigilância, controle, denúncia e criminalização. As atuações subsidiárias se dão através debates e audiências nos âmbitos acadêmico, jurídico, religioso e parlamentar, dentre outras estratégias, de modo que a forma de atuação nessas diversas frentes proporciona à organização certas condições de visibilidade, legitimidade e penetração social (ALGEBAILLE, 2017).

Dentro desse prisma, diante do cenário pós-golpe de 2016, o ESP sustentou sua atuação:

- Através de articulistas do governo Temer e do Ministro da Educação, Mendonça Filho. Nesse cenário, em maio de 2016, Mendonça Filho recebeu grupos pró-impeachment¹⁵, conforme aparece na figura 18, dentre eles o ‘Revoltados Online’, que apresentaram dentre outras pautas, a defesa do

¹⁵ <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-grupo-pro-impeachment/>

ESP.

Figura 17: Alexandre Frota, Mendonça Filho e Marcelo Reis.



Fonte: <https://www.folha1.com.br/conteudo/2016/05/blogs/nacurvadorio/799525-ator-alexandre-frota-apresenta-a-ministro-propostas-para-educacao.html>

- Já em julho de 2016 foi nomeado por Mendonça Filho o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Adolfo Sachsida (figuras 19 e 20), como assessor especial do MEC, porém, no dia seguinte a sua nomeação, a mesma foi cancelada no diário oficial.

Figura 18: Transmissão no YouTube de Adolfo Sachsida em defesa de pautas do ESP

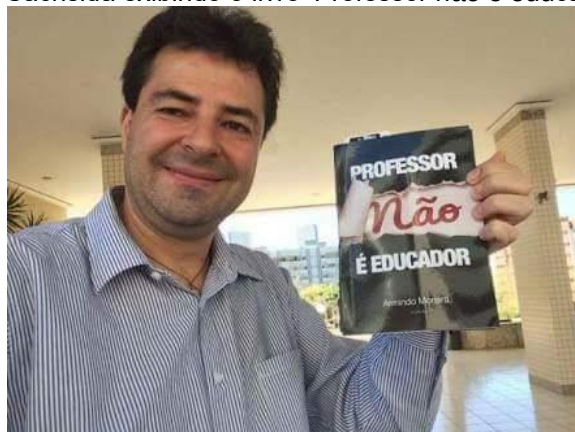


Fonte: <https://www.estadao.com.br/educacao/em-um-dia-mec-nomeia-e-exonera-apoiador-do-escola->

[sem-partido/](#)

Adolfo era conhecido por defender as bandeiras do ESP e se utilizava de uma página de blog¹⁶ para expor suas opiniões, além do *twitter*. Entretanto, após ter se tornado Ministro de Energia no governo Bolsonaro, ele privou suas redes sociais, além de ter apagado conteúdos anteriores sobre o ESP.

Figura 19: Foto de Adolfo Sachsida exibindo o livro 'Professor não é educador'.



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/11/hitler-era-de-esquerda-garante-professor-de-bolsonaro.html>

- Como contraponto, em julho de 2016, foi emitida uma nota técnica do Ministério Público Federal (MPF), através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), assinada pela Procuradora Deborah Duprat, que ao analisar o PL nº 867/2015 (projeto de lei que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"), declarou sua inconstitucionalidade e trouxe, dentre outras análises, que a iniciativa legislativa nasce eivada de inconstitucionalidade, pois "impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206, III); (iii) nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem (art. 206, II)" (MPF, 2016).
- Através da Medida Provisória (MP) da Reforma Ensino Médio – MP nº 746/2016 (BRASIL, 2016), o Governo Temer através de uma MP, instrumento legislativo de competência privativa do chefe do Poder Executivo, que deve ser usado de forma excepcional, em situações de urgência e relevância. A medida foi alvo de manifestações contrárias por parte de diversas entidades educacionais (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Brasileira de Currículo (ABdC),

¹⁶ <http://bdadolfo.blogspot.com/>

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), União Nacional dos Estudantes (UNE), e inúmeras outras), por, dentre outros argumentos, flexibilizar e precarizar a educação, atacar a educação pública, bem como oferecer uma formação pragmática, imediatista e fragmentada em oposição à formação humana integral.

- Mobilização do ESP nas discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para suprimir os termos 'gênero' e 'orientação' sexual. Assim, sob a justificativa de que a temática gerava muita controvérsia, o MEC suprimiu da terceira versão (BNCC, 2017) tais termos e o Conselho Nacional de Educação (CNE) acatou a sugestão do MEC.
- Em abril de 2017, após denúncia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), as relatorias especiais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), enviaram uma carta questionando o Estado Brasileiro acerca dos efeitos gerados pelos projetos de lei do Escola Sem Partido no Brasil. Desse modo, o documento da ONU solicitava resposta do governo brasileiro em até 60 dias. O prazo foi ignorado pelo Governo Temer e não foi enviada uma resposta¹⁷. Todavia, após o ocorrido, em outubro de 2017 o Ministro da Educação, Mendonça Filho, criticou publicamente a adoção do Programa Escola Sem Partido por meio de leis municipais, e declarou ainda que não achava ser um caminho válido um projeto de lei que resolve a questão de uma ideologização do tema educacional (AGÊNCIA BRASIL, 2017).
- Em 2017, foi apreciada uma ação ajuizada pelo ESP em 2016¹⁸ contra o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para questionar uma cobrança realizada desde 2013 na redação do ENEM, que tratava da previsão de que o candidato poderia ter sua redação zerada (sem correção do seu conteúdo), caso apresentasse desrespeito aos direitos humanos¹⁹. A partir dessa ação, o item da cartilha de 2017 que previa essa disposição foi suspenso e a partir de 2018, o edital não prevê mais tal

¹⁷ <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/temer-ignora-prazo-e-nao-da-esclarecimentos-a-onu-sobre-o-escola-sem-partido/>

¹⁸ Processo nº 0072805-24.2016.4.01.0000/DF.

¹⁹ A cartilha do participante estabelecia alguns exemplos de ofensa aos direitos humanos, tais como: apologia a tortura, incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, condição física, origem geográfica ou socioeconômica; discurso de ódio etc.

possibilidade. Cabe ressaltar que a necessidade de respeito aos direitos humanos encontra assento nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012). Por outro lado, a perseguição do ESP com o ENEM, se vale da ideia de que o processo seletivo representa uma doutrinação, conforme apresentam na aba ‘perguntas e respostas’ do site “No caso da universidade, a doutrinação já começa no processo seletivo, pois há inúmeros casos de questões de vestibular que forçam os alunos a assimilar e reproduzir teorias e ideologias afinadas com a esquerda intelectual e política para ter chances de ser aprovados. O viés ideológico das provas se revela de diversas maneiras: na escolha de autores, textos e imagens; nas pressuposições; nas afirmações que são tidas como verdadeiras ou falsas; nas omissões; nos julgamentos; no recorte seletivo dos fatos; na apresentação de protagonistas como opressores e oprimidos, exploradores e explorados, algozes e vítimas, etc.” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2022).

- Em 2018, ano de eleição para os cargos de Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, tivemos o plano de governo registrado no TSE no segundo turno pelo então candidato Jair Bolsonaro, que tinha como linha de ação “SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, **sem doutrinar**” (TSE, 2018). O mesmo documento previa como proposta a ser desenvolvida “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico” (TSE, 2018). É preciso ressaltar que Jair Bolsonaro possui uma histórica vinculação com o ESP, desde o episódio da polêmica do Caderno Brasil sem Homofobia que desencadeou um pânico moral, resgatado por Jair nas eleições de 2018, ao falar do ‘kit gay’²⁰, bem como do papel de

²⁰ Material intitulado ‘Caderno Escola sem Homofobia’, que foi divulgado como ‘kit de combate à homofobia nas escolas’, e teve seu nome desconfigurado a partir de uma discussão levantada na sessão da Câmara dos Deputados em 30 de novembro de 2010, quando o deputado federal Jair Bolsonaro se referiu ao material como “maior escândalo que tomou conhecimento até hoje”, pontuou que o kit era “um incentivo ao homossexualismo e a promiscuidade”. Após as incitações feitas, a bancada evangélica se apropriou das discussões e passou a se referir ao material de forma pejorativa como “kit gay” (COSTA, 2019). A fala completa do parlamentar pode ser visualizada em: <https://www.youtube.com/5watch?v=ONfPCxKdGT4>.

seu filho, Flávio Bolsonaro, que convidou Nagib para materializar os ideais do ESP em um projeto de lei.

Figura 20: Propostas do candidato Jair Bolsonaro em 2018 para a educação.

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM,
conteúdo, forma e estratégia precisam mudar!

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas.

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação.

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coreia do Sul.

Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais

BOLSONARO2018

Fonte:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf

- Em 2019, sob a égide do governo Bolsonaro, temos o reforço dos ideais do ESP, conforme observam Barzotto e Seffner (2020), ao analisar que Damares Alves, quando recém-empossada ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos pelo governo Jair Bolsonaro, profere uma fala dizendo que estava inaugurando uma nova era, na qual ‘menino veste azul e menina veste rosa’, na mesma situação, ela alerta contra o que considera uma doutrinação ideológica que estaria sendo feita nas escolas públicas brasileiras, onde, na sua perspectiva, as crianças teriam sua sexualidade e/ou sua identidade de gênero confundidas e induzidas pelos professores e pelas professoras.
- Ainda em 2019, Bolsonaro também se pronuncia sobre a mesma temática no seu perfil oficial do *twitter*, reforçando os ideais de projetos de lei já articulados pelo ESP, como podemos observar na Figura 22.

Figura 21: tweet de Jair Bolsonaro incitando criação de PL contra a ‘ideologia de gênero’ (sic)



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1168873702668345345>

- Em abril de 2019, o Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, anunciou o corte de verba para algumas Universidades públicas, com a justificativa de que essas promovem ‘balbúrdia’ (VEJA, 2019). O episódio ocorreu com a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Em entrevista, o então Ministro da Educação afirmou que as instituições tiveram seus repasses reduzidos porque teriam permitido eventos políticos, manifestações partidárias e festas inadequadas em suas instalações.
- Em agosto de 2020, Miguel Nagib publica no site do ESP o vídeo de uma entrevista proferida na Rádio Guaíba, intitulado “o adeus do fundador”. Na entrevista, Nagib revela que o ESP teve uma grande ascensão nas eleições de 2018, porém, depois desse período, o assunto começou a cair no esquecimento e não houve o apoio de grandes lideranças políticas, motivo que o fez se desligar do movimento.
- Em novembro de 2020, tivemos a apresentação do PL 3325/2020 –RJ, apresentado no dia 11/11/2020 pelo então deputado Anderson Moraes

(PSL), com o intuito de proibir a ‘linguagem neutra’²¹ na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos. Esse PL desencadeou a articulação de mais de 30 proposições similares por todo o Brasil no ano de 2021. Em Costa, Santos e Silva (2021), pontuamos que esses projetos de lei representam novas formas de investidas conservadoras da caçada antigênero, e, por isso, relacionam-se com os ideais do ESP.

- O processo de disputa entre o final do segundo semestre de 2020 e o ano de 2021, em relação a tramitação do PL 4.372/20, que regulamenta o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O FUNDEB financia a educação básica pública e é composto de 20% da receita de oito impostos estaduais e municipais e valores transferidos de impostos federais. No processo de apresentação de emendas, foi inserida uma emenda que autoriza a reserva de 10% do montante de matrículas públicas de cada ente para custear vagas do ensino fundamental e médio no âmbito da rede particular²², inclusive as mantidas por entidades confessionais (ligadas a igrejas) e beneficentes. Os parlamentares que se articularam para votar a favor da emenda, bem como os discursos mobilizados para defender tal benefício para a esfera privada, mobilizam bandeiras similares as utilizadas pelo ESP.
- Em dezembro de 2021, um levantamento da Agência Diadorim constatou que o uso do gênero neutro na língua portuguesa foi tema de 34 propostas tramitam em Assembleias Legislativas do país, com discussões que se desdobram em 19 estados do Brasil e no Distrito Federal. O estudo também revelou que a discussão é liderada majoritariamente por partidos

²¹ Também conhecida por linguagem não-binária, inclusiva, disruptiva de gênero ou neolinguagem, conforme melhor debatido em Costa, Santos e Silva (2021).

²² O PL original admitia esta possibilidade para creche, educação do campo com formação por alternância, pré-escola e educação especial, etapas de modalidades em que, sabidamente, há falta de vagas. Entretanto, levantamento realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela FINEDUCA demonstraram que seria uma perda de cerca de R\$ 15,9 bilhões da educação pública, além disso, o mesmo estudo revela que: “Não há falta de vagas na rede pública de ensino fundamental e médio. Mais do que isso, segundo dados do censo escolar, as matrículas dos estados e municípios no ensino fundamental e médio caíram de 36,2 milhões, em 2007, para 28,1 milhões, em 2019, ou seja, uma redução de 8,1 milhões. Isso indica que o próprio sistema público tem como incorporar eventuais aumentos de atendimento com maior rapidez e eficiência (economia de escala) que o setor privado não lucrativo” (NOTA TÉCNICA..., 2020).

de direita do espectro político-ideológico e que desses 34 projetos, 13 são de parlamentares eleitos pelo PSL, ex-partido do então presidente Jair Bolsonaro (DIADORIM, 2021). Dessa maneira, o discurso antigênero sustentado pelo ESP, é articulado de outras maneiras no âmbito educacional.

- No primeiro semestre de 2022, o *twitter* do ESP é reativado sob a administração de Nagib. No segundo semestre do mesmo ano, o perfil passa a ter postagens diárias. Destacamos que até o dia 11/07/2023, a página '<https://twitter.com/escolasempartid>' contava com 108,2 mil seguidores e 13 mil *tweets*.

Diante desse sucinto panorama que resgata a atuação do ESP do período pós golpe até o ano de 2022, onde finda o mandato do Presidente Jair Bolsonaro, no próximo tópico nos debruçaremos melhor sobre as estratégias de articulação discursiva, que representa o processo de constante (re)configuração do movimento.

4.4 Projeto educacional versus projeto societário (discursivo): como se desvela o Escola Sem Partido de 2016 a 2022 na sociedade brasileira?

É oportuno resgataremos que à luz dos aportes epistemológicos aqui trabalhados, ao tratarmos de discurso, mobilizamos a densidade material e social, além disso, há o acolhimento da dimensão simbólica como parte das construções sociais, pois o social em si é um social significativo. Nesse contexto, temos o campo social atravessado por antagonismos sociais e a disponibilidade de elementos ideológicos contingentes – ou 'significantes flutuantes' – que podem ser articulados por projetos políticos opostos que tentam conferir significado a eles (LACLAU, 2005; LACLAU, MOUFFE, 1985).

Mendonça (2003) resgata que o antagonismo é a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou positivo, a toda formação discursiva, uma vez que, a partir dos pressupostos da TD, a produção de sentidos por um sistema discursivo é sempre precária, contingente e limitada pelo seu corte antagônico. Laclau (1993, p. 34) assevera que “o ponto fundamental é que o antagonismo é o limite de toda a objetividade”, assim, Mendonça (2003, p. 135) delineia que “ser o antagonismo o limite de toda a objetividade quer dizer que a força antagônica impede a constituição completa de sentidos de um sistema discursivo que se

constitui para dominar o campo da discursividade”.

Para compreender o projeto educacional e o projeto societário que é mobilizado discursivamente pelo ESP, nos voltamos para as tessituras de Mendonça (2012), ao destacar que para conhecer qualquer discurso, é necessário perceber suas articulações, de modo que deve ser buscado no corpus discursivo os elementos que lhe dão identidade frente ao campo da discursividade, sendo tal campo o espaço em que os discursos disputam sentidos.

Dentro de uma ordem hegemônica, diferentes discursos são mobilizados, bem como uma série de sentidos hegemônicos constituem essa determinada ordem, o que pressupõe a existência de uma série de antagonismos e de constituições discursivas que constantemente se (re)significam.

Os primeiros projetos do Escola Sem Partido no âmbito nacional, serviram para articular as diferentes demandas e pautas dos grupos de interesse envolvidos na disputa neoliberal e conservadora da educação brasileira, trata-se de uma cadeia de equivalência formada por esses discursos de interesse.

É o caso do primeiro PL apresentado a nível nacional que demonstra ideais associados ao ESP, o PL o 7180/2014 de autoria do Dep. Erivelton Santana (PSC/BA). O teor da proposta era de tão somente acrescentar um inciso à LDB/96:

XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas (BRASIL, 2014).

Como já observado em Costa (2020), apesar de versar apenas sobre a inclusão de um inciso, tal propositura representa dois ataques bem definidos: a) sobrepor os valores de ordem familiar, justificados pelo próprio parlamentar como uma esfera privada à educação escolar; b) cercear a abordagem da educação sexual. Além disso, a iniciativa da propositura fez a discussão sobre a temática ganhar repercussão nacional e impulsionar os projetos que estavam sendo apresentados no âmbito estadual e municipal.

Um ano depois, tem-se a apresentação do PL 867/2015 de autoria do Dep. Izalci (PSDB/DF), com o objetivo de incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola Sem Partido". Merecem destaque os seguintes artigos:

Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

- I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;
- III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;
- IV - liberdade de crença;
- V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;
- VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;
- VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

§ 1º. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.

§ 2º. Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor:

- I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;
- II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;
- V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;
- VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

[...]

Art. 7º. As secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato. Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade (BRASIL, 2015).

O PL 867/2015 reunia as principais bandeiras levantadas pelo MESP no período pré-golpe. Dentre as temáticas abordadas, consideramos essenciais as seguintes questões: a) novos princípios da educação nacional; b) os deveres a serem observados pelos/as professores/as no exercício de suas funções; c) criação de canais para denúncias em caso de violação dos itens do dispositivo, resguardando-se o anonimato.

A partir desse projeto, uma série de novos PL's no decorrer dos anos foram

apresentados e apensados a referida matéria legislativa. Optamos por reunir as principais proposituras e categorizá-las entre favoráveis/complementares ao PL 867/2015 ou em antagônicas:

Quadro 5: Principais proposituras favoráveis e complementares ao PL 867/2015 versus proposituras antagônicas

Textos favoráveis/complementares ao PL 867/2015	Textos antagônicos ao PL 867/2015
PL 5487/2016 - Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.	PL 6005/2016 - Institui o programa "Escola livre" em todo o território nacional.
PL 8933/2017 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais.	PL 502/2019 - Institui o programa "Escola Sem Mordança" em todo o território nacional.
PL 10577/2018 - Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil.	PL 3741/2019 - Cria o Programa Escola sem Discriminação de educação para o combate à violência contra LGBTs voltado a professores de instituições públicas e dá outras providências.
PL 258/2019 - Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar.	PL 2415/2022 - Ficam obrigadas todas as escolas públicas e privadas de todos os níveis incluírem na grade curricular matéria relativa a gênero, focando na diversidade sexual, no respeito e na integração das pessoas transgêneros, transexuais e travestis.
PL 246/2019 - Institui o "Programa Escola sem Partido".	
PL 5198/2020 - Veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos a utilização, em currículos escolares e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas.	
PL 1176/2022 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor sobre a proibição do ensino sobre orientação sexual identidade de gênero nas escolas.	

Fonte: elaboração da autora (2023).

A partir do quadro 05, observa-se que: após o período do golpe, deu-se continuidade aos projetos de lei que reuniam os ideais do ESP, inclusive, o PL 246/2019²³ trouxe uma série de inovações em relação ao projeto original do ESP,

²³ Nomeado pelo movimento como "ESP versão 2.0", é o anteprojeto atualmente disponível para download no site do movimento, que apresenta: ementa, artigos, anexo, justificção.

com a reformulação de pontos que foram contestados ou não ficaram bem explícitos no projeto apresentado em 2015, como por exemplo o direito de gravar as aulas e a vedação aos grêmios estudantis de promover atividades político-partidárias.

Em contrapartida, discursos antagônicos as propostas do ESP também se articularam no âmbito legislativo, com propostas que pretendiam estabelecer na grade curricular a abordagem das questões de gênero e sexualidade ou ainda resguardar uma “Escola Sem Mordança”, baseada em princípios como: laicidade e o respeito pela liberdade religiosa, de crença e de não-crença, sem imposição e/ou coerção em favor ou desfavor de qualquer tipo de doutrina religiosa ou da ausência dela; educação contra o preconceito, a violência, a exclusão social e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência, nacionalidade, gênero, orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou qualquer outro pretexto discriminatório; respeito à pluralidade étnica, religiosa, ideológica e política e à livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero; dentre outras. Tais projetos antagonistas aos discursos articulados pelo ESP demonstram a construção das disputas hegemônicas, além de demonstrar as fissuras aos projetos hegemônicos de poder de cunho neoliberal e neoconservador e autoritário.

Além disso, novos projetos de lei ligados ao ideário do ESP, mais especificamente à bandeira antigênero (linguagem neutra), ganharam projeção a partir do ano de 2020. A primeira proposta legislativa à nível federal foi o PL 5198/2020, que traz como disposição

Art. 1º É vedado a todas instituições de ensino no Brasil, independentemente do nível de atuação e da natureza pública ou privada, bem como a bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, inovar, em seus currículos escolares e em editais, novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e nacionalmente ensinadas.

Parágrafo único. Nos ambientes formais de ensino e educação, é vedado o emprego de linguagem que, corrompendo as regras gramaticais, pretendam se referir a gênero neutro, inexistente na língua portuguesa (BRASIL, 2020).

Até dez/2021, de acordo com levantamento feito pela Agência Diadorim (2021), 34 propostas tramitam em Assembleias Legislativas do país, com o intuito de impedir a variação na norma gramatical para além do binário masculino e feminino.

Mas qual a correlação dos projetos de lei que têm por finalidade proibir a utilização da linguagem neutra/não binária nas escolas e as proposições do Escola Sem Partido? É preciso compreender o contexto político e social em que esses textos emergem no cenário público. O ano de 2020 representou uma considerável derrota para quem defende o Escola Sem Partido e os grupos fundamentalistas religiosos que promovem a caçada antigênero, em virtude das decisões do STF sobre o debate de gênero e sexualidade nos currículos escolares, como já mencionado no tópico 4.2.

Os projetos de lei que tentam vedar a utilização da linguagem neutra/não binária no ambiente educacional se sustentam em diversos fundamentos que levaram o STF a considerar as demais proposições antigênero como inconstitucionais.

A nova proliferação desses projetos de lei em todo o país, representa uma rearticulação dos discursos da caçada antigênero, que agora se valem da tentativa de censura da linguagem neutra da grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos, sob o argumento de defesa da Língua Portuguesa. Entretanto, faz parte de uma agenda neoconservadora, que, sob variadas formas de atuação, articulação e graus de visibilidade, sustenta discursos que tem por finalidade obstruir políticas e abordagens educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorização da laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença.

Conforme percorrido nos tópicos anteriores, desde o seu surgimento, o ESP operou diferentes deslocamentos, aqui entendidos, a partir de Mendonça (2012, 2014), como:

O momento em que o extradiscursivo apresenta o limite do sentido. Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que é posta radicalmente em xeque. O deslocamento [...] é uma experiência traumática que desajusta a estrutura, a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação.

Assim, a partir do contexto pós-golpe de 2016 até o ano de 2022, temos que o ESP se apresenta na sociedade brasileira a partir dos seguintes discursos:

Quadro 6: Discursos e efeitos de sentido do ESP

Discursos	Efeitos de sentido
Discurso da inutilidade e impertinência dos profissionais da educação	Censura e assédio nas escolas contra profissionais da educação;

Discurso dos professores como inimigos da sociedade e da liberdade dos responsáveis	Denuncismo de profissionais da educação; Processos judiciais contra profissionais da educação; Criminalização da prática docente; Defesa de um modelo familiar patriarcal e conservador.
Discurso da sala de aula como espaço de doutrinação e perigo	Vigilância e monitoramento nas salas de aula.
Discurso de defesa neoliberal no âmbito educacional	Educação como mercadoria (relação de consumo).
Discurso discriminatório	Caçada antigênero; Perseguição as formas de linguagem inclusiva de gênero.
Discurso partidário	Anticomunismo; Antipetismo; Defesa da direita.
Discurso de ataque as instituições oficiais e dispositivos legais	Desinformação (distorção de princípios e dispositivos legais); Ataque aos exames de acesso ao ensino superior.

Fonte: elaboração da autora (2023).

Os desdobramentos desses discursos e dos seus efeitos de sentido serão analisados no próximo capítulo, que cuidará das análises desse movimento no âmbito das políticas educacionais, de modo a considerar o golpe vivenciado em 2016 até 2022 e os projetos neoliberais e neoconservadores que se articularam nesse processo. Por ora, temos que nesse processo de (re)significação, outros elementos foram articulados pelo ESP afim de promover um sentido hegemônico. Assim, temos que na cadeia articulatória da caçada antigênero, anticomunismo, antipetismo e defesa da direita, o movimento aliou-se a reconhecidas figuras fundamentalistas religiosas, conservadoras e anti-ciência. Também houve a mobilização e aliança com grupos neoliberais, tais como o MBL, ILB, IMIL e Atlas Network.

Já no que se refere à censura, denunciismo, assédio e abertura de processos judiciais contra profissionais da educação, desinformação, vigilância e monitoramento nas salas de aula, criminalização da prática docente, o ESP

promoveu discursos: contrários ao STF, uma vez que este declarou a inconstitucionalidade de diversos projetos de lei associados ao movimento e, assim, promoveu uma campanha de descridibilização da mais alta corte do país; utilizou-se das redes sociais para propagar situações deturpadas e inquisitórios sobre os profissionais de educação, principalmente no *twitter*, uma rede social que limita as postagens em 280 caracteres; subverteu a interpretação de legislações internacionais e nacionais, sem levar em consideração as disposições da hermenêutica jurídica, além de promover interpretações isoladas, sem observar a integralidade das normas por eles apresentadas.

Além disso, estabelecer a educação como uma relação de consumo e tratá-la como mercadoria, representa a articulação de um discurso neoliberal no âmbito da educação, que se dá em um contexto político e social em que o Brasil apresenta crescente desemprego estrutural, mercantilização de direitos, financeirização da economia e desmonte das políticas sociais, decorrentes da desregulamentação acelerada e dos profundos cortes orçamentários gerados pelo Teto de Gastos (EC 95/2016). Os ataques à educação promovidos de forma retórica pelo ESP, sem a presença de profissionais da educação, sem estudos técnicos, representam não só a articulação de uma total descridibilidade e desmonte do direito à educação (aqui entendido no contexto público), como propicia a capilarização da rede privada para promover soluções a essa ‘mercadoria defeituosa’, é nesse panorama que temos a expansão do edu-business no cenário brasileiro, conforme debatemos no capítulo anterior.

Dentre a complexidade de pautas abraçadas pelo ESP, além de suas alianças com diversos grupos nacionais e transnacionais, temos que como projeto educacional, o ESP apresenta uma proposta de educação antidemocrática, pautada na neutralidade, no tecnicismo e no pensamento único, que tem por finalidade promover os interesses do conservadorismo neoliberal; sobrevaloriza as concepções morais e religiosas e, a partir delas, cria formas institucionais de manter as tarefas do ensino sob rígido controle, a exemplo das propostas de censura aos debates sobre gênero e sexualidade; vedação de condutas aos docentes, conforme projetos de lei que obrigavam a afixação de um cartaz com deveres do professor que traziam disposições elaboradas pelo movimento, dentre outras medidas. De maneira que seus discursos educacionais contrariam os pressupostos da educação formal brasileira, entendida à luz das disposições constitucionais, como uma

Atividade orientada a objetivos republicanos, como a convivência democrática, a construção de uma sociedade justa e a diminuição das desigualdades sociais (art. 3º, inciso I e III da CF). É composta de processos formais e regulados, sujeitos a controle de etapas progressivas e que acontecem dentro do sistema de educação institucionalizado, composto por escolas e universidades, públicas e privadas (XIMENES; VICK; MOREIRA, 2022, p. 87).

Como projeto social, o ESP encabeça uma mobilização social para produzir atos concretos de perseguição e censura à educação e aos docentes; promove discursos que tem por finalidade limitar direitos (e discriminar grupos sociais vulnerabilizados (negros, mulheres, LGBT's); descaracteriza o papel, a autonomia e o significado dos/as agentes na relação educacional, pois nega a liberdade, o processo de socialização e de subjetivação dos indivíduos envolvidos na relação de ensino-aprendizagem; ataca a educação plural e democrática, os princípios republicanos e educacionais e os Direitos Humanos.

Desse modo, ao considerar o cenário vivenciado no contexto pós-golpe de 2016 até 2022, em que diversos acirramentos de cunho político, econômico e social se desdobraram, corroboramos com a análise de Carreira (2022) de que, enquanto um grupo ultraconservador, o objetivo do ESP junto aos demais movimentos que ele se articula, é, além de propagar as defesas de suas pautas, polemizar e gerar comoção social, alavancando políticos oportunistas e capilarizando seus discursos na sociedade brasileira. Por isso, no próximo capítulo debateremos sobre as articulações discursivas dos projetos neoliberais e neoconservadores no âmbito do ESP e das políticas educacionais.

5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS, RUPTURAS DEMOCRÁTICAS, PROJETOS NEOLIBERAIS E NEOCONSERVADORES: ANÁLISES A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO

Nos capítulos anteriores, evidenciamos a trajetória percorrida pelo ESP desde seu surgimento, suas articulações e rearticulações, com ênfase ao período pós-golpe de 2016 até o ano de 2022, de maneira a demonstrar as principais pautas que foram abraçadas pelo movimento e as que se destacam no cenário mais recente.

Neste capítulo, objetivamos demonstrar, a partir da teoria do discurso, a trajetória do ESP no âmbito das políticas educacionais. Como esses ideais partiram de uma demanda de interesse particular e abraçaram uma representação capaz de atrair diferentes interesses e segmentos sociais? Como se deu a formação da cadeia de equivalência do ESP que articula diferentes grupos e demandas? Que ideia sustenta o significante vazio que reverbera suas influências no campo das políticas educacionais? O intuito é estabelecer uma análise das questões centrais da tese a partir da teoria do discurso. Dessa maneira, pretendemos esboçar nossas construções discursivas a partir do diálogo do campo das políticas educacionais, ante os elementos demonstrados nos capítulos anteriores, de modo a considerar os processos de rupturas democráticas, os projetos neoliberais e neoconservadores e evidenciar a vinculação do ESP com tais questões.

Para dar conta de tal construção, nos valeremos da combinação do nosso *corpus* com alguns operadores da teoria do discurso consideradas centrais para nossa pesquisa, tais como: o político e a política; a emergência do antagonismo no discurso do ESP; hegemonia; significante vazio; e cadeia de equivalência.

Por fim, pretendemos desvelar o discurso do projeto político do Escola Sem Partido versus o projeto educacional e os desdobramentos nas políticas educacionais: Novo Ensino Médio; Escola Cívico militar; BNCC, dentre outros, de maneira a considerar os elementos da desdemocratização (BROWN, 2015), em que vem se dando o esvaziamento democrático, a ascensão neoliberal, conservadora e autoritária no Brasil.

5.1 Doutrinação: um significante vazio

O discurso sobre doutrinação é o grande mote desde o surgimento do ESP,

que sustenta desde 2004 o lema “diga não à doutrinação nas escolas e universidades. Junte-se ao Escola sem Partido” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2022). Em virtude da sua amplitude semântica do termo e das mais diversas conjecturas teóricas sobre a temática, deu-se abertura à construção de um apelo afetivo em prol do combate de um suposto problema, qual seja, a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários (ESCOLA SEM PARTIDO, 2022).

Rodrigues e Mendonça (2006) asseveram que para a TD, um significante vazio é um significante sem significado, mas não por não fazer parte de um sistema de significações, mas sim pelo fato de o significante vazio representar um sistema de significações que, dado seu caráter polissêmico, acaba por perder qualquer possibilidade de produzir sentidos específicos.

A partir dessa elucidação, temos que a ideia de doutrinação funciona, portanto, como um significante vazio na operação de ampliação do movimento, agregando sujeitos sociais distintos a partir da percepção de uma ameaça comum: um inimigo. Ao analisar o conteúdo do site do movimento e das postagens realizadas no *twitter* do ESP, verificamos que a depender do momento e/ou da demanda, esse inimigo seria: o profissional da educação; a instituição de ensino (escola, universidade); grupos políticos de esquerda; movimentos de Direitos Humanos; movimentos sociais ligados à grupos socialmente vulnerabilizados (ex: movimento negro, movimento LGBTI+); instituições públicas – Ministério Público, STF, Tribunais; grêmios estudantis; o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dentre outros. Para exemplificar, apresentamos algumas postagens na sequência de figuras abaixo:

Figura 22: o inimigo professor

Fonte: <http://escolasempartido.org/blog/alienacao-parental-uma-pratica-cometida-tambem-por-professores/>

Figura 23: o inimigo instituição pública

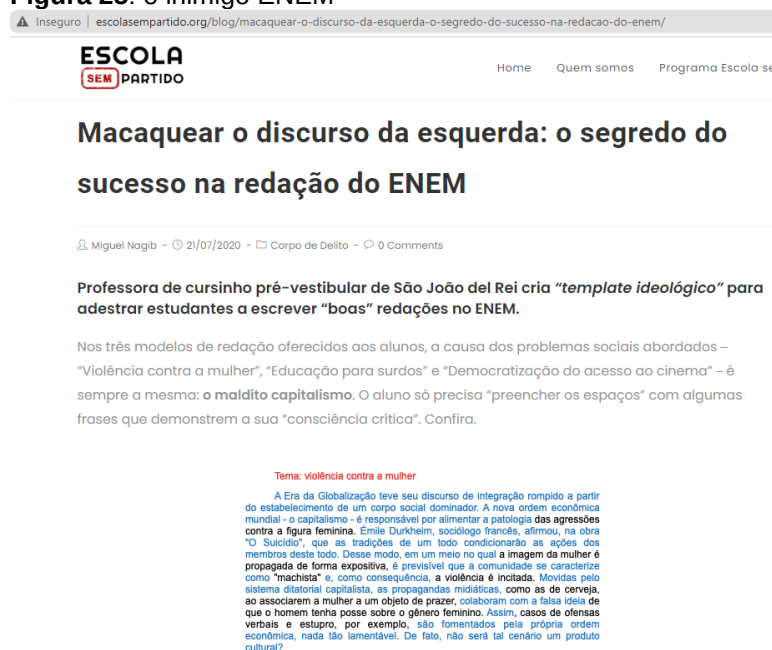
Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1661059770546110486?s=20>

Figura 24: o inimigo grêmio estudantil



Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1651077142766145539?s=20>

Figura 25: o inimigo ENEM



Fonte: <http://escolasempartido.org/blog/macaquear-o-discurso-da-esquerda-o-segredo-do-sucesso-na-redacao-do-enem/>

Além disso, o *twitter* do ESP articula um antagonismo absoluto e, propositalmente, simplifica uma realidade complexa, de maneira a criar um ‘nós’ (uma identidade moral contra a doutrinação nas instituições de ensino) em oposição a um ‘eles’, vistos pelo ESP como os culpados pelas mazelas da educação.

Mendonça (2009, p. 157) resgata que “discurso não é uma simples soma de

palavras, mas uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social”. À luz da teoria do discurso, temos que o ESP conseguiu reunir uma série de elementos/demandas isoladas, tais como: (1) contrariedade às abordagens de gênero e sexualidade nas escolas (viés neoconservador); (2) contrariedade às discussões sobre raça (viés neoconservador); (3) contrariedade às instituições públicas (viés neoliberal); (4) contrariedade à educação crítica, plural, democrática e apelo a educação tecnicista (viés neoconservador e neoliberal); dentre outras. Percebe-se que num primeiro momento, tais elementos/demandas isoladas não possuem relação *a priori* entre si, mas sim com a abordagem/proposta educacional. A partir de um discurso comum articulador dessas diferenças (ponto nodal), as demandas se articulam e passam a ser momentos de uma articulação discursiva, que tem como corte antagônico a educação brasileira.

Mendonça (2012) ressalta que esses elementos são diferenças articuladas, o que faz com que eles tenham, ao mesmo tempo, suas demandas particulares ainda presentes, mas que, em relação à articulação que os envolve, esses cancelam suas diferenças neste instante particular e tão-somente neste instante. Isso explica, por exemplo, que na mesma rede de articulação do ESP verifiquemos a influência de grupos fundamentalistas religiosos que levantam a bandeira antigênero e espraiam seus discursos conservadores e moralistas para o âmbito educacional, junto a grupos e instituições neoliberais, que defendem a limitação de recursos a serem destinados para a educação, além de terem por finalidade colocar a educação a serviço do mercado – sobretudo financeiro – em que são estimuladas as propostas pedagógicas que fomentem o desenvolvimento do sujeito-empREENDEDOR (BARZOTTO; SEFFNER, 2020) e passam a pensar a política não mais para atender as demandas educacionais da classe marginalizada na garantia dos seus direitos, e, sim, para atender as demandas de mercado e a racionalidade neoliberal, que pensam a formação de um sujeito que responda ao serviço de mercado.

É dessa maneira que o discurso inicial do ESP de doutrinação, enquanto um significante vazio, consegue reunir essas diferenças articuladas. Mendonça (2009, p. 163), pontua que:

Ao mesmo tempo que os limites de um significante vazio impedem sua expansão significativa e ameaçam sua existência, esses existem também para afirmar a própria existência dessa articulação discursiva e, ainda, para

unir ainda mais as diferenças por ela articuladas, tendo em vista que o limite antagônico é idêntico a todas as identidades constituidoras do discurso significante vazio, gerando, pois, a união dessas diferenças em torno de uma luta comum: contra algo que, de uma forma ou outra, impede, ou nega, a constituição de todos os elementos dessa cadeia de equivalências.

Na mesma consonância, o autor também esclarece:

A noção de significante vazio consiste na confluência de múltiplos significados em um discurso, a ponto de tal discurso perder seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas. Um significante vazio é, ainda, um discurso capaz de impor-se num contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica (MEDONÇA, 2009, p. 166).

Assim, o ESP, a partir do discurso de combate à doutrinação, favorecido pelas condições sociais e políticas que desembocaram no golpe de 2016, tornou-se desde o período pré-golpe um discurso hegemônico, com a capacidade de reunir o desejo coletivo de grupos fundamentalistas religiosos, direitistas, neoconservadores e neoliberais contrários à educação cidadã e emancipatória.

5.2 Conservadorismo, neoliberalismo e o ESP: reflexos nas políticas educacionais

Ao considerarmos esse processo de reflexos e influências nas políticas educacionais, nos centramos num viés ontológico, de modo a levar em conta: a complexidade argumentativa por trás das políticas públicas; organização de discursos, narrativas, legitimações e estratégias; reflexão discursiva sobre as dinâmicas de planejamento; representação de processos complexos e multifacetados; que existem atores mobilizados e engajados de forma contínua ou esporádica, direta ou indireta em fóruns de discussões e debates de ideias, estratégias e ações; crenças, valores e ideias são dimensões desse processo; questões de poder e ideologia disputam essas construções (RESENDE, 2012).

Rodrigues (2020), ao desenvolver a sua tese, que teve por objetivo de investigar a representação e ação da proposta de política pública do movimento Escola sem Partido por meio do mapeamento de mecanismos discursivos vinculados ao discurso jurídico em torno do Programa, analisou que o MESP: se apresenta como um projeto particular de dominação que propõe modificar conhecimentos, crenças, atitudes do contexto escolar de acordo com um manual de conduta criado por seus idealizadores; dissemina um discurso de ameaça que influencia a prática

docente, fazendo com que os professores se sintam intimidados na livre manifestação de suas ideias e na proposição de atividades pedagógicas; a proposição de política pública feita MESP é um evento específico que articula relações sociais, atividade material e fenômeno mental, e que está condicionada a estrutura de poder em que se percebe a escola atualmente; as relações de poder em disputa pelo ESP se realizaram além da provocação do debate público, uma vez que o movimento buscou lançar suas bases pela via institucional.

Nesse sentido, concordamos com Macedo (2017), que a tentativa de interferência do movimento ESP na política educacional tem se dado em diferentes frentes. Para além dos projetos de lei próprios do PESP, o reflexo das disputas que guardam o ideário do ESP no âmbito das políticas educacionais pode ser observado em alguns documentos e projetos que tramitaram desde 2014:

- 1) **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** – Em junho de 2015, ainda no governo de Dilma Rousseff, foi instituída uma Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. A primeira versão do documento foi apresentada em setembro de 2015 e disponibilizada para consulta pública, e, de acordo com os dados do MEC, foram recebidas mais de 12 milhões de contribuições dos diversos setores interessados (MEC, 2023). A partir das propostas enviadas, uma segunda versão foi publicada em maio de 2016 e foi submetida novamente à discussão em seminários organizados pelo Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Todavia, o golpe vivenciado em 2016 impactou nesse processo de construção colaborativa, processual e dialogada, conforme observa Beato-canato, Martinez, Fernandes (2020), de maneira que a versão oficial homologada (etapa fundamental – 2017; etapa ensino médio – 2018), ignora as versões anteriores e os debates que estavam sendo construídos à luz desse processo participativo. Outras questões permeiam o processo de disputas e críticas sobre a BNCC, a exemplo de não se tratar de um documento orientativo, mas sim normativo, que impõe um currículo mínimo para todo o território nacional (BEATO-CANATO; MARTINEZ; FERNANDES, 2020), todavia, optamos por concentrar nosso recorte no

objeto da tese. No que se refere ao ESP, temos que, com maior ênfase na segunda versão (BRASIL, 2016), o movimento apresentou duas ordens de demandas em relação à BNCC: quanto à instância competente para sua aprovação e quanto ao seu conteúdo, mais especificamente, aos objetivos de aprendizagem e ensino, a exemplo da contrariedade à diversidade cultural nos currículos e contra as questões de gênero (MACEDO, 2017).

- 2) **PEC 55/2016** – conhecida como PEC do teto dos gastos, que institui um novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e estabelece um teto de gastos públicos e implica uma limitação nos recursos destinados à educação, dentre outras áreas. Costa e Silva (2019) analisaram que os mesmos partidos que tiveram candidatos nas eleições de 2018 que assinaram o compromisso político disponível no site do ESP, votaram a favor da PEC. Apesar de sustentarem o argumento de que a iniciativa do ESP se dá em virtude da suposta preocupação com a educação brasileira, observou-se que os grupos políticos apoiadores do ESP, manifestavam suas votações favoráveis a medidas neoliberais e de ataque à educação e outros direitos sociais, como foi também o caso na votação da Reforma Trabalhista de 2016 (COSTA; SILVA, 2019).
- 3) **Projetos de censura à educação nacional** – a partir de distintos mecanismos, o ESP alavancou um ideário persecutório e de censura à educação brasileira. Esse ataque se deu não só no campo de construções documentais, a exemplo dos projetos apresentados no Congresso Nacional, com intuito de alterar a LDB/96 e inserir entre as diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola sem Partido, além de reformular os princípios educacionais como já foi demonstrado no tópico 4.4, ou ainda PL's que tinha por intuito tipificar a conduta de assédio ideológico, mas também no próprio cotidiano escolar, com a divulgação de modelos de notificação extrajudicial e de denúncia a serem utilizados por pais, mães e/ou responsáveis, além de medidas de orientação para vigilância de docentes²⁴. A figura 27 exemplifica como a

²⁴ <http://escolasempartido.org/blog/planeje-sua-denuncia/>

cultura de denunciismo é estimulada pelo ESP, além do discurso de ataque que é veiculado contra os profissionais de educação:

Figura 26: divulgação de modelo de notificação extrajudicial



Fonte: <https://twitter.com/escolasempartido/status/920732551312039936>

Além disso, outras formas de censura foram orquestradas pelo movimento, como as tentativas de proibição de determinados conteúdos (gênero, educação sexual, direitos humanos, inclusão social, feminismo) a serem abordados em sala de aula, materiais didáticos, além de proibir o livre debate desses assuntos no ambiente escolar. O IFRJ, através do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Cultura, em parceria com Instituto Marielle Franco, realizou a pesquisa “Educadores em risco” (2021). A pesquisa contou com 837 participantes e desses: 64,4% afirmam já ter sofrido algum tipo de assédio, perseguição ou censura em seu trabalho; 63,7% têm medo de retaliações e/ou perseguições no ambiente de trabalho; 61,9% já repensaram uma aula por receio de uma possível repercussão negativa; 30,1% já tiveram problemas envolvendo gravações de aula sem autorização e/ou foram expostas em redes sociais e/ou sofreram invasões de atividades virtuais; 48% foram expostos a alguma situação violenta e/ou sofreram ameaça de processo judicial. Ainda sobre a pesquisa, quanto a temática educação e direitos humanos, 98% afirmaram considerar importante incluir os direitos humanos em suas aulas, mas, ao mesmo tempo, 82,1% se sentem ameaçadas de alguma forma pelo cenário atual. 61,5% disseram já ter sofrido questionamentos sobre sua aula e/ou materiais didáticos e terem sido pressionadas a mudar de tema/abordagem em suas aulas (CARTILHA EDUCADORAS

SÃO..., 2021).

- 4) **Política do novo Ensino Médio** – Ferreti e Silva (2017) analisam que 22 dias depois da posse definitiva de Michel Temer como presidente da República no ano de 2016 (após o impeachment/golpe da presidenta Dilma Rousseff), foi editada a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, que deu cabo a Reforma do Ensino Médio de 2016, onde posteriormente, essa medida foi convertida na Lei nº 13.415 de 2017. Moura e Lima Filho (2019) analisam que a reforma preconizou ações centradas na proposta de reestruturação curricular como solução para a chamada “crise do ensino médio”, mas deixou de discutir as precárias condições de funcionamento das escolas, inexistência de quadro de professores e demais trabalhadores da educação contratados por concurso público; planos de carreiras e de formação, salários dignos e condições de trabalho adequadas, dentre outras questões. Para os autores, a proposta do “novo” ensino médio reforça a dualidade educacional e social que caracteriza historicamente o País, potencializando a subtração de direitos da classe trabalhadora, além de atacar diretamente a concepção de formação humana integral e conduz o ensino médio a uma lógica mercadológica, francamente regressiva e em oposição ao que está disposto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lógica de mercado encontra amparo no ideário do ESP, uma vez que o movimento pensa a educação como uma relação entre alguém que está prestando um serviço e um consumidor.
- 5) **Homeschooling** (PL 2401/2019; PL 3262/2019) – um dos grandes motes educacionais do governo Bolsonaro, tratam a educação domiciliar como um direito e se utilizam de argumentos similares ao do ESP, quais sejam: os pais ou os responsáveis legais têm prioridade de direito na escolha do tipo de instrução que será ministrada a seus filhos; é plena a liberdade de opção dos pais ou dos responsáveis legais entre a educação escolar e a educação domiciliar; é dever dos pais ou dos responsáveis legais que optarem pela educação domiciliar assegurar a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2019). As propostas dessa natureza desconsideram estudos científicos da área, o ‘Manifesto Contra a

Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas' (2021), reuniu protesto de mais de 300 entidades contrárias à educação domiciliar, por entenderem que “a possível autorização e regulamentação da educação domiciliar (*homeschooling*) é fator de EXTREMO RISCO e constitui mais um ataque ao direito à educação como uma das garantias fundamentais da pessoa humana. Tal regulamentação pode aprofundar ainda mais as imensas desigualdades social e educacional e multiplicar os casos de violência e desproteção aos quais estão submetidos milhões de crianças e adolescentes” (MANIFESTO CONTRA..., 2021).

- 6) **Escolas cívico-militar** - ECIM (Decreto nº 10.004/2019) – Já no dia 02 de janeiro de 2019, através do Decreto nº 9465/2019 (BRASIL, 2019a), que aprova a nova estrutura regimental do Ministério da Educação, tivemos a criação de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. A instituição oficial do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares se dá através do Decreto nº 10.004/2019 do Presidente Jair Bolsonaro, em setembro de 2019, sob a justificativa de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio, conforme preconiza o art. 1º do Decreto nº 10.004/2019 (BRASIL, 2019b), além disso, nos termos do § 1º do mesmo artigo, o programa é desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e s implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. O Decreto prevê a destinação de recursos do Ministério da Defesa para contratar profissionais militares inativos para atuarem nas ECIM's. De acordo com Guimarães (2017), a ideia de militarização da rede escolar básica se espelha em algumas experiências já existentes nos estados, como é o caso de Goiás, que desde 2001 já vinha adotando tal política. A autora também observa que o novo modelo gestão militar aprofunda ainda mais o dualismo histórico pela qual a educação brasileira vem sendo constituída, além disso, submete os discentes a padrões de comportamento tendo em vista que a relação de poder imposta hierarquicamente também contribui para a omissão de violências numa política de docilização dos corpos e controle social. Em reportagem ao Portal R7, até mesmo a presidente executiva

do movimento Todos Pela Educação²⁵, Priscila Cruz, afirmou que a política das ECIM's vai tirar recursos e tempo de gestão, em vez de investir em formação dos professores e adoção de tempo integral nos colégios, além disso, declarou que "a militarização é a confissão deste governo da sua incapacidade de formular e implementar políticas educacionais consagradas pelas experiências nacionais e internacionais" (R7, 2019). Além disso, o El País divulgou uma reportagem realizada pela Agência Pública (PINA, 2020), em que professores de escolas militares relataram censura quanto a determinados conteúdos, tais como: proibição de abordar questões de feminismo e gênero, citar programas de governos anteriores (ex: Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família), racismo, além da dificuldade de trabalhar com literatura contemporânea, questões como ditadura militar e relatar a existência de tortura (tais temas, de acordo com os profissionais, deveriam ser abordados como uma revolução e omitir as situações de tortura). Observa-se que tais proibições e vigilâncias representam a influência de discursos conservadores, que permeiam a cadeia de equivalência do ESP. As noções de ordem, disciplina, conjunto de valores e tradições, fortemente existentes no âmbito da colégios militares, assenta-se em premissas que não coadunam com os princípios da educação, dispostos no art. 206 da Constituição Federal, tais como: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gestão democrática.

- 7) **Implantação de voucher's para a educação** – tal iniciativa foi ventilada em dois momentos: a) MP do novo bolsa família no ano de 2021, através do "Auxílio criança cidadã"; b) PL 844/22 – projeto que tinha por intuito a distribuição pelo Poder Executivo de vales educacionais para que o estudante da educação básica possa frequentar a instituição de ensino particular mais próxima do seu domicílio quando não houver vaga disponível na rede pública. Tal iniciativa foi defendida pelo ESP, sob a

²⁵ É importante demarcar que o movimento Todos pela Educação (TPE) surge por iniciativa de um grupo de empresários de diversos setores (incluindo os setores financeiro e industrial) (MARTINS; KRAWCZYK, 2018) e faz parte do ideário de reforma empresarial da educação brasileira. Tradicionalmente, o TPE costuma se alinhar às políticas governamentais, para se prevalecer através de articulações gerenciais e lobbistas.

justificativa de que a concessão de voucher's coaduna com uma de suas bandeiras, qual seja "o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções" (ESP, 2022). O Relatório 'Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos' (UNESCO, 2017), ressalta que "disponibilizar os vouchers escolares de forma universal e permitir que as escolas elevem suas mensalidades pode provocar o aumento da desigualdade no acesso à educação, sem melhorar o desempenho dos estudantes". Além disso, a Nota Técnica da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CAMPANHA NACIONAL..., 2021) destaca que "os objetivos econômicos que sustentam a proposta precisam ser desnudados, haja vista o enorme interesse do mercado da educação nos recursos de uma das maiores fatias do orçamento público em todos os entes federativos: a ideia posta de que quem deve ser financiado é o estudante e não a escola tergiversa sobre os verdadeiros interesses a serem financiados".

- 8) **Future-se** – O programa foi lançado em 17 de julho, sob a alegação de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. Quando anunciado, o prazo estabelecido para consulta pública foi de apenas uma semana e, através da pressão das instituições federais de ensino, houve uma pequena prorrogação. Matheus (2019) ressalta que diversas questões formais e atropelos, marcaram o anúncio do esboço de programa. Além disso, Matheus (2019) analisa que as supostas soluções propostas pelo Future-se não são novas, mas sim, reúnem elementos que já existem na legislação federal, todavia, tais elementos foram juntados sobretudo como uma forma de trazer soluções parciais para os impactos advindos nas instituições diante do severo contingenciamento de recursos que se estabeleceu ante a já mencionada emenda do teto dos gastos. Avelar (2019, p. 103) demonstra que "A aparência técnica e inovadora do Future-se (baseada em "evidências", resultados mensuráveis e "melhores práticas" internacionais) camuflam a opção em subfinanciar a manutenção e expansão de uma educação superior de qualidade, com o compromisso de promover desenvolvimento e transformação social através de suas atividades de

ensino, pesquisa e extensão”. Analisa-se ainda que a proposta como apresentada pelo Future-se coloca em risco a autonomia universitária, pois o programa propõe a implementação de um mecanismo que coloca todo o financiamento da pesquisa à mercê dos interesses dos setores produtivos e às oscilações e incertezas do mercado, o que inviabiliza várias pesquisas que não interessam direta e imediatamente o mercado, além das pesquisas que contrariariam interesses econômicos (ex: o da indústria de tabaco ou agrotóxicos, mas que podem ser essenciais para a garantia da saúde pública e o bem-estar da sociedade), (MATHEUS, 2019). Entendemos que tal proposta guarda ressonância com a cadeia articulatória que compõe o ESP, a partir do espectro do discurso neoliberal.

- 9) **PEC 206/2019 cobrança de mensalidade nas universidades** – A proposta de emenda estabelece um novo parágrafo para o art. 207 da Constituição, de maneira a dispor o seguinte: “as instituições públicas de ensino superior devem cobrar mensalidades, cujos recursos devem ser geridos para o próprio custeio, garantindo-se a gratuidade àqueles que não tiverem recursos suficientes, mediante comissão de avaliação da própria instituição e respeitados os valores mínimo e máximo definidos pelo órgão ministerial do Poder Executivo” (BRASIL, 2019). Trata-se da imposição de uma lógica privada para as instituições públicas, o que pode impactar e cercear a produção científica, além de reforçar as desigualdades sociais a partir da lógica o aluno que pode pagar *versus* o que não pode pagar. Essa visão privatista também implica no cerceamento do direito à educação e abre margem para o desdobramento discursivo da educação enquanto um ‘serviço’, uma das pautas defendidas pelo ESP, que a educação é uma relação amparada pelo direito do consumidor, em que o professor é um mero prestador de serviço e o aluno o consumidor hipossuficiente da relação, que precisa ser salvaguardado de seus direitos.
- 10) **PL’s contra a linguagem neutra** - Na contramão das discussões que têm sido levantadas em prol da linguagem neutra, com o intuito de promover a inclusão e a representatividade para além da lógica binária, diversos Projetos de Lei (PL’s) que propõem a proibição do uso de

linguagem neutra nas escolas começaram a tramitar desde 2020. o primeiro deles, de nível estadual (PL 3325/2020 –RJ), foi apresentado no dia 11/11/2020 pelo deputado Anderson Moraes (PSL); o segundo, de âmbito federal (PL 5198/2020 e outros cinco apensados), apresentado em 18/11/2020, traz autoria de Junio Amaral (PSL-MG). De acordo com a Agência Diadorim (2021), mais de 34 projetos já foram apresentados em todo o Brasil, fundamentados na proibição da linguagem neutra na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, bem como em editais de concursos públicos. A justificativa utilizada pelas figuras parlamentares que promovem tais projetos é de que há um prejuízo aos estudantes no que se refere ao aprendizado da língua portuguesa culta, cabe ressaltar além de dispor sobre a proibição, os projetos estabelecem uma previsão de sanção a ser aplicada contra as instituições de ensino e profissionais da educação que violarem a referida previsão legal. Consideramos que a ofensiva conservadora contra a linguagem neutra representa uma nova faceta da caçada antigênero capitaneada pela mesma cadeia articulatória do ESP, além de se valer do mesmo modus operandi de capilarizar os PL's no âmbito municipal, estadual e federal.

Ressaltamos que esse processo de disputas e influência é contingente, precário e marcado por jogos políticos de articulação que produzem deslizamentos. Nesse contexto, o discurso do ESP capilariza mais fácil porque gira em torno de 'problemas da educação', que se trata de um significante vazio. Muitos problemas permeiam a educação brasileira: falta de infraestrutura das instituições de ensino, falta de investimento para promover uma educação pública de qualidade, desvalorização do magistério e sobrecarga de trabalho docente, acesso à educação e políticas de permanência, dentre vários outros, o ESP não aborda nenhum deles. Mas, mexe com o ideário de frustração popular que se instaura com a ausência de eficácia dos direitos sociais, dentre eles a educação, afetados pela austeridade cada vez mais acirrada no neoliberalismo do séc. XXI. Nesse cenário, o ESP é um discurso que se propaga no vácuo para responder diversos ressentimentos experimentados diante dos problemas que atingem a educação brasileira.

Consideramos importante frisar que ao tratar o ESP como um movimento que

ganha hegemonia no cenário nacional, não temos o intuito de atribuí-lo uma força maior do que ele possuiu/possui. Mas sim, de mostrar que esse movimento encampou diferentes demandas, articulações, mobilizou grupos distintos e produziu diversas cadeias de equivalência (LACLAU, 2004). O que representa um sinal de alerta, uma vez que o discurso elaborado pelo ESP, que possui essa influência neoliberal e conservadora, pode ser mobilizado por outros grupos e capilarizar suas teias com ainda mais força no seio social. Por isso, não devemos considerar o ESP como um movimento que perdeu as forças ou ainda que deixou de existir, seus discursos continuam sendo mobilizados e repercutidos por seus apoiadores. Além disso, o ESP volta a reunir forças por meio das redes sociais, produzindo debates com seus apoiadores e fugindo da refutação e dos holofotes midiáticos de forma proposital. É possível compreender melhor tal estratégia de articulação através de fragmentos entrevista de desligamento do fundador, Miguel Nagib, concedida à Rádio Guaíba em 25/08/2020²⁶:

- (1) *Então o nosso movimento, pela sua própria natureza, exige uma mobilização muito grande.*
- (2) *Só grandes lideranças políticas é que tem o poder de mobilização, esse poder de mostrar à sociedade o que é importante em determinado o momento.*
- (3) *Em algum momento tivemos este apoio dessas lideranças.*
- (4) *O Escola Sem Partido para você ter uma ideia, chegou a pautar às eleições de 2018. A imprensa, quando entrevistava os candidatos à Presidência da República, perguntava se eles eram a favor ou contra o Escola Sem Partido.*

Relembramos que mesmo após tal anúncio de desligamento, que estampa o site do ESP, Nagib desde 2022 tem atualizado diariamente o *twitter* do ESP. Dito isto, a partir dos fragmentos acima, temos que o primeiro ponto enaltecido no discurso demonstra a necessidade de que o ESP tenha muitos apoiadores; no segundo, Nagib apela para o poder discursivo e articulatório das lideranças políticas, mesmo que a apresentação do ESP em seu próprio site, defenda que este seria um movimento sem vinculação política, ideológica e partidária; no terceiro, Nagib assume que o ESP recebeu apoio de lideranças políticas, o que contraria os próprios princípios sustentados pelo movimento; no quarto e último, Nagib destaca a proporção que o ESP ganhou na mídia, bem como a importância que o ESP atingiu, ao ser ponto de pauta em entrevistas dos candidatos à Presidência da República em 2018.

²⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg&t=100s>

Consideramos que o vídeo de desligamento de Nagib representa mais uma estratégia de incitar seus apoiadores e angariar adesão, uma vez que tal estratégia foi utilizada também em junho de 2019²⁷, conforme aqui já mencionado, além disso, o próprio Nagib é responsável pela conta do *twitter*, que desde maio de 2022 vem realizando postagens diariamente²⁸, conforme verificamos na figura 28:

Figura 27: comprovante de administração da conta no *twitter*



Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid>

Além disso, analisamos alguns comentários proferidos nesse vídeo de desligamento. É importante destacar que o vídeo foi postado no canal oficial do ESP no Youtube²⁹, que até o dia 11/07/2023, contava com 3,72 mil inscritos, o que implica uma tendência de interação maior com os seguidores desse perfil. Até 11/07/2023, o vídeo atingiu 5.198 visualizações e 48 comentários públicos, optamos por selecionar 3 comentários favoráveis ao pronunciamento de Nagib e 3 comentários antagônicos, que representamos no quadro 7:

Quadro 7: Comentários realizados no vídeo de desligamento de Miguel Nagib

Comentários a favor	Comentários antagônicos
@henriquefilho3786 há 2 anos (editado) Era o que eu vinha falando. O ESCOLA SEM PARTIDO é o mais importante movimento em defesa da família e das crianças. Mas sem	@Biudifor há 1 ano Tava lendo os artigos de vocês no próprio site, e meu Deus, eu tive vergonha alheia,

²⁷ Nesse período, após receber doação de um patrocinador não identificado, Nagib se pronunciou, dizendo que as atividades não chegaram a ser suspensas e que manteria o projeto (OGLOBO, 2019b).

²⁸ Última verificação foi realizada em 20/06/2023

²⁹ <https://www.youtube.com/@escolasempartido8933>

apoio não tinha como o movimento se sustentar por muito tempo. Fico muito triste. Mas continuarei, como pai, lutando pra defender meus filhos.	parece que um adolescente desesperado de 15 anos escreveu todas as matérias. Vamos começar a estudar e abandonar essa estupidez, tenham consciência nessa cabeça pouco estimulada, por favor.
@Daniela-nw8xg há 2 anos Acho que o escola sem partido é uma ideia, que veio para ficar. Não creio que dependa tanto dos políticos e nem devemos esperar por isso.	@MrAssismauro há 1 ano Rere... menos um maluco no pedaço! O cara quer pautar até os artistas... tchau, querido!
@aulaferadovitor7011 há 2 anos Vergonhoso. Bolsonaro virou as costas a algo tão importante!	@MaximilianoMendes há 2 anos Perdeu o apoio porque as pessoas começaram a perceber que vocês divulgavam fanfics, divulgavam notícias acusando os outros de doutrinação e nem liam o conteúdo pra ver se realmente era o caso e as pessoas sabem que as escolas não são o antro que vocês pregam e nem os professores os vilões que vocês pintavam.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg>. Extraído em: 22/06/2023 às 08:52.

Ao analisarmos os comentários selecionados em favor do ESP, é possível perceber que os discursos se sustentam: na importância do movimento; que se trata de um movimento que defende as crianças e as famílias (discurso moral e conservador); reforço da necessidade de que o movimento tenha mais apoio; que o ESP representa uma ideia e por isso permanecerá repercutindo seus efeitos na sociedade; além da menção explícita de que Jair Bolsonaro virou as costas para o movimento, o que demonstra que seguidores/adeptos do ESP buscaram personificar em figuras políticas a representação dos discursos do ESP.

Em relação aos comentários que representam discursos antagônicos ao ESP, as falas se apresentam de forma mais esparsas, mas observa-se: a atribuição a falta de senso nas postagens e ideias do ESP (seja pela atribuição do termo ‘maluco’ ao Nagib ou a referência de que os textos do site parecem escritos por um ‘adolescente’); associação a falta de apoio, relatada por Nagib, ao fato de que as notícias veiculadas pelo ESP em sua maioria eram falsas e não eram conferidas pelo movimento.

Das análises do quadro 7, nos chama atenção a seguinte afirmação ‘Acho que o escola sem partido é uma ideia, que veio para ficar’. É preciso questionar o que mobiliza no ideário social a legitimação das ideias desse movimento. Situamos que o ESP é reflexo do avanço do conservadorismo e do neoliberalismo na sociedade brasileira e é importante demarcar que essas pautas ganharam mais

força após o golpe, justamente porque o período lulista/petista (2003-2016), fomentou uma cadeia de equivalências (LACLAU; MOUFFE, 1985) que permitiu a articulação de demandas de diversos setores marginalizados da sociedade, a exemplo da Lei “Maria da Penha”, as políticas afirmativas com relação a cotas raciais, reconhecimento do nome social para pessoas LGBTI+. É fato que a demanda por direitos sociais não totalmente suprida, mas as políticas de inclusão e reconhecimento engendraram novas demandas, que desafiaram e desorganizaram as hierarquias sociais, ameaçando não só o privilégio das elites, mas, principalmente, as distinções que alicerçam as relações sociais de cunho patriarcal, conservador e neoliberal. Por esse motivo, a reação conservadora e neoliberal se articulou mais facilmente junto as mobilizações antipetistas, como resposta contrária as políticas que vinham sendo adotadas no âmbito social.

Após a destituição de Dilma Rousseff em 2016, num processo conturbado de avanço das pautas conservadoras no Congresso Nacional, polarização e radicalização política crescentes no país, somado ao processo de ‘politização’ do judiciário e procedimentos ilegais adotados na Operação Lava Jato (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019), a crise política se agrava ainda mais, tanto em virtude dos questionamentos quanto a uma espécie de golpe jurídico-parlamentar revestido de uma legalidade institucional, bem como a partir das políticas de austeridade econômica e de medidas impopulares já no começo do governo de Michel Temer (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Messenger (2019), ao analisar a atual cosmovisão da direita brasileira, observou que ela abarca diferentes tonalidades ideológicas e emissões discursivas, sem contornos claros e nem limites bem definidos. A análise da autora se assemelha as nossas considerações das diferenças articuladas e as cadeias articulatórias. Messenger (2019) organizou, a partir do inventário das ideias-força, os três campos semânticos centrais apresentados por essa nova direita em 2015:

Quadro 8: Campos semânticos da nova direita

CAMPOS SEMÂNTICOS		
ANTIPETISMO	CONSERVADORISMO MORAL	PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS
IDEIAS-FORÇA	IDEIAS-FORÇA	IDEIAS-FORÇA
Impeachment (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula)	Família tradicional	Estado mínimo
Corrupção	Resgate da fé cristã	Eficiência de mercado

		(privatização)
Crise econômica	Patriotismo	Livre iniciativa (empreendedorismo)
Bolivarianismo	Anticomunismo	Meritocracia
	Combate à criminalidade	Corte de políticas sociais
	Oposição às cotas raciais	

Fonte: elaboração da autora (2023), com base em Messenberg (2019).

No campo da democracia representativa, essas ideais-força, que começaram a ganhar projeção nas eleições de 2015, se potencializam ainda mais com a crise institucional de 2016. Por isso, a eleição de 2018, que se dá no período pós-golpe, para além das atipicidades (Lula, candidato que liderava as pesquisas estava preso desde abril; o episódio da facada de Jair Bolsonaro que impactou a campanha; as campanhas de protesto #EleNão, liderada por mulheres contra Jair Bolsonaro, o processo de desdemocratização desde 2016, dentre outros fatores melhor analisados em Freixo e Pinheiro-Machado, 2019), merece atenção quanto aos discursos, forças e grupos de interesses mobilizados. Não por acaso, a bancada formada a partir das eleições de 2018 representou o Congresso mais conservador dos últimos 40 anos, com prognósticos de ser mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que a legislatura anterior, além de ser pulverizado partidariamente e organizado em torno de bancadas informais – como a evangélica, segurança/bala e ruralista (QUEIROZ, 2018).

No plano do executivo, os discursos proferidos por Jair Bolsonaro enquanto candidato, já revelavam sua vinculação à extrema direita:

- **Neoconservadorismo** - o caso do reavivamento da falsa notícia do 'kit gay', suscitada em 2010 também por Jair Bolsonaro e resgatada em 2018, no período de campanha³⁰ ; a fala proferida em entrevista à TV Cidade Verde, afiliada do SBT no Piauí: "*Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso*" (UOL, 2018). No plano de governo registrado no TSE em 2018, apresenta a seguinte proposta para a educação "Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais

³⁰ Mais detalhes sobre o caso em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html

matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico” (TSE, 2018).

- **Autoritarismo:** Fala realizada em ato de campanha, em Rio Branco *"Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá"*³¹; Em entrevista proferida ao Jornal Nacional, na Rede Globo, afirma que *"[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado"* (SOARES, 2018a). No plano de governo apresentado para as eleições de 2018, supervaloriza a atuação das Forças Armadas: “Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo [...] Devemos recuperar as condições operacionais de nossas Forças Armadas, com a valorização e a proteção de seus integrantes! [...] Teremos em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado” (TSE, 2018).
- **Neoliberalismo:** Valores e compromissos registrados no plano de governo apresentado ao TSE “Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados! [...] Quebrado o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas, haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor” (TSE, 2018). No mesmo plano, há também um tópico dedicado ao liberalismo econômico, que dispõe: “As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>

estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades” (TSE, 2018).

A vitória de Jair Bolsonaro para Presidência da República em 2018, junto a uma maior representação de deputados e senadores no Congresso Nacional alinhados aos seus projetos de governo, propiciou uma maior articulação de ordens hegemônicas neoliberais e neoconservadoras.

Aquino (2023) analisou que apesar de durante a presidência de Bolsonaro o Programa Escola sem Partido não ter virado lei, as concepções de educação, professores e alunos do movimento eram compartilhadas por uma parte significativa do escalão governamental, de modo que tanto para os funcionários do Poder Executivo nomeados pelo presidente, assim como para a base do governo no Congresso, a existência da “doutrinação” era um fato básico da realidade, característica a ser levada em conta e balizada para construir políticas públicas em prol de fortalecer a ordem e a família em oposição à escola.

Entretanto, não significa que outras forças políticas não estejam em disputa, uma vez a dimensão adversarial é constitutiva do político (MOUFFE, 2015). Dessa maneira, no próximo tópico, aprofundaremos o debate acerca de outros projetos educacionais e possibilidades de fissuras aos modelos hegemônicos.

5.3 Democracia em disputa, antagonismos e outros projetos de educação

Toda cisão possibilita também novas formas de coesão. Do mesmo modo que o ESP conseguiu organizar uma cadeia de articulação, os discursos antagônicos ao movimento, enquanto elementos também construíram suas formas de articulação. Se de um lado o ESP, pautado nas bandeiras neoliberais, neoconservadoras e autoritárias, passam a organizar suas pautas com discursos contrários à educação brasileira, de modo a difamar profissionais da educação, deslegitimar decisões das cortes judiciais, criar pânico morais contra as temáticas de gênero e sexualidade; de outro, entidades em defesa da educação e do direito à educação, da liberdade de expressão, de ensinar e do pluralismo de ideias, da educação pública, cidadã,

inclusiva e democrática, de promoção da igualdade racial e dos direitos das pessoas LGBTI+, também têm se articulado no cenário brasileiro para disputar com essas forças políticas antidemocráticas.

É o caso da *Campanha Nacional pelo Direito à Educação*, que desde 1999 atua pela efetivação e ampliação das políticas educacionais para que todas as pessoas tenham garantido seu direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica, e de qualidade no Brasil; do *Professores contra o Escola Sem Partido (PCESP)*, um observatório de professoras e pesquisadoras da Educação que estudam, para combater, os movimentos e estratégias de censura da educação; *De olho nos planos*, um portal que desponta como uma iniciativa que busca ampliar e pluralizar o debate público sobre a importância da participação de todos no monitoramento de Planos de Educação; *Diadorim*, uma agência de jornalismo independente, sem fins lucrativos, engajada na promoção dos direitos da população LGBTQIA+, que tem realizado monitoramento dos projetos legislativos antigênero à nível municipal, estadual e federal; *Ação Educativa*, uma associação civil fundada em 1994 sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos; *Associação Mães e Pais pela Democracia*, uma entidade que nasceu para defender o pensamento livre e crítico nas escolas, em oposição ao ESP; *Instituto Marielle Franco*, uma organização sem fins lucrativos, criada pela família de Marielle, com a missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário. Além das entidades educacionais, como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), dentre outras; confederações e sindicatos, estaduais e nacionais; parlamentares, grupos e movimentos sociais voltados para as pautas de inclusão, igualdade, e em defesa dos grupos socialmente vulnerabilizados (mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, LGBT's, negros, etc.).

Além disso, no ano de 2022, apesar de uma nova acirrada disputa ter protagonizado as eleições presidenciais e a formação do Congresso Nacional, a vitória de Lula, ainda que dentro de um contexto de política de coalização, representou a esperança das classes vulnerabilizadas sob a égide do governo Bolsonaro.

É verdade que a intensa polarização protagonizou o último pleito eleitoral e que a vitória de Lula, enquanto candidato do Partido dos Trabalhadores, partido historicamente alinhado à esquerda, não significa a minimização de forças antagonistas. A partir do relatório feito pelo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), que realiza um levantamento das bancas informais que compõem o Congresso Nacional, sistematizamos na tabela 01 os principais grupos de interesses neoliberais e neoconservadores e o quantitativo de deputados e senadores que compõem tais bancadas. De acordo com o DIAP (2022, p. 3):

As bancadas informais, sempre suprapartidárias, articulam interesses e promovem a defesa de causas com motivações diversas. Podem ser de ordem cívica, ética, moral, de gênero e de raça, ambiental ou econômica, entre outras. O fato é que se constituem em grupos de pressão no interior do Parlamento e com razoável grau de influência.

Tabela 1 – Principais grupos neoliberais e neoconservadores no Congresso Nacional na legislatura 2023-2027

Bancada	Parlamentares		Principais temas de interesse
	Deputados	Senadores	
Empresarial	178	32	Ampliar a reforma na legislação trabalhista e previdenciária, trabalho multifunção, autorregulação, redução de encargos, competitividade, Custo Brasil, reforma tributária, renúncias e incentivos fiscais, créditos e monetários
Ruralista	57	24	meio ambiente, regulamentação da EC (Emenda à Constituição) 81/14, do Trabalho Escravo, regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros, demarcação de terras indígenas e anistia às dívidas de produtores rurais.
Evangélica	73	12	União homoafetiva, pesquisas com células-tronco, defesa da família, Escola Sem Partido, ideologia de gênero, aborto.
Segurança	56	10	Redução da idade penal, fim das penas alternativas, modificação do Estatuto do Desarmamento e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonte: elaboração da autora (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2022).

O DIAP realizou um cruzamento de dados de mapeamentos realizados pela XP investimentos e CEBRAP da percepção ideológica dos deputados federais, e constatou que

Em uma escala de 1 (esquerda) a 10 (direita) a média da Câmara passou do intervalo de 4,2 e 4,4, entre 1999 e 2014 para 5,1 no governo Dilma 2; 5,4 no governo Bolsonaro e 6,1 no governo Lula atual, passando pela primeira vez o ponto médio em direção à centro-direita, que reforçam uma resistência ideológica que se agrava ainda mais as dificuldades do governo (DIAP, 2023, grifo nosso).

Todavia, nessa mesma eleição, tivemos pela primeira vez na história da Câmara dos Deputados, duas deputadas trans: Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), além de outras deputadas declaradamente LGBT's: Daiana Santos (PCdoB-RS) e Dandara (PT-MG). A representatividade feminina na Câmara aumentou, passando de 77 para 91 (alta de 18,2%), quanto as candidaturas indígenas, tivemos a eleição de: Célia Xakriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Paulo Guedes (PT-MG), Sônia Guajajara (PSOL-SP). Apesar dos avanços serem pequenos, temos experimentado fissuras ao *establishment* patriarcal, conservador, heterociscentrado.

Esse processo faz parte de novas identificações coletivas, entendidas por Mouffe (2015) como constitutiva do modo de existência dos seres humanos, identificações essas que desempenham um papel fundamental no campo da política, pois a política democrática precisa ter uma ascendência real sobre os desejos e fantasias das pessoas.

Assim, pensamos o futuro democrático a partir de Mouffe (2015), que analisa que a especificidade da política democrática não é a superação da oposição 'nós/eles', mas a forma diferente pela qual ela se estabelece, ou seja, a democracia exige que formulemos a distinção 'nós/eles' de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna.

Para Mouffe (2015), o político faz parte da nossa condição ontológica. Dois desdobramentos conceituais são importantes para entender as teorizações da autora: 1) **antagonismo** - a relação 'nós/eles' tem os dois lados como inimigos que não possuem um ponto em comum; 2) **agonismo** - relação 'nós/eles' em que as partes conflitantes reconhecem a legitimidade de seus oponentes, eles são adversários e não inimigos. Ou seja, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político. Assim, a tarefa da democracia é transformar o antagonismo em agonismo, e, nesse caso, o sistema parlamentar desempenha um importante papel nessa transformação. Todavia, quando as instituições parlamentares são destruídas ou enfraquecidas, a possibilidade de um confronto

agonístico desaparece.

Acreditamos numa abordagem agonística (MOUFFE, 2015) como contribuição para revitalização e aprofundamento da democracia, de maneira que uma concepção agonística de democracia reconhece a natureza contingente das articulações político-econômicas hegemônicas que determinam a configuração específica de uma sociedade num determinado momento.

De tal maneira, no campo macropolítico, faz-se necessário o fortalecimento das instituições democráticas e a articulação de discursos e sentidos educacionais voltados efetivamente para promoção do direito à educação; no campo micro, as entidades educacionais, grupos e instituições que defendem o direito à educação a partir da compreensão de uma educação democrática, cidadã, libertadora, laica e crítica, precisam articular e apresentar políticas em prol do fortalecimento e defesa do trabalho docente; criar coletivos em prol da comunidade educativa, em defesa do direito à educação; fortalecer a gestão democrática nas instituições de ensino.

Além disso, também é importante que as práticas voltadas para tentativa de censura e perseguição docente sejam coibidas desde o início, pois elas não representam tão somente um ataque individualizado, mas sim uma perseguição a categoria educacional, aos fundamentos do trabalho docente, ao currículo que é amparado em diretrizes e resoluções e ao direito de aprender dos estudantes. Também é oportuno pontuar que as decisões do STF não possuem, por si só, o poder de barrar a apresentação de novos projetos de lei antigênero, ou ainda de novos mecanismos de cerceamento à liberdade de ensinar. Em vista disso, as instituições (sindicatos, entidades educacionais, coletivos, movimentos e etc.), precisam orientar os profissionais de educação sobre formas de autodefesa contra a censura³², divulgar as formas de defesa político-pedagógicas e o embasamento legal dos conteúdos abordados, tais como direitos humanos, gênero, sexualidade, dentre outros e orientações sobre como proceder juridicamente em caso de ameaças.

Na Cartilha ‘Educadoras são Defensoras’ (2021), analisa-se que temos vivido

³² Em 2018, foi lançada a primeira edição Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas, o instrumento foi atualizado em 2022 e conta com o apoio de mais de 80 organizações da sociedade civil. A iniciativa se apresenta como uma “resposta ao perverso fenômeno ultraconservador na educação, em especial, aos ataques aos princípios constitucionais da liberdade de ensino e do pluralismo de concepções pedagógicas e às normas educacionais, bem como à interdição do debate sobre igualdade de gênero, raça e sexualidade nas escolas. Agressões sofridas por professoras, professores, estudantes, familiares e demais profissionais de educação” (MANUAL DE DEFESA..., 2022).

um período de intensa disputa de projetos entre aqueles que querem transformações e os que querem nos fazer retroceder, de modo que a educação é uma das principais ferramentas que ambos os projetos podem ter para vencer esta disputa. Assim, à luz de princípios constitucionais ligados à educação, tais como: exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de concepções pedagógicas; e a valorização dos profissionais da educação escola; e, assente nos objetivos fundamentais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1998), defendemos a articulação de discursos educacionais voltados para: transformação social, respeito à democracia e às diferenças, equidade e inclusão social, valorização dos direitos humanos, emancipação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, dentre outras práticas democráticas, emancipatórias e cidadãs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese defendida foi de que ESP é efeito de disputas e articulações de discursos neoliberais e neoconservadores, que têm por base a despolitização, autoritarismo, produtivismo, lógica mercantil, competitividade, tendo como efeitos políticas para marginalização de grupos socialmente vulnerabilizados e desestabilização do sistema democrático.

Para dar conta da análise dos principais projetos de lei apresentado à nível nacional que guardam correlação com o Escola Sem Partido; dos Discursos proferidos em entrevistas divulgadas dos coordenadores e apoiadores do Escola Sem Partido nas plataformas virtuais; do pronunciamento dos órgãos administrativos sobre o Escola Sem Partido (Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal, Ministério da Educação); do documento de notificação da Organização das Nações Unidas sobre o avanço de projetos de lei que tratam do Escola Sem Partido; dos discursos direcionados para a educação no Plano de Governo dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018; e do pronunciamento oficial de Miguel Nagib de desligamento do Escola Sem Partido proferido em 2020, foram utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso desenvolvida inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015 [1985]), bem como dos trabalhos de comentaristas da teoria.

Estabelecemos como recorte temporal o período pós-golpe de 2016 até o ano de 2022, quando encerra o mandato presidencial de Jair Bolsonaro, nos valendo dos aspectos neoconservadores, autoritários e neoliberais que permearam com mais intensidade a sociedade brasileira, em virtude do contexto de crise social, política e de instabilidade democrática.

No primeiro momento, ao analisar o neoconservadorismo e a racionalidade neoliberal, constatamos, a partir dos diálogos com Brown (2006) a processo de desdemocratização, a nova fórmula política que se origina das alianças neoliberais e neoconservadoras e que reúne: (1) a desvalorização da autonomia política; (2) a transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções de mercado; (3) a produção do cidadão-consumidor como disponível a um alto grau de governança e autoridade e (4) a legitimação do estatismo.

A partir dos recursos conceituais e interpretativos da teoria do discurso, pode-se perceber que as barreiras individuais desses dois grupos distintos

(neoliberais e neoconservadores), formam um discurso comum articulador em prol de demandas, de maneira que é possível, inclusive, que demandas originalmente antagônicas entre si, façam parte de uma cadeia articulatória comum (diferenças articuladas).

No cenário nacional, constatamos que agentes, *think tanks* e *startups* têm encampado ideais e discursos tanto da racionalidade neoliberal como da racionalidade neoconservadora, de tal maneira que no contexto pós-golpe da Presidenta Dilma Rousseff, observou-se um avanço da extrema direita no Brasil, além de discursos reacionários e neofascistas.

No segundo momento, debatemos o processo de surgimento do ESP, as estratégias retóricas mobilizadas, exploradas e expandidas pelo movimento, suas bandeiras, configurações e reconfigurações, além das redes de apoio que vai desde *think tanks*, personalidades ligadas à extrema direita brasileira, grupos neoliberais e neoconservadores, organizações lobistas, fundamentalistas religiosos, candidatos políticos e parlamentares. Também analisamos as principais atuações sustentadas pelo movimento no contexto pós-golpe de 2016 até 2022, onde evidenciamos influências e articulações junto ao MEC, mobilização junto às políticas educacionais (BNCC, política do novo ensino médio), ações judiciais contra o INEP e o ENEM, vinculação ao plano de governo de Jair Bolsonaro, enquanto candidato à presidência da República, apresentado em 2018 ao TSE, os discursos dos Ministros de Jair Bolsonaro sustentando ideais do ESP (Damares e Weintraub), apresentação de novos projetos de lei, dentre outros.

No terceiro momento, evidenciamos que o discurso sobre doutrinação é o grande mote utilizado pelo ESP desde o seu surgimento. Dada a amplitude semântica do termo e das disputas teóricas sobre a temática, deu abertura a construção de um apelo afetivo em prol do combate de um suposto problema, que seria a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. De tal maneira, a ideia de doutrinação funciona como um significante vazio na operação de ampliação do movimento, agregando sujeitos sociais distintos a partir da percepção de uma ameaça comum: um inimigo. Ante a ideia de um inimigo, o ESP articula um antagonismo absoluto e, propositalmente, simplifica uma realidade complexa, de maneira a criar um ‘nós’ (uma identidade moral contra a doutrinação nas instituições de ensino) em oposição a um ‘eles’, vistos pelo ESP como os culpados pelos problemas da educação brasileira.

À luz da teoria do discurso, observamos as influências dos projetos neoliberais e neoconservadores nos discursos do ESP, tais como: (1) contrariedade às abordagens de gênero e sexualidade nas escolas (viés neoconservador); (2) contrariedade às discussões sobre raça (viés neoconservador); (3) contrariedade às instituições públicas (viés neoliberal); (4) contrariedade à educação crítica, plural, democrática e apelo a educação tecnicista (viés neoconservador e neoliberal); dentre outras. Percebe-se que num primeiro momento, tais elementos/demandas isoladas não possuem relação a priori entre si, mas sim com a abordagem/proposta educacional. A partir de um discurso comum articulador dessas diferenças (ponto nodal), as demandas se articulam e passam a ser momentos de uma articulação discursiva, que tem como corte antagônico a educação brasileira.

Também identificamos as articulações discursivas dos projetos neoliberais e neoconservadores no âmbito das políticas educacionais, em que observamos os projetos da BNCC, PEC do teto dos gastos, projetos de censura à educação, política do novo ensino médio, *homeschooling*, escolas cívico-militar, future-se, Implantação de *voucher's* para a educação, PEC de cobrança de mensalidade em instituições de ensino superior e projetos de lei contra à linguagem neutra.

Isso evidenciado, a partir de uma concepção agonística de democracia, reconhecemos a natureza contingente das articulações político-econômicas hegemônicas que determinam a configuração específica de uma sociedade num determinado momento. Por isso, também refletimos os processos contra hegemônicos, aos discursos neoliberais, neoconservadoras e autoritárias, pois, se de um lado temos movimentos que passam a organizar suas pautas com discursos contrários à educação brasileira, de modo a difamar profissionais da educação, deslegitimar decisões das cortes judiciais, criar pânico morais contra as temáticas de gênero e sexualidade; de outro, entidades em defesa da educação e do direito à educação, da liberdade de expressão, de ensinar e do pluralismo de ideias, da educação pública, cidadã, inclusiva e democrática, de promoção da igualdade racial e dos direitos das pessoas LGBTI+, também têm se articulado no cenário brasileiro para disputar com essas forças políticas antidemocráticas.

Demonstramos estratégias a serem adotadas tanto no campo macropolítico, como no campo micro. Além de demarcar a importância de que as práticas voltadas para tentativa de censura e perseguição docente sejam coibidas desde o início, pois

elas não representam tão somente um ataque individualizado, mas sim uma perseguição a categoria educacional, aos fundamentos do trabalho docente, ao currículo que é amparado em diretrizes e resoluções e ao direito de aprender dos estudantes. Portanto, apesar do período de intensa disputa de projetos que querem transformações e os que querem nos fazer retroceder, defendemos a articulação de discursos educacionais voltados para transformação social, respeito à democracia e às diferenças, equidade e inclusão social, valorização dos direitos humanos, emancipação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, dentre outras práticas democráticas, emancipatórias e cidadãs.

Antes de reunir as principais construções levantadas nesta pesquisa, optamos por abordar algumas reflexões que vão além da proposta de condensar as ideias apresentadas ao longo das páginas. Assim, dialogaremos com trechos do próprio texto para anunciar alguns argumentos tecidos no processo de construção desta tese, e, assim, sistematizar os discursos que nortearam nossa narrativa.

Não devemos considerar o ESP como um movimento que perdeu as forças ou ainda que deixou de existir

Durante o processo de finalização desta tese, nos deparamos com dois episódios que dialogam com nossa afirmação.

No final de junho, um professor de história foi agredido pelo pai de um aluno no Paraná. O agressor se identificou como delegado da Polícia Federal, abordou o docente e, além de xingá-lo e agredi-lo fisicamente, apontou uma arma e deu voz de prisão para o docente (TERRA, 2023). O agressor teria se irritado com o fato de o professor ter repreendido seu filho após ele fazer declarações preconceituosas em sala de aula, além de gestos nazistas.

Em julho, durante um evento pró-armas, realizado no Distrito Federal, Eduardo Bolsonaro, Deputado Federal (PL-SP) e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante o seu pronunciamento, afirmou que “Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. Talvez até o professor doutrinador seja ainda pior” (CNN, 2023).

Os dois episódios representem o ápice de violação de direitos que o ESP é capaz de mobilizar: agressão física e o discurso de criminalização de profissionais

da educação. No primeiro caso, apesar de tal ataque ter sido proferido contra um professor em específico, ele representa um atentado contra toda comunidade de professores; no segundo, não se trata de uma agressão verbal contra ‘professor doutrinador’, mas sim, de um dano coletivo contra todos os professores, por reforçar a desvalorização desses profissionais e estimular uma inquisição persecutória.

Não negamos o impacto das decisões do STF, tampouco o potencial de abalo que os pronunciamentos da Suprema Corte reverberaram no âmbito do movimento, mas elas não são suficientes para refrear a articulação desses discursos

Em março de 2023, foi realizado no Congresso Nacional o evento intitulado ‘1º SEMINÁRIO SOBRE A DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NO ENSINO’³³, promovido pelo deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO). O encontro reuniu várias personalidades do campo da direita e contou com falas públicas dos deputados federais: Nikolas Ferreira (PL-MG), Chris Tonietto (PL-RJ), Bia Kicis (PL-DF) Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Altineu Côrtes (PL-RJ) e Marcel van Hatem (Novo-RS), além disso, foi apresentado um vídeo do ex-presidente Jair Bolsonaro com comentários sobre a pauta e em cumprimento aos participantes (MAISGOIÁS, 2023).

Ao final do evento, foi lançada a plataforma do ‘Instituto Nossos Filhos’, um site voltado para apresentação de denúncias contra a doutrinação nas escolas. Entretanto, até o dia 16/07/2023, a plataforma apresenta poucas informações, mas se vale do seguinte apelo “não deixe sua voz ser silenciada. Denuncie agora e faça a diferença! Talvez uma pequena denúncia de hoje, pode se tornar a solução de amanhã” (NOSSOS FILHOS, 2023). O site também apresenta o dep. Gustavo Gayer como padrinho do instituto e dedica uma seção inteira para apresentar sua biografia.

Tal episódio demonstra o poderio que tais grupos de direita, sob o amparo neoconservador e neoliberal, se prevalece, de maneira a trazer tais discussões dentro do Congresso Nacional, ainda que pronunciamentos do MPF, da ONU e do STF demonstrem que o argumento de doutrinação ideológica é, na verdade, o inconformismo com a vitória das diversas lutas emancipatórias que tem se desenrolado desde o processo constituinte.

³³ Mais informações em: <https://www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/evento?id=95324>

De tal modo, ainda que as decisões da Suprema Corte representem uma vitória contra o ESP, elas, por si só, não impedem a capilarização dos discursos e dos efeitos do movimento no âmbito do cotidiano educacional.

Toda cisão possibilita também novas formas de coesão

Ao passo que os ideais do ESP mobilizaram diferenças articuladas e conseguiu produzir uma cadeia de equivalência de ataques contra a educação brasileira, discursos contra hegemônicos também foram articulados em defesa do direito à educação e de um viés educacional democrático, emancipatório e cidadão. O fortalecimento de instituições, entidades, associações, sindicatos e demais grupos voltados para o ideário de uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica, e de qualidade no Brasil, possibilitou a realização de uma série de estudos, pesquisas, debates, manuais, cartilhas e tantas outras produções, que refletem não só o avanço de projetos educacionais democráticos, mas implicam em disputas e articulações do avanço pluralista e agonista nas instâncias de representação e legitimidade da democracia brasileira.

As novas formas de coesão, resultantes desse processo de articulação contra o ESP e suas manifestações no tecido social, implicam numa maior visibilidade das pautas atacadas e até mesmo negligenciadas pelo ESP, quais sejam: os reais problemas da educação brasileira (falta de infraestrutura nas instituições de ensino, precarização do trabalho docente, falta de investimento), a importância do debate de gênero e sexualidade e das questões étnico raciais no ambiente escolar, o respeito às diferenças, a importância da gestão democrática, os princípios educacionais estabelecidos na Constituição de 1988 e na LDB/96 etc.

Entretanto, os antagonismos entre as cisões implicam em disputas desses projetos educacionais, de modo que tais novas formas de coesão precisam encontrar formas efetivas de capilarizar seus discursos, sobretudo no âmbito das redes sociais, e ecoar suas vozes entre mães, pais, docentes, discentes, políticos, entidades estudantis e todos aqueles que direta ou indiretamente representem elementos desse debate. Trata-se, então, de disputar a hegemonia política e ocupar os espaços do conhecimento para discutir essas temáticas.

Além dos três discursos apresentados acima, também guiamos a nossa

análise a partir de questões apresentadas no tópico 2.3, de maneira que agora retornarmos a elas.

Questão 1 - *Quais demandas foram incorporadas pelo movimento Escola Sem Partido a partir do golpe de 2016?*

Conforme analisado, o ESP, que inicialmente sustentava um discurso pautado no significativo vazio de ser contrário à doutrinação na educação brasileira, se articulou a outras demandas, que optamos por organizar em quatro diferentes temáticas, conforme o quadro 8:

Quadro 9: Disputas incorporadas pelo movimento Escola Sem Partido (2016-2022)

Valores tradicionais e neoconservadores	Educação	Políticas educacionais	Política
Caçada antigênero; Defesa de um modelo familiar patriarcal e conservador; Perseguição as formas de linguagem inclusiva de gênero.	Censura e assédio nas escolas contra profissionais da educação; Denuncismo de profissionais da educação; Abertura de processos judiciais contra profissionais da educação; Vigilância e monitoramento nas salas de aula; Criminalização da prática docente.	Defesa da educação como mercadoria (relação de consumo); Ataque aos exames de acesso ao ensino superior; Investidas na elaboração da BNCC; Apresentação de projetos de censura à educação; Apresentação de projetos contrários à LDB/96.	Elaboração de projetos de lei em defesa de seus ideais e articulação com candidatos de partidos políticos para apresentarem/apoiarem projetos do ESP; Desinformação (distorção de princípios e dispositivos legais); Anticomunismo; Antipetismo; Defesa da direita; Ataque as decisões do STF.

Fonte: elaboração da autora (2023).

A associação do ESP a diferentes pautas, foi a forma encontrada pelo movimento de que seus ideais conseguissem ampliar sua penetração social e reunir uma maior mobilização social, além de projetar a capilarização de seus discursos com mais ênfase nas redes sociais.

Aquino (2023) analisa ainda que os ideais do ESP e a pauta de ‘defesa contra a doutrinação’, tem se apresentado como uma estratégia para empreendedores políticos, de tal maneira que levantar tais pautas representa ser

disruptivo, ousado, inventivo, corajoso para homens, além de uma defesa valente e exemplar da família, de modo que com o fim do governo Bolsonaro, abre-se uma oportunidade política para que outras figuras tentem se tornar as referências para essas ideias, que são muito eficientes em gerar mobilização e barulho e converter-se em votos e capital econômico, dado o engajamento que tais pautas possuem na sociedade (AQUINO, 2023).

Questão 2 - Quais as articulações entre as proposituras de reformas econômicas da educação e as pautas do Escola Sem Partido?

No tópico 5.2 analisamos o reflexo das disputas que guardam o ideário do ESP, no âmbito das políticas educacionais, em alguns documentos e projetos que tramitaram desde 2014. Das 10 políticas analisadas, temos as seguintes como voltadas para reformas de vinculação ao plano econômico neoliberal: PEC 55/2016 – teto dos gastos, Reforma do Ensino Médio, implantação de vouchers para educação, Future-se, PEC 206/2019 - cobrança de mensalidade nas universidades.

Quanto as confluências: observou-se que os grupos políticos apoiadores do ESP, manifestavam suas votações favoráveis a medidas neoliberais e de ataque à educação e outros direitos sociais, como no caso da PEC do teto dos gastos. Além disso, os discursos do ESP alinham-se a lógica de mercado proposta da política do novo ensino médio, que na verdade reforça a dualidade educacional e social que caracteriza historicamente o País, além de atacar diretamente a concepção de formação humana integral e conduz o ensino médio a uma lógica mercadológica, francamente regressiva e em oposição ao que está disposto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9496/96.

Além disso, sob uma distorção do art. 12 da CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (1969), se utiliza de uma previsão vinculada a liberdade de consciência e de religião “o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” para defender a disponibilização de vouchers escolares, quando na prática, diversos estudos comprovam que tal medida pode provocar o aumento da desigualdade no acesso à educação, sem melhorar o desempenho dos estudantes. Além disso, há nessa proposta um enorme interesse do mercado da educação nos recursos públicos, além de operar a lógica de que, quem deve ser financiado é o estudante e não a escola, o

que tergiversa sobre o investimento em uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Ressalta-se que os ataques promovidos pelo ESP não se restringem à educação básica, o ensino superior é alvo de diversos ataques em matérias publicadas no site do movimento, que vão desde a acusação de difusão de comunismo a de que futuros professores saem das universidades paulofrênicos e gramscimaníacos³⁴. A dissonância cognitiva de tais discursos é o que sustenta medidas de austeridade econômica como a tomada pelo Ministro da Educação Weintraub, em 2019, que justificou o corte de verba para algumas Universidades públicas, sob a alegação de que essas promoviam ‘balbúrdia’. De tal maneira, a proposta do Future-se, correlacionada ao ESP, camufla a opção em subfinanciar a manutenção e expansão de uma educação superior de qualidade, além de colocar em risco a autonomia universitária, uma vez que o programa propõe a implementação de um mecanismo que coloca todo o financiamento da pesquisa à mercê dos interesses dos setores produtivos e às oscilações e incertezas do mercado.

Na mesma esteira, a cobrança de mensalidade no ensino superior representa a imposição de uma lógica privada para as instituições públicas, o que pode impactar e cercear a produção científica, além de reforçar as desigualdades sociais a partir da lógica o aluno que pode pagar versus o que não pode pagar. Essa visão privatista também implica no cerceamento do direito à educação e abre margem para o desdobramento discursivo da educação enquanto um ‘serviço’, pauta também defendida pelo ESP.

Questão 3 - *Como as pautas neoliberais do Escola Sem Partido se articulam com os elementos autoritários desse movimento?*

Através do diálogo com Brown (2006, 2015, 2019), Dardot e Laval (2016), observamos que a racionalidade neoliberal promove um processo de individualização, competição, sobrevalorização da meritocracia, indicação de reformas educacionais para promover melhores práticas, além do declínio do apoio estatal à educação, o aumento da educação com fins lucrativos.

³⁴ Mais informações em: <http://escolasempartido.org/page/1/?s=universidade>.

A influência neoliberal, nos ideais do Escola Sem Partido é primeiro representada pela relação de consumo que o movimento trata o processo educacional, além disso, o ESP almeja a objetividade do trabalho pedagógico como fator de produção da mercadoria, onde, nessa lógica gerencial, a responsabilidade pelo sucesso x fracasso da qualidade da educação é transferida para os professores que são incumbidos de deveres de condutas (o cartaz com os deveres do professor).

Brown (2019), também demonstra como a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI. Pontuamos, a partir de Bruff (2014), que nossa compreensão de autoritarismo não representa meramente o exercício de força bruta coercitiva, mas, sobretudo a reconfiguração do Estado e do poder institucional na tentativa de isolar certas políticas e práticas institucionais da dissidência social e política.

Também destacamos que Bruff (2014), Andrade, Côrtes e Almeida (2021) trazem alguns exemplos de neoliberalismo autoritário, tais como: políticas sociais condicionadas de caráter disciplinador para o mercado (*workfare*); a repressão a sindicatos e manifestações populares e a criminalização dos movimentos sociais; a construção de inimigos internos, materializados em certas minorias e em grupos oposicionistas, considerados ‘comunistas’ ou ‘corruptos’; o ataque à ideia de bem comum como totalitária, dentre outros.

As narrativas apresentadas pelo ESP se enquadram nas exemplificações apresentadas pelos autores, uma vez que, sob o argumento de defesa de valores e da moral dos pais/mães/responsáveis e do combate à doutrinação, o movimento ataca a atuação de grêmios estudantis, manifestações, a inclusão dos debates sobre feminismo, gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, pluralismo religioso. Nesses ataques, acusa profissionais da educação de doutrinadores, comunistas, militantes travestidos, dentre outros termos com cunho pejorativos e criam narrativas persecutórias e de criminalização da prática docente.

Desse modo, as pautas autoritárias do movimento produzem elementos que junto a retórica da racionalidade neoliberal, formam uma prática articulatória (prática estabelecida entre elementos que, num primeiro momento, não estão articulados entre si), que originam cadeias de equivalência com uma dada produção de sentido, que nesse caso, é o ataque à educação brasileira e aos

profissionais da educação.

Questão 4 - *Como os discursos do Escola Sem Partido são influenciados pelo projeto de sociedade dos pós-golpe até 2022?*

A sociedade pós-golpe é marcada por um contexto de crise política, econômica e de descrença social. Pinheiro-machado (2019) analisa que a disputa por agendas políticas no séc. XXI se constrói por uma guerra que é fundamentalmente discursiva, que se baseia em palavras, estátuas, símbolos. Para a autora, o que está em jogo nessa guerra é uma rivalidade entre projetos que lidam com concepções muito profundas sobre a sociedade global, a modernidade e seus impactos na desigualdade.

Desde 2015 e com maior intensificação após o golpe de 2016, a sociedade foi marcada pelo avanço da nova direita, com tonalidades ideológicas e emissões discursivas, sem contornos claros e nem limites bem definidos, mas com a capacidade de articular diferenças em diversas ideias-força, como analisamos no tópico 5.2, pautadas no antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais

Dentre tais ideais-força que mobilizam um novo projeto de sociedade, temos que a defesa da família tradicional, resgate da fé cristã, anticomunismo, impeachment (Fora PT, Fora Lula e Fora Dilma), oposição às cotas raciais, estado mínimo, eficiência de mercado, livre iniciativa, meritocracia e corte de políticas sociais, foram pautas que já estavam presentes ou se articularam aos discursos do ESP. De tal maneira, o campo semântico antipetista, conservador moral e neoliberal produziu uma ordem hegemônica na qual o ESP encontrou o cenário frutífero para capilarização de seus discursos.

Assim, não se pode ignorar que o avanço neoliberal e neoconservador está equipado por narrativas muito bem estruturadas, com poder de articulação entre diversos setores da sociedade. Cabe ressaltar ainda que o *modus operandi* dos grupos, setores, entidades, instituições e sujeitos que mobilizam tais projetos, se dá, sobretudo, através do uso massivo das redes sociais (mensagens de disparo no *telegram* e *whatsapp*, *twitter*, *facebook*) e de utilização de canais e entidades para anúncios e manifestações políticas, como é o caso do Brasil Paralelo e do MBL.

Conclusão

Ao terminar nossa pesquisa, verificamos que as construções teóricas e metodológicas situadas ao longo do trabalho puderam sustentar a tese apresentada, de modo a entender que os desdobramentos neoliberais e neoconservadores têm sido gestados há tempos no seio social brasileiro, num processo de disputas hegemônicas e de diferentes mobilizações discursivas e articulatórias. Esses processos de disputas e influência são contingentes, precário e marcado por jogos políticos de articulação que produzem deslizamentos, em virtude dos contextos históricos, políticos e sociais. As ideias-força que ganham ascensão social no período pré-golpe e se capilarizam diante da consolidação do afastamento da Presidenta Dilma em 2016, pautadas no antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais, mobilizam um novo projeto de sociedade, temos que a defesa da família tradicional, resgate da fé cristã, anticomunismo, impeachment (Fora PT, Fora Lula e Fora Dilma), oposição às cotas raciais, estado mínimo, eficiência de mercado, livre iniciativa, meritocracia e corte de políticas sociais. Tais pautas já estavam presentes ou se articularam aos discursos do ESP, de seus defensores e sua rede de apoio. De tal maneira, o campo semântico antipetista, conservador moral e neoliberal produziu uma ordem hegemônica na qual o neoconservadorismo, o neoliberalismo e o Movimento Escola Sem Partido ESP encontraram o cenário frutífero para capilarização de seus discursos e ideais.

Assim, analisados os objetivos da pesquisa ao longo de todo este trabalho, e explicitado o desvelamento da tese, este estudo se caracteriza como uma nova perspectiva nas análises e nas compreensões das relações discursivas, antagônicas e emergentes do neoliberalismo, do neoconservadorismo e do Escola Sem Partido. Diante das novas configurações que têm se desenrolado no cenário brasileiro, ressaltamos a importância do nosso estudo para compreender as disputas hegemônicas, os discursos, teias, articulações e capilarizações que se dão no cenário político brasileiro e no âmbito das construções das políticas educacionais. Ao mesmo tempo, ao tomarmos a teoria do discurso como aporte epistemológico, reforçamos que as análises aqui desenvolvidas são contingentes, precárias e parciais, em relação aos processos que as envolvem, de

maneira que esta tese se constitui como um discurso à disposição para novos estudos que deem continuidade à investigação dos objetos aqui abordados, ou ainda que se contraponham as tessituras aqui apresentadas.

À luz do contexto que se desenrola no ano de 2023, apontamos a necessidade de pesquisas futuras que observem, no âmbito político: os desdobramentos dos discursos neoconservadores e neoliberais diante da decisão do TSE em 30 de junho de 2023, que por maioria de votos (5 a 2), declarou a inelegibilidade do ex-presidente da República Jair Bolsonaro por oito anos, contados a partir das Eleições 2022; as dinâmicas de formação e apoio parlamentar e as cadeias de articulação que delas se desdobram. No âmbito educacional: a retomada pública da atuação de Nagib no âmbito do *twitter* do ESP; novas formas de denunciismo e de perseguição contra profissionais da educação, tais como a plataforma do Instituto Nossos Filhos, dentre outras ações que têm sido orquestradas; o desenrolar da consulta pública de avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio; e dos tensionamentos ante a revogação do decreto que instituíu o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, que não representa o fim da militarização das escolas, mas tão somente a desmobilização do pessoal das Forças Armadas envolvidos no Programa, de maneira que diversos estados se pronunciaram que irão manter as unidades com recursos próprios.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Ministro critica leis que preveem implantar o Escola sem Partido** (2017). Disponível em: <https://exame.com/brasil/ministro-critica-leis-que-preveem-implantar-o-escola-sem-partido/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ALGEBAIL, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 63-74.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo. A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34(1), p. 211-239, 2019.

ANDRADE, Michely Peres. A contribuição metodológica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para a sociologia contemporânea. **CRÍTICA E SOCIEDADE**, v. 3, n. 1, p. 74-91, 2013.

APPLE, Michael. The politics of official knowledge: does a national curriculum make sense? **Teachers College Records**, v. 95, n. 2, Winter 1993.

AQUINO, Renata. O Escola Sem Partido voltou? **Site: Professores Contra o Escola Sem Partido**. 21 de mar. 2023. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/2023/03/21/o-escola-sem-partido-voltou/>. Acesso em: 17 de jul. 2023.

AQUINO, Renata; MOURA, Fernanda; BRANDÃO, Luiza; PENNA, Fernando. **[PCESP Podcast Extra #7] Escola Sem partido 2.0** (2019). Disponível em: <https://profscontraoesp.org/2019/02/07/pcesp-podcast-extra-7-escola-sem-partido-2-0/>. Acesso: 10 out. 2019.

AQUINO, Renata. **A ideologia do Escola Sem Partido** (2016). Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/24/a-ideologia-do-escola-sem-partido/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ASSUNÇÃO, M.; CARNEIRO, V. O papel do estado e as políticas públicas de educação: uma análise das avaliações externas no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/39831>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BABB, Sarah. The Washington Consensus as transnational policy paradigm: Its origins, trajectory and likely successor. **Review of International Political Economy**,

20:2, 268-297. 2013.

BALESTRO, Mayara; PEREIRA, Eduardo. Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação: a serviço da extrema-direita (2016-2020). In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo**: reflexões sobre o Brasil contemporâneo [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2014.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**. Salvador, BA. Vol. 29, n. 58 (abr./jun. 2020), p. 150-16, 2020.

BEATO-CANATO, Ana Paula Marques; MARTINEZ, Juliana Zeggio; FERNANDES, Alessandra Coutinho. DESAFIOS NO ENSINO DE LÍNGUAS NA CONTEMPORANEIDADE: DA BNCC AO ESCOLA SEM PARTIDO. **Revista X**, v.15, n.5, p. 46-73, 2020.

BITTENCOURT, João Bosco. Seminário sobre “doutrinação no ensino” lota auditório e movimentada Câmara dos Deputados, em Brasília. **Maisgoiás**. 23 de mar. 2023. Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/politica/seminario-sobre-doutrinacao-no-ensino-lota-auditorio-e-movimentada-camara-dos-deputados-em-brasilia/>. Acesso em: 16 de jul. 2023.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 258 (2019)**. Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707056&filename=PL+258/2019. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. **Projeto de Lei n.º 2401/2019**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198615#:~:text=PL%202401%2F2019%20Inteiro%20teor&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20exerc%C3%ADcio%20do,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o>

[%20nacional](#). Acesso em: 30 de abr. de 2023.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 1411 (2015)**. Tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1330054&filename=PL+1411/2015. Acesso em: 28 out. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 867 (2015)**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF. Apresentação em 23 de março de 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 28 out. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 7180 (2014)**. Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 28 out. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional De Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos**. Publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, Pág. 33.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 de out. 2022.

_____. **Lei nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso: 18 de jun. 2023.

BRASIL PARALELO. **Sobre nós**. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/sobre?utm_medium=home. Acesso: 10 de dez. 2022.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism**: the rise of antidemocratic politics in the West. New York: Columbia University Press, 2019.

BROWN, W. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

BRUFF, I. The rise of authoritarian neoliberalism. **Rethinking Marxism**, Abingdon, v. 26, n. 1, p. 113-129, 2014.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?. In: ALMEIDA, Rodrigo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BURITY, Joanildo. Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. Revista Teias, v. 11, n. 22, p. 23, 2010.

BURITY, Joanildo. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau** 2.ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Nota técnica: Política de vouchers para creche no “Auxílio Criança Cidadã”, do Novo Bolsa Família, viola o direito à educação e não deve ser aprovado**. 2021. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPolíticas_Privatizacao_NotaTecnica_Voucher-MPAuxilioCriancaCidada_2021_08_18.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2023.

Cartilha educadoras são defensoras dos direitos humanos. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16ldUdETxaXMD04fsdYWE94FFilkubYN8/view>. Acesso em: 01 de jun. 2023.

CARREIRA, Denise. Tempos terríveis: Memória e produção de resistências no governo Bolsonaro. In: CARREIRA, Denise; LOPES, Bárbara. **Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

CNS. **Resolução CNS nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberal-ultraconservadora no brasil** – reflexões sobre e para além do movimento escola sem partido. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CORNU, B. Réseau(x). In: COMMISSION FRANÇAISE POUR L'UNESCO. **La société de l'information: glossaire critique**. Paris: La Documentation Française, 2005. p. 121-123.

COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo. **Da emergência de um movimento à configuração de um programa: o Escola Sem Partido na atual sociedade brasileira**. 2020. 163f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Recife.

COSTA, Regina Rodrigues. Pânico Moral e a Abordagem de Gênero nas Escolas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 05, N. 03 - Jul. - Set., 2019. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/28811/20227>. Acesso: 10 de jan. 2020.

COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; SILVA, Aida Maria Monteiro. "**Escola Sem Partido**"? In: PORTO, Zélia Granja et al (orgs.). *Memória do Congresso UFPE em debate*. Recife: Néctar, 2019.

COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; SILVA, Mádsen Francisco da; SANTOS, Eduardo José dos. O ESCOLA SEM PARTIDO E AS NOVAS FACETAS DA CAÇADA ANTIGÊNERO NO CENÁRIO EDUCACIONAL: o que há por trás das tentativas de proibição da linguagem neutra?. In: COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; SILVA NETTO, Manuel Camelo Ferreira da; JANSEN, Lucas Lima. **II Congresso Brasileiro de Diversidade Sexual e de Gênero: seguridade, educação, saúde e família - debates interdisciplinares**. Recife: Even3 Publicações, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRITCHLEY, S. 'Is there a Normative Deficit in the Theory of Hegemony?'. In: CRITCHLEY, S.; MARCHART, O. (Orgs.) **Laclau: A Critical Reader**, London: Palgrave, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Departamento Intersindical de Assessorial Parlamentar. **Análise do Governismo**. 2023. Disponível em: https://www.diap.org.br/images/stories/analise_governismo_camara_2023-06.pdf. Acesso em: 03 de jul. 2023.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 31-50.

DIADORIM. **Brasil tem 34 projetos de lei para impedir uso da linguagem neutra** (2021). Disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2021/12/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra/>. Acesso: 10 dez. 2022.

DISTRITO. **Edtech Report**. São Paulo: Distrito, 2020. Disponível em: https://materiais.distrito.me/hubfs/cms_files_65883_1608553787EdTech_Report_2020_v8.pdf?hsLang=pt-br. Acesso: 10 dez. 2022.

Eduardo Bolsonaro compara professores a traficantes; PF deve analisar fala. **CNN**. 10 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-compara-professores-a-traficantes-pf-deve-analisar-fala/>. Acesso em: 16 de jul. 2023.

ELIAS, André Felipe Dutra Martins Rocha. **Do planejamento educacional à gestão por incentivos: percursos da economia da educação e seus rastros neoliberais**.

2019. 207f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem disse que os alunos não têm direito de gravar as aulas?**

(2019). Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/blog/quem-disse-que-os-alunos-nao-tem-direito-de-gravar-as-aulas/>. Acesso: 10 dez. 2022.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Perguntas e respostas**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso: 10 de dez. 2022.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 63-74.

Estados se dividem sobre escolas cívico-militares. R7 jornal. 06 de set. 2019. Seção Educação. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/estados-se-dividem-sobre-escolas-civico-militares-06092019>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. O lugar da teoria na pesquisa em política educacional. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 1-19, 2016.

FERNANDES, Christiane Caetano Martins; D’ÁVILA, Jorge Luis. O Estado do Conhecimento sobre a prática da pesquisa como instrumento pedagógico na educação básica: as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 22, n. 42/44, 2016.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. DA . Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória no 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 385–404, abr. 2017.

FESTINGER, Leon. Teoria da Dissonância Cognitiva. In: PAES LOPES, Felipe Tavares; BARROS FILHO, Clóvis de. **Teoria da Comunicação em Jornalismo**. São Paulo: Saraiva, 2016.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales, v. 179, p. 206, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREITAS, Felipe Corral de. A POLÍTICA COMO ANTAGONISMO: a irredutibilidade do conflito político. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

FREITAS, Felipe. Duas reformas e “dois” discursos: O PSDB entre as reformas da

Previdência dos governos FHC e Lula. **Revista Tomo**, n. 34, v.1, p. 189-240 jan./jun. 2019.

FREITAS, Felipe Corral de. **PSDB e PT no HGPE: a construção discursiva antagônica de 1994 a 2006**. 2018. 287 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018a.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FRIDERICHES, Lidiane Elizabete. Instituto Liberal e Instituto de Estudos Empresariais: mentores da nova direita neoliberal brasileira. In: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo** [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. “Logics”, in: **Logics of critical explanation in social and political theory**. New York, Taylor & Francis e-Library, 2007.

GRACINO JUNIOR, P.; GOULART, M.; FRIAS, P.. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrôpole**, v. 23, n. 51, p. 547–580, maio 2021.

GROSS, Denise. Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, nº. 54, p 143-160. 2004.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO MILITARIZADAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GOIÁS. XXIX Simpósio Nacional de História. 2016, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília. Associação Nacional de História, 2017, p. 1 – 17.

G1. **Veja lista de quem mais paga anúncio político no Google** (2022). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/21/veja-lista-de-quem-mais-paga-anuncio-politico-no-google.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.** [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502. ISSN 1519-549X.

KLANT, LM; SANTOS, VS dos. A utilização do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo - um estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso

ProfEPT e as referências do programa. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 10, n. 4, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13786>. Acesso em: 23 jan. 2023

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, E. Construyendo la universalidad. In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ŽIŽEK, S. **Contingencia, hegemonia, universalidad**: diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004 [

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1985.

LEMANN, Fundação. **Quem somos**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso: 22 de nov. 2022.

LINDENMEYER, Mariana Lannes. **ESTRATÉGIAS DE PODER E LIBERDADE DOCENTE**: A educação como âmbito da disputa hegemônica a partir da teoria discursiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. 2021. 126f. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça Social) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, [S. l.], n. 39, p. 7–23, 2013. Disponível em: <https://ojs.up.pt/index.php/esc-cie/article/view/311>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MACEDO, Elizabeth. REPOLITIZAR O SOCIAL E TOMAR DE VOLTA A LIBERDADE. **Educação em Revista**, v. 34, p. e212010, 2018.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

Manual de Defesa Contra a censura nas Escolas. 2022. Disponível em: <https://manualdedefesadasescolas.org.br/>. Acesso em: 16 de jul. 2023.

MARCHART, Oliver. **El pensamiento político posfundacional**: la diferencia política em Nancy, Lefort, Badiou y Laclau. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.

MARCHART, Oliver. Teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs.). **Pós-**

estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2014.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'.

Revista Portuguesa de Educação, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 4–20, 2018. DOI: 10.21814/rpe.12674. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>. Acesso em: 4 jul. 2023.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. DOI:

10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28759. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MATHEUS, Dárcio Roberto. O Future-se e as ameaças à autonomia universitária e ao debate democrático das políticas públicas. In: XIMENES, Salomão e CÁSSIO, Fernando. **Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira**. - Santo André, SP : Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC : Universidade Federal do ABC, 2019.

MEC. **Sobre a BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/faq/>. Acesso: 20 de jan. 2023.

MENDONÇA, Daniel de. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 91, p. 135-167, 2014.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau 2.ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 192 p.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 205-228, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, 2010.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1, p. 153-169, 2009.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**, p. 135-145, 2003.

METROWORLDNEWS. **Professora é intimada pela polícia após ser denunciada por aluna por ensinar ‘conteúdo esquerdista’**. Disponível em: <https://www.metroworldnews.com.br/foco/2021/11/19/professora-e-intimada-pela-policia-apos-ser-denunciada-por-aluna-por-ensinar-conteudo-esquerdista/>. Acesso em: 23 jan. 2023

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILLENIUM, Instituto. **Nossa história**. Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/sobre/>. Acesso: 22 de nov. 2022.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 101-128, janeiro-junho 2007.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015. Disponível em: <http://unesp.br/semdiplomacia/opiniao/2015/43>. Acesso em: 11 maio 2022.

MOLL, Roberto. **Reaganation**: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 265p. 2010.

MONTEIRO, Leonardo Valente. "Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil". **Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, n. 1, pp. 55-97, 2018.

MONTEIRO, Silvana Drumond. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação** v. 8, n. 3, 2007, pp. 1-21.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, C. **Agonistics**: thinking the world politically. London: Verso, 2013.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, p. 109-131, 2017.

MOURA, Fernanda Pereira de. **"Escola Sem Partido"**: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MPF. **Nota Técnica 01/2016-PFDC**. Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido (ESP) e análise e manifestação sobre a Proposição Legislativa 867/2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-deatuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdcmpf>. Acesso: 05 ago. 2022.

NAGIB, Miguel. **Mogiano quer escola sem partido** (2014). Disponível em: <http://www.odiariodemogi.com.br/cidades/cidades/24472-mogiano-quer-escola-sem-partido.html>. Acesso: 10 de dez. 2022.

NAGIB, Miguel. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso: 23 de jul. 2021.

NOTA TÉCNICA.... **PL da Câmara sobre o Fundeb: retirando recursos de Estados, DF e Municípios e rasgando a Constituição**. Disponível em: https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2020/12/PautasPolíticas_Fundeb2020_NotaTecnica_2020_12_14_Campanha-Fineduca_final.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

Ofensivas antigênero no brasil políticas de estado, legislação, mobilização social. 2021. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relato%CC%81rio-ofensivas-final.pdf>. Acesso: 28 de mai. 2023.

OGLOBO. **Escola Sem Partido anuncia suspensão das atividades** (2019a). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>. Acesso em: 23 jan. 2023

OGLOBO. **Anúncio de suspensão garantiu patrocinador secreto ao Movimento Escola Sem Partido** (2019b). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/anuncio-de-suspensao-garantiu-patrocinador-secreto-ao-movimento-escola-sem-partido-24068869>. Acesso em: 23 jan. 2023.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna. **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & realidade**, v. 38, p. 1327-1349, 2013.

ORTIZ, Vanessa. Delegado da PF agride e aponta arma para professor do filho no Paraná. **Jornal Terra**. 04 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/delegado-da-pf-agride-e-aponta-arma-para-professor-do-filho-no-parana.ca0df78ed4b07029703e17cf7f704190o2u8ebb0.html>. Acesso em: 16 de jul. 2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2004, v. 34, n. 122, pp. 283-303. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200002>. Acesso: 30 jul. 2022.

PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. **Antípoda**, v. 34, pp. 380-404, 2002. <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00247>

PENNA, Fernando de Araujo. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola Sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PENNA, Fernando de Araujo. Programa "Escola Sem Partido": Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PENNA, Fernando de Araujo; SALLES, Diogo da Costa. A DUPLA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO ESCOLA SEM PARTIDO: ANALISANDO AS REFERÊNCIAS INTELLECTUAIS DE UMA RETÓRICA REACIONÁRIA. In: MUNIZ, Altemar de Costa; LEAL, Tito Barros (orgs). **Arquivos, documentos e ensino de história**: desafios contemporâneos. Fortaleza: EdUECE, 2017.

PINA, Rute. **Professores relatam censura em colégios militares**. El País. 24 de out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-24/professores-relatam-censura-em-colegios-militares.html>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)**: tensões e discurso nas redes Sociais. 250 f. 2017. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo, Planeta do Brasil, 2019.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos**. Le monde diplomatique. 05 de nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>. Acesso em: 03 de jul. 2023.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo. Abordagem teórico-metodológica para análise interdiscursiva de políticas públicas. 2017, Espanha. **Anais 6º Congresso Ibero-americano: investigação qualitativa**. Espanha. CIAIQ, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1568/1523>. Acesso: 13 de jun. 2023.

RODRIGUES, Renata Rena. **"Escola sem partido" como política pública: representação e ação no discurso jurídico**: uma proposta de análise interdiscursiva. 2020. 399 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de. **Ernesto Laclau e Niklas**

Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação. **Diálogo educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso: 27 de jul. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SALLES, Diogo da Costa. **Criando a doença para vender a cura:** o discurso da "doutrinação ideológica" do Movimento Escola Sem Partido. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

SALLES, Diogo da Costa. **Educação Democrática:** o que queremos para além da luta contra o Escola Sem partido (2019). Disponível em: <https://profscontraesp.org/2019/08/09/educacao-democratica-o-que-queremospara-alem-da-luta-contr-o-escola-sem-partido/>. Acesso: 20 jan. 2020.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Planaltina: 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salvati>.. Acesso em: 08 out. 2021.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”:** “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SAVIANI, Demerval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista De Educação PUC-Campinas**, v. 24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducao/article/view/108>. Acesso: 23 jan. 2023

SOARES, Jussara. Bolsonaro diz que policial que mata 10, 15 ou 20 deve ser condecorado. **O Globo**. 17 de out. 2018a. Seção Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-policial-que-mata-10-15-ou-20-deve-ser-condecorado-23019806>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

SOARES, Solange. Toldo. A pesquisa em Política Educacional no Brasil: revisão de literatura. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1–17, 2018b.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe:** entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STF. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 457 **GOIÁS**. 27/04/2020. Inteiro teor do acórdão. Disponível em: https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/attachments/STF_ADPF_457_16d7d.

[pdf?AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAD4VJ344N&Expires=1608555244&Signature=ASq81oitMgqnGlfhITi8%2FNBG1o%3D](#). Acesso: 17 de abr. 2021.

TAYLOR, S. Critical policy analysis: exploring contexts, texts and consequences. **Discourse: studies in the politics of education**, v. 18, n. 1, p. 23-35, 1997.

TELLO, César. “Las espistemologías de la política educativa en Latinoamérica: notas históricas y epistemológicas sobre el campo”. **Espaço Pedagógico**, v. 19, n. 2, pp. 282-299, 2012.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 153–178, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7149>. Acesso em: 23 jan. 2023.

TORFING, J. ‘Discourse Theory’. In: D. Howarth and J. Torfing (Orgs.) **Discourse Theory in European Politics**, London: Palgrave, 2005.

TSE. **O CAMINHO DA PROSPERIDADE**: Proposta de Plano de Governo Bolsonaro 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso: 16 de jan. 2022.

UNESCO. **Responsabilização na educação**: cumprir nossos compromissos. Relatório de Monitoramento Global da Educação – Resumo. Unesco. 2017. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002595/259593por.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2023.

Vamos acabar com coitadismo de nordestinos, gay, negros e mulheres, diz Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**. 23 de out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/vamos-acabar-com-coitadismo-de-nordestino-de-gay-de-negro-e-de-mulher-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

VEJA. **Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub** (2019) Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

VENUGOPAL, Rajesh. Neoliberalism as Concept. **Economy and Society**, v. 44, pp. 165-187, 2015.

XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido”. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

XIMENES, Salomão; VICK, Fernanda. **A extinção judicial do Escola Sem Partido** (2020). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-extincao-judicial-do-escola-sem-partido/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

XIMENES, Salomão; VICK, Fernanda; MOREIRA, Alan Menezes. Educadores/as sob ataque: direito à educação e inconstitucionalidades dos projetos de censura. In: CARREIRA, Denise; LOPES, Bárbara. **Gênero e educação**: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

APÊNDICE

	NÍVEL (M/M.P/D)	ANO	PROGRAMA/INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	TÍTULO
1.	M.P.	2016	Mestrado Profissional em Ensino de História (UFRJ)	MOURA, FERNANDA PEREIRA DE	ESCOLA SEM PARTIDO”: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO E OS IMPACTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA'
2.	D.	2016	Programa de Pós-Graduação em Direito (PUCRS)	TRAVINCAS, AMANDA COSTA THOMÉ	A tutela jurídica da liberdade acadêmica no Brasil: a liberdade de ensinar e seus limites
3.	M.P	2017	Mestrado Profissional em FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES (UPE)	ROSENO, CAMILA DOS PASSOS	ESCOLA SEM PARTIDO: UM ATAQUE DIRETO AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE GÊNERO NO BRASIL
4.	D	2017	Doutorado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PINHEIRO, CRISTIANO GUEDES	Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais'
5.	M	2017	Mestrado em Educação (UEMS)	SANTOS, THIAGO PEREIRA DOS	CORPO, SEXUALIDADE E RESISTÊNCIAS: o contraste entre as propostas dos projetos denominados “Escola sem Partido” e as perspectivas foucaultianas
6.	M	2017	Mestrado em Estudos de Linguagem (UFF)	MELO, FABIANY CARNEIRO D	Quando lecionar pode virar crime: o movimento "Escola sem Partido" sob uma ótica discursiva
7.	M	2017	Mestrado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	KATZ, ELVIS PATRIK	ESCOLA SEM PARTIDO: UMA ANÁLISE DAS INVESTIDAS DE PODER SOBRE AS IDENTIDADES DOCENTES
8.	M	2017	Mestrado em Direitos Humanos (UFG)	PEREIRA, ISABELLA BRUNA LEMES	As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da Câmara Federal: uma análise do discurso a partir dos projetos "escola sem partido"
9.	M.P.	2018	Mestrado Profissional em Ensino de História UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	FILHO, MAURICIO ANTONIO DAL MOLIN	Um Estudo da Alienação como efeito do Programa Escola Sem Partido: como defender o ofício de ensinar História
10.	M	2018	Mestrado em SOCIOLOGIA UFPEL	DIAS, MURILO PAIOTTI	O ciberativismo (in)tolerante e (ant)agonístico em grupos de Facebook: um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao programa “Escola Sem Partido”
11.	M	2018	Mestrado em EDUCAÇÃO UFRRJ	COLOMBO, LUIZA RABELO.	A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA NO BRASIL – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido'
12.	M	2018	Mestrado em Educação Matemática (GCE/UNESP/Rio	MESQUITA, DIEGO	Uma investigação junto a uma formação política de um docente

			Claro)	MARQUES	de matemática
13.	M	2018	Mestrado em LETRAS (UERJ)	RETTICH, JULIANA SILVA.	Do visor na porta das salas de aula à mordada nos professores: uma análise discursiva das redes conservadoras do Escola Sem Partido - Projeto de Lei 867/2015
14.	M	2018	Mestrado em SOCIOLOGIA (UnB)	NASCIMENTO, HERCULES CEZARIO DA SILVA DO	Escola sem partido: a política pedagógica do retrocesso na opinião de docentes da região administrativa do Recanto das Emas - DF
15.	D	2018	Doutorado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	TOMMASELLI, GUILHERME COSTA GARCIA	ESCOLA SEM PARTIDO: INDÍCIOS DE UMA EDUCAÇÃO AUTORITÁRIA'
16.	M	2018	Mestrado em LINGUAGEM E ENSINO (UFCG)	SANTOS, BRUNA MARIA DE SOUSA	A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE A ASFIXIA E A RESISTÊNCIA: POLÍTICA DE SIGNIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS "ESCOLA SEM PARTIDO" E "PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO"
17.	M	2018	Mestrado em HISTÓRIA (UFF)	CALDAS, RENAN RUBIM	NARRATIVAS EM MOVIMENTO – DO "ESCOLA SEM PARTIDO" À "EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA": HISTÓRIA PÚBLICA E TRAJETÓRIAS DOCENTES'
18.	M	2018	Mestrado em ESTUDOS DA LINGUAGEM UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	MORENO, TICIANE RAFAELA DE ANDRADE	O POLÍTICO PODE SER PEDAGÓGICO EM LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS?: REPRESENTAÇÕES DO AGIR POLÍTICO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I DA ESCOLA PÚBLICA
19.	M	2018	Mestrado em EDUCAÇÃO (UERJ)	LEONARDO, RAFAELA COTTA	Gênero e sexualidade em disputa no cotidiano escolar: tecendo problematizações com docentes da educação básica e pública do município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu
20.	M.P	2018	Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO (UFFS)	MENEGAS, ROMULO.	PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: TENTATIVA DE CONTROLE DA AÇÃO DOS PROFESSORES'
21.	M	2018	Mestrado em LINGÜÍSTICA APLICADA (UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ)	LIRA, LUCIANO PAZ DE	OS ATRAVESSAMENTOS IDEOLÓGICOS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO
22.	M	2018	Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS (PUC- Rio)	MONTEIRO, SARAH LAURINDO	Escola pública sob disputa: moralidade e religião
23.	M.P	2018	Mestrado Profissional em Educação (UPE)	JUNIOR, CLEONILDO MOTA GOMES	O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e o Projeto de Lei da Escola Sem Partido – Conhecimento e impasse de Professores formadores

24.	M	2018	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFF)	REIS, MARIANA SILVA JARDIM	POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO'
25.	M	2018	Mestrado em EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	OROFINO, PAULA SANTOS	CONCEPÇÕES DE EDUCADORES DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA ASSOCIADAS AO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO E À IDEOLOGIA DE GÊNERO
26.	M	2018	Mestrado em Sociologia (UFGD)	FERREIRA, CAMILA CAMARGO	A "IDEOLOGIA DE GÊNERO" COMO UMA PRÁTICA DISCURSIVA TAGARELA DE SILENCIAMENTO: UMA ANÁLISE GENEALÓGICA DO PROJETO DE LEI ESCOLA SEM PARTIDO
27.	M	2018	Mestrado em CIÊNCIA POLÍTICA (UFMG)	RESENDE, MARCOS PAULO DIAS LEITE	A Política das Escolas e a Escola sem Partido: um estudo sobre ideologias e valores no Sistema de Ensino de Congonhas'
28.	M	2019	Mestrado em LETRAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca	SILVEIRA, ROCHELI REGINA PREDEBON	"ESCOLA SEM DOUTRINAÇÃO": UM PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO?'
29.	M	2019	Mestrado em Educação (UFRPE)	FRAGA, MELINA COSTA LIMA	"MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA": analisando redes discursivas e as lições de gênero do "Escola Sem Partido"
30.	M. P.	2019	Mestrado Profissional em PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS Instituição de Ensino (UECE)	OLIVEIRA, ERICK CRUZ PADILHA DE	Tensões na construção democrática: análise do movimento "escola sem partido" (2014 -2018)'
31.	M	2019	Mestrado em Letras (UERJ)	SILVA, CAROLINE MARTINS DA	A lógica da guerra: as metáforas conceptuais em disputa na construção da narrativa do Movimento Escola "sem" Partido'
32.	M	2019	Mestrado em LETRAS (UFSM)	SEPEL, FRANCIELE FARIAS.	O POLÍTICO NAS LEIS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO
33.	D	2019	Doutorado em EDUCAÇÃO (UERJ)	SILVA, MATHEUS CASTRO DA.	A crise do capital e o projeto reacionário de educação: uma análise do ataque reacionário do Escola Sem Partido ao Colégio Pedro II'
34.	M	2019	Mestrado em Antropologia (UFGD)	HILAHATA, IRENE TOCHIBANA	SEGUINDO OS FIOS DE ARIADNE: REFLEXÕES SOBRE AS TRAMAS DISCURSIVAS DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO NO MATO GROSSO DO SUL
35.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UNISINOS)	FERREIRA, VERONICA VENTORINI.	FUNDAMENTOS ÉTICOS DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

36.	M.P	2019	Mestrado Profissional em HISTÓRIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	GIONGO, GIOVANA DA CONCEICAO	ESCOLA SEM PARTIDO E O GOLPE DE 2016: Espaços sociais compartilhados
37.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	SILVEIRA, DANIELLI MARIA NEVES DA	ESCOLA "SEM" PARTIDO: a pseudo-neutralidade e o viés ultraconservador do movimento'
38.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFRJ)	RODRIGUES, RICARDO DE ABREU BASTO LIMA.	Da educação moral e cívica ao escola sem partido: a ideia de família e a contenda moralizante no campo da educação
39.	M	2019	Mestrado em SOCIOLOGIA (UERJ)	FARIA, NIURY NOVACEK GONCALVES DE	Projetos de educação em disputa no Brasil: campo, ciclos e competição
40.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	PAIAS, KATIA RODRIGUES MONTALVAO	PERCEPÇÕES DE GESTORES/AS DIANTE DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: SUA IDEOLOGIA ESTÁ A SERVIÇO DO QUE E DE QUEM?
41.	M	2019	Mestrado em Linguística e Literatura (UFAL)	CAVALCANTE, ALEXANDRE SOUZA	O discurso do Programa Escola "sem Partido" e a ofensiva do conservadorismo na educação brasileira
42.	M	2019	Mestrado em JORNALISMO (UFSC)	KICHILESKI, ALEXANDRO	A posição editorial dos principais jornais brasileiros a partir da proposta política do movimento Escola sem partido
43.	M	2019	Mestrado em DIREITO (UFRJ)	OLIVEIRA, IGOR SOARES NETTO DE	Os desafios à Educação Democrática em Direitos Humanos e as disputas políticas no Brasil em tempos de Escola sem partido
44.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFPA)	SOARES, FRANCISCO ALEX PEREIRA	A PERCEPÇÃO DE DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO
45.	M	2019	Mestrado em Educação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA)	COURA, ANA CAROLINA MERCES	Pensando gênero, sexualidade e juventude em tempos de 'escola sem partido
46.	M	2019	Mestrado em PSICOLOGIA ESCOLAR (USP)	SAITO, GABRIEL KATSUMI	Por que clamam por uma escola livre de doutrinação política, sexual e ideológica? Um estudo dos tabus sobre o magistério e da ideologia da racionalidade tecnológica
47.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFSC)	GERENT, LUCIANA CAROLINE	NEUTRALIDADE EPISTEMOLÓGICA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRÍTICA DA IDEOLOGIA
48.	M	2019	Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL (UERJ)	SILVA, RENATA DA CONCEICAO AQUINO DA	Ensino de história como reativação do político São Gonçalo 2019
49.	M	2019	Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL (UERJ)	SALLES, DIOGO DA COSTA	Criando a doença para vender a cura: o discurso da "doutrinação ideológica" do Movimento Escola Sem Partido'

50.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFF)	COSTA, HELTON MESSINI DA	ESCOLA SEM PARTIDO: concepções de escola, educação, formação humana e sociedade'
51.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFSC)	VIEIRA, FABIO ROBERTO.	A EDUCAÇÃO ESTÁ MORTA! O QUE A FILOSOFIA DE NIETZSCHE PODE NOS ENSINAR SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO
52.	M.P	2019	Mestrado Profissional em Ensino de História (UEPG)	REZENDE, DOUGLAS WILLIAM GONCALVES	MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A CRIMINALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES NO PARANÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XXI
53.	M	2019	Mestrado em Educação (UNIFAL - MG)	NERY, RODRIGO LUIZ	ANÁLISE DE DISCURSO NA REDE SOCIAL: O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO” E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A LEGITIMAÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA
54.	M	2019	Mestrado em CIÊNCIA POLÍTICA (UnB)	FILHO, MICHEL BALTAZAR DE OLIVEIRA	O imaginário conservador na educação: uma análise dos discursos das audiências do Escola sem Partido (PL nº 7.180/14)
55.	M	2019	Mestrado em DIREITO UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	CASSAB, GABRIELA MAIA	PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
56.	M	2019	Mestrado em DIREITO UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	QUADROS, CAMILA MACHADO	ESCOLA SEM PARTIDO OU ESCOLA SEM EDUCAÇÃO? UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 867/2015 À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024
57.	M	2019	Mestrado em Ciências Sociais e Humanas (UERN)	OLIVEIRA, IUSKA KALIANY FREIRE DE.	MOTINS DIGITAIS - INSURGÊNCIAS NAS REDES SOCIAIS CONTRA O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO
58.	M.P.	2019	Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (IF FARROUPILHA)	BOTH, EVANDRO	PROJETOS QUE COLOCAM EM RISCO A INTEGRAÇÃO CURRICULAR: UM DESAFIO PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO
59.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFAL)	JESUS, OASIAS DE MORAIS	ESCOLA SEM PARTIDO: Uma análise do discurso acerca do Projeto de Lei 867/15
60.	M	2019	Mestrado em SERVIÇO SOCIAL (UERJ)	CUSTODIO, LETICIA FERNANDA DE OLIVEIRA	A educação em disputa: o debate sobre o “Escola sem partido” em 2018
61.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO	NUNES, MARIA	A CONCEPÇÃO DE

			UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	EDUARDA DE SOUZA	EDUCAÇÃO NO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO
62.	M.P	2019	Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	RAUPP, ANDREIA AUGUSTA DOS SANTOS	Escola "Sem" Partido: narrativas de ódio contra a docência
63.	D	2019	Doutorado em PSICOLOGIA (UFF)	FELICIO, SAMANTHA CARVALHO	Subjetividades docentes e a expansão do judiciável: a "escola sem partido" e o adoecimento de professores
64.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	NUNES, SILVIA AVILA	ESCOLA SEM PARTIDO SOB A CRÍTICA DE UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA DE EDUCAÇÃO
65.	M	2019	Mestrado em SOCIOLOGIA (UFG)	CAMELO, EDGAR ANTONIO NERY ALVES	O programa "escola sem partido" em Goiânia: implicações e consequências para a educação pública'
66.	M	2019	Mestrado em Direito UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	MARTINS, CARLO MORAES	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO: OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA (IM)POSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE NOTA ZERO À REDAÇÃO QUE DESRESPEITA OS DIREITOS HUMANOS NO ENEM
67.	M	2019	Mestrado em EDUCAÇÃO (UEBA)	OLIVEIRA, WEBERT RIBEIRO DE.	O ENSINO DE FILOSOFIA DIANTE DO DESAFIO DA ESCOLA SEM PARTIDO. UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE
68.	M.P	2019	Mestrado Profissional em FILOSOFIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	OLIVEIRA, DANIEL COELHO DE.	EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE ÉTICA: ANÁLISE DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO À LUZ DO PENSAMENTO DE EMMANUEL LÉVINAS
69.	M	2019	Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania (UnB)	SILVA, WELINTON PEREIRA DA	Escola sem partido: um estudo a partir da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional no período de 2004 - 2017'
70.	M	2020	Mestrado em Educação UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	SOUZA, ANDREZZA RODRIGUES DUARTE	DOCÊNCIA E GÊNERO EM DISCURSO: O CASO ESCOLA SEM PARTIDO'
71.	M.P.	2020	Mestrado Profissional em SOCIOLOGIA (FUNDAJ)	SANTOS, SAYARA FRANCIELLE CAMARA PIMENTEL	PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E O DEBATE "DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA" EM RELAÇÃO À DISCIPLINA E À DOCÊNCIA DE SOCIOLOGIA
72.	D	2020	Doutorado em EDUCAÇÃO PUC-MG	KUMAIRA, MARCO ANTONIO DELMONDES.	PELO DIREITO INDIVIDUAL À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA.'
73.	M	2020	Mestrado em Comunicação e	CARNEIRO,	ESTRATÉGIAS

			Territorialidades (UFES)	FREDERICO DE SOUZA RAMOS	DISCURSIVAS DE ENGAJAMENTO SOCIAL DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” NO FACEBOOK
74.	M	2020	Mestrado em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UFU)	MENDES, LAURIANNE GUIMARAES	REGIMES DE VERDADE SOBRE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM ENUNCIADOS DO PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO” NO TWITTER
75.	M.P.	2020	Mestrado Profissional em SOCIOLOGIA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	FILHO, JOSE GERALDO DE OLIVEIRA	O SONO DA RAZÃO PRODUZ MONSTROS: A ENTRADA DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” EM SOBRAL - CE
76.	M.P	2020	Mestrado Profissional em Sociologia UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	MUNHOZ, FELIPE ROBERTO TERUEL GARCIA.	OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA REALIDADE ESCOLAR PAULISTA'
77.	M.P	2020	Mestrado Profissional em PROFARTES (UnB)	NAVES, MELISSA JORDANA RODRIGUES	Proposta cênica sobre questões de gênero e censura na educação: formação do grupo Artocracia Cênica e peça Transcorpos
78.	M	2020	Mestrado em Comunicação (UFPR)	LIMA, ALINE APARECIDA D AVILA DE	"NÃO É PARA PEGAR PROFESSORES. É PARA PEGAR EXCESSOS": UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA TRAMITAÇÃO DO PL ESCOLA SEM PARTIDO
79.	M.P	2020	Mestrado Profissional em SOCIOLOGIA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	OFFERNI, RODRIGO LEONARDO.	Escola sem partido: origem e modus operandi de um movimento liberal-conservador e desdobramentos para os conteúdos de sociologia e história'
80.	M	2020	Mestrado em GEOGRAFIA (UFPR)	ROSA, LUAN PABLO.	A GEOGRAFICIDADE DO ESCOLA SEM PARTIDO NO BRASIL E NO PARANÁ
81.	M	2020	Mestrado em CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (UNISINOS)	JORGE, VIVIAN RODRIGUES	DOCTRINAÇÃO versus LIBERDADE DE CÁTEDRA: Midiatização e disputas de sentidos em torno do Escola sem Partido.
82.	M	2020	Mestrado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	PINHEIRO, RODOLFO FERREIRA	Programa Escola sem Partido: função social da escola pública e a liberdade acadêmica'
83.	D	2020	Doutorado em Letras (UFTO)	LIMA, JONAS PEREIRA	TOMANDO PARTIDO PELA INTOLERÂNCIA: ANÁLISE SEMIÓTICA DO DISCURSO DO ESCOLA SEM PARTIDO
84.	M	2020	Mestrado em CIÊNCIAS DA LINGUAGEM (UERN)	DANTAS, JANEIDE FERREIRA	POSTAGENS DO INSTAGRAM DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA MULTIMODAL

85.	M	2020	Mestrado em Letras (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO)	ALBERGARIA, ARIANE APARECIDA.	A RETÓRICA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: AFETOS E ENGAJAMENTOS DISCURSIVOS NA PÁGINA OFICIAL DO FACEBOOK
86.	M	2020	Mestrado em ESTUDOS DE LINGUAGENS (CEFET - MG)	REIS, ALEXSANDRA SANTOS	ESCOLA SEM PARTIDO (ESP) E PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO (PCESP): o imaginário construído acerca do papel do professor no Facebook
87.	M	2020	Mestrado em Direitos Humanos (UFPE)	COSTA, REGINA ALICE RODRIGUES ARAUJO	DA EMERGÊNCIA DE UM MOVIMENTO À CONFIGURAÇÃO DE UM PROGRAMA: O ESCOLA SEM PARTIDO NA ATUAL SOCIEDADE BRASILEIRA'
88.	M	2020	Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)	ALMEIDA, ELGONZALES MAGALHAES	CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E LIMITES NA ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL DO MARANHÃO (ICE-MA)
89.	M	2020	Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento (Universidade Estadual do Paraná)	ROSSI, JEAN PABLO GUIMARAES	Gênero e educação em tempos de escola sem partido: compreensões de educadoras em debate.
90.	D	2020	Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (UnB)	RODRIGUES, RENATA RENA	“ESCOLA SEM PARTIDO” COMO POLÍTICA PÚBLICA: REPRESENTAÇÃO E AÇÃO NO DISCURSO JURÍDICO – UMA PROPOSTA DE ANÁLISE INTERDISCURSIVA
91.	M.P	2020	Mestrado Profissional em SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	MAGALHAES, JULIANA GUIDI	Os fundamentos liberais conservadores da ideologia de gênero e do programa “Escola sem Partido”: a práxis educativa como alternativa no ensino de sociologia crítica
92.	D	2020	Doutorado em Educação, Conhecimento e Sociedade (UNIVAS)	SOARES, MICHELE CORREA FREITAS	O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: SILENCIAMENTO E LITÍGIO DISCURSIVO
93.	M	2020	Mestrado em SOCIOLOGIA (UFC)	COSTA, IGOR MASCARENHAS DOS SANTOS	O DISCURSO BOLSONARISTA PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL
94.	M	2020	Mestrado em HISTÓRIA (UFF)	BAPTISTA, WALTER LIMA BRANDAO	NAS REDES DO ESCOLA “SEM” PARTIDO: ideologia e repressão ao trabalho docente e ensino de História
95.	D	2020	Doutorado em CIÊNCIA POLÍTICA (UFF)	FERREIRA, FLAVIA MENDES	Militarização do ensino e Escola sem Partido: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina'
96.	M.P.	2020	Mestrado Profissional em SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL UNIVERSIDADE	BOTTER, ELAINE REGINA OKADO	Sociologia e Consustancialidade de Gênero: em tempos de fundamentalismo

			ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO		religioso e reformas educacionais neoliberais
97.	D	2020	Doutorado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DE SOROCABA	SANTOS, ANDERSON	ESCOLA SEM PARTIDO: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO, REGULAÇÃO SOCIAL E FORMAS DE CONSENSO
98.	D	2020	Doutorado em PSICOLOGIA (UFRJ)	BARBARA, ISABEL SCRIVANO MARTINS SANTA	Produção de Subjetividade e Disputa de Narrativas: a história que o escola "sem" partido não conta.
99.	M	2020	Mestrado em SOCIOLOGIA (UFPR)	ALMEIDA, ALINE MARIA DA SILVA.	DA "DOCTRINAÇÃO MARXISTA" À "IDEOLOGIA DE GÊNERO": UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS REPERTÓRIOS DO MOVIMENTO "ESCOLA SEM PARTIDO
100.	M	2020	Mestrado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	SILVA, FELIPE DIAS DE OLIVEIRA	O professor de História no fio da navalha: o Escola sem Partido no cotidiano do trabalho educativo
101.	M	2020	Mestrado em EDUCAÇÃO E ENSINO (UECE)	OLIVEIRA, SAMARA TAVEIRA DE	A INTENSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A lei 13.415 de 2017 atende as demandas do novo mundo do trabalho precarizado sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro
102.	M	2021	Mestrado em Sociologia (UFF)	SALUSTIANO, ANA CAROLINA MOURA	A dimensão institucional das desigualdades educacionais
103.	M	2021	Mestrado em Direito e Justiça Social (FURG)	LINDENMEYER, MARIANA LANNES.	ESTRATÉGIAS DE PODER E LIBERDADE DOCENTE: A educação como âmbito da disputa hegemônica a partir da teoria discursiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe
104.	D	2021	Doutorado em EDUCAÇÃO (UERJ)	MONSORES, LUCIANA HELENA	O Movimento Escola Sem Partido, Políticas Conservadoras e a Educação das Crianças Pequenas em Tempos de Resistência: Concepções de Criança, Infância e Educação Infantil'
105.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	CATRINCK, ISABELA MARIA OLIVEIRA	Uma análise discursiva e pedagógica da projeção midiática do Movimento Escola sem Partido
106.	M.P	2021	Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (IFRN)	QUEIROZ, DAGMA REGO DE	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO CONTRAPOSIÇÃO À IDEOLOGIA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: UMA PROPOSTA INTERVENTIVA COM PROFESSORES – IFRN/CAMPUS MOSSORÓ
107.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO (USP)	SILVA, LUANA POMME	ESCOLA SEM PARTIDO: ESTRATÉGIA PARA A

				FERREIRA DA	CONSTRUÇÃO DE CONSENSO OU CENSURA? UM ESTUDO EM ALAGOAS
108.	M.P	2021	Mestrado Profissional em FILOSOFIA (UFC)	MIRANDA, SITONIO COELHO	MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NO ENSINO DE FILOSOFIA
109.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO (UFMG)	REZENDE, LUCAS FELICETTI	O Que Se Planta, Se Colhe: os Entrelaces da Atlas Network com o Movimento Escola Sem Partido
110.	D	2021	Doutorado em EDUCAÇÃO (UFC)	MONTEIRO, RAQUEL ARAUJO	Escola sem partido e o ataque à liberdade de ensino: a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação'
111.	M.P	2021	Mestrado Profissional em HISTORIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO)	SILVA, ALESSANDRA CANDIDA DA	O PROJETO DE LEI DA ESCOLA SEM PARTIDO: o perigoso discurso conservador no atual cenário da educação brasileira
112.	D	2021	Doutorado em EDUCAÇÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)	SILVA, AMANDA DA	POLÍTICAS ANTI-LGBTI+ NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
113.	D	2021	Doutorado em História (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA)	PAIVA, GABRIEL DE ABREU GONCALVES DE	A influência do Movimento Escola Sem Partido (MESP) no debate educacional brasileiro: da suposta neutralidade à defesa do homeschooling
114.	M.P	2021	Mestrado Profissional em Educação (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ)	MEIRELES, ANDREA CUNHA	ESTUDANTES, UNI-VOS! OS GRÊMIOS ESTUDANTIS E O MOVIMENTO CONSERVADOR “ESCOLA SEM PARTIDO”
115.	M	2021	Mestrado em ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)	COSTA, RAMAYANA E SILVA	O Movimento Escola sem Partido e suas implicações para os estudos de gênero
116.	M.P	2021	Mestrado Profissional em SOCIOLOGIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)	OLIVEIRA, DOMINYQUE DOMINGOS DE	O Ensino de Sociologia diante do programa educacional liberal conservador: Influências do discurso antidoutorinação fomentado pelo ideário “Escola sem Partido”
117.	M	2021	Mestrado em DIREITO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)	XAVIER, PAOLLA BARBOSA.	DEUS, FAMÍLIA E LIBERDADE SOBRE AS RUÍNAS DO NEOLIBERALISMO: uma análise da nova constelação discursiva antidemocrática a partir dos projetos de lei “Escola Sem Partido” e seus principais atores
118.	D	2021	Doutorado em EDUCAÇÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA)	SILVA, MAURO SERGIO SANTOS DA	A relação entre educação e política a partir de Hannah Arendt: uma reflexão acerca do fenômeno “Escola sem partido”

119.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL)	LINO, YASMIN SERRA	As Identidades de Gênero da Criança e sua Relação com a Escola Produzidas pelo Blog Oficial e Projetos de Lei do "Escola Sem Partido"
120.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO E ENSINO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ)	NETO, LUIZ FERREIRA LIMA	A NEGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO PROJETO DE PODER: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DO ESCOLA SEM PARTIDO NA EDUCAÇÃO DO BRASIL EM ESTADO DE GOLPE, DE 2015 A 2019
121.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA)	MENEZES, ISADORA ARAUJO	DOS CORONÉIS PELA EDUCAÇÃO: IDEOLOGIA DA FAMÍLIA E ULTRACONSERVADORISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
122.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO)	KOBAYASHI, MAIRA	Política educacional em gênero e diversidade sexual no Brasil: Escola Sem Partido e a cruzada moral e liberal na Educação
123.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO)	MONTEIRO, SARA RODRIGUES	A agenda educacional da frente liberal ultraconservadora: uma análise das propostas do Movimento Brasil Livre'
124.	M	2021	Mestrado em Políticas Públicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC)	SARTORI, BRUNA SANTOS	ONDA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: (auto)censura e resistência entre os profissionais do magistério do Município de São Paulo'
125.	M	2021	Mestrado em Direito (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA)	RODRIGUES, ESTHER FARIA	ESCOLA SEM PARTIDO: O CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE ENSINAR EM ATAQUE À EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA
126.	M	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS)	PEREIRA, ANA CAROLINA DE OLIVEIRA NUNES	ESCOLA SEM PARTIDO" E A PERMEABILIDADE DO DIREITO BURGUESES AO AUTORITARISMO: Análise do julgamento das ADI nº 5.537, 5.580 e 6.038 no STF
127.	M	2021	Mestrado em COMUNICAÇÃO SOCIAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)	CAMELO, PEDRO HENRIQUE BICALHO	Escola em disputa: o espaço de razões e a sala de aula em tempos de Escola Sem Partido
128.	M	2021	Mestrado em Educação (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)	MIERJAM, PAULO AUGUSTO	ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO POLÍTICO/IDEOLOGICO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO'
129.	M.P	2021	Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	PAULA, JEAN CARLOS NERIS	A AUTONOMIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

			E TECNOLÓGICA (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO)	DE	E TECNOLÓGICA TENSIONANDO O MONITORAMENTO IDEOLÓGICO DO “PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO”
130.	M	2021	Mestrado em DIREITO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO)	MASCARENHAS, MARIANA GOMES	O PAPEL DA ESCOLA COMO RESISTÊNCIA AO BLOQUEIO DA COMPLEXIDADE DA VIDA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO'
131.	M	2022	Mestrado em SOCIOLOGIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)	PAOLIN, MARIANA MONTI	A Associação Movimentista Escola Sem Partido na cruzada antigênero: análise de sua militância no Instagram
132.	M	2022	Mestrado em Sociologia Política (UNIVERSIDADE VILA VELHA)	SANTOS, DANILO BESTETI DOS	A “ESCOLA SEM PARTIDO” NO ESPÍRITO SANTO E SEUS DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE
133.	D	2022	Doutorado em CIÊNCIA POLÍTICA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)	RESENDE, MARCOS PAULO DIAS LEITE	O CONTRAMOVIMENTO PELA DESPUBLICIZAÇÃO: o Escola sem Partido e os impactos da nova direita sobre a política pública de Educação
134.	M.P	2022	Mestrado Profissional em TEOLOGIA (FACULDADE TEOLÓGICA SUL AMERICANA)	CORREA, PAULA DE MAGALHAES	O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO E AS AMEAÇAS À LAICIDADE
135.	M	2022	Mestrado em EDUCAÇÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)	TONIOL, LUCAS CARDOSO	ESCOLA SEM PARTIDO: IDEOLOGIA E DISCURSO
136.	M	2022	Mestrado em FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)	SILVA, LUCAS PEREIRA DA	Explorando o Argumentário: uma análise lógico-discursiva do debate público sobre o Escola Sem Partido'
137.	M	2022	Mestrado em EDUCAÇÃO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO)	GARCIA, CAIO MATHEUS DE FREITAS	Diferenças humanas no tempo e “Escola sem Partido”: narrativas do passado para um ensino de História neoconservador
138.	D	2022	Doutorado em EDUCAÇÃO E SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)	OLIVEIRA, FATIMA MODESTO DE	REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO NA FOLHA DE S. PAULO (2014-2019)
139.	D	2022	Doutorado em Linguística (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA)	SOUZA, DANILO SOBRAL DE	O VIGILANTE VENDADO: SENTIDOS CONFLITANTES DE ALUNO NO BRASIL DO ESCOLA SEM PARTIDO
140.	M	2022	Mestrado em LINGÜÍSTICA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)	NETO, DIOGO CAETANO AVELINO	O Discurso do Escola sem Partido: polêmica e interdição
141.	M.P	2022	Mestrado Profissional em Ensino de História (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)	SILVA, DANILO ASSUNCAO DA	RESISTÊNCIA FRENTE ÀS INVESTIDAS DO “PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO”
142.	M	2022	Mestrado em Instituições Sociais, Direito e Democracia (UNIVERSIDADE FUMEC)	JUNIOR, OTHONIEL CENECEU	CONTORNOS INICIAIS SOBRE UMA POSSÍVEL E PERIGOSA AMEAÇA À

				RAMOS	DEMOCRACIA BRASILEIRA PROPORCIONADA PELO DESSERVIÇO PRESTADO POR UMA SUPOSTA EDUCAÇÃO TENDENCIOSA
143.	D	2022	Doutorado em Ciências Humanas e Sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC)	MARTINS, FRANCINE NETTO	A pedagogização antigênero no Movimento Escola sem Partido e seus atravessamentos neoliberais
144.	M.P	2022	Mestrado Profissional em Ensino de História (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)	SILVA, DANIEL JOSE RAMOS DA	O racismo religioso e os impactos do Escola sem Partido na sala de aula
145.	M.P	2022	Mestrado Profissional em Ensino de História (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)	BARROS, SARA NORBERTO DE	Vozes do “chão da escola”. Docentes de História e suas percepções sobre os impactos do Escola sem Partido nas suas práticas de ensino
146.	M	2022	Mestrado em EDUCAÇÃO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA)	MIRANDA, HILHENO OLIVEIRAL	O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA
147.	D	2022	Doutorado em ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)	DAMKE, ANDERLEIA SOTORIVA	As latentes fissuras da tríade democracia-ciência-educação pública: os desdobramentos em curso do movimento Escola "Sem" Partido
148.	M	2022	Mestrado em SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)	ALMEIDA, NATASHA CHRISTINE DOS SANTOS	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!>. Atualizado em 06/06/2023